

07

07

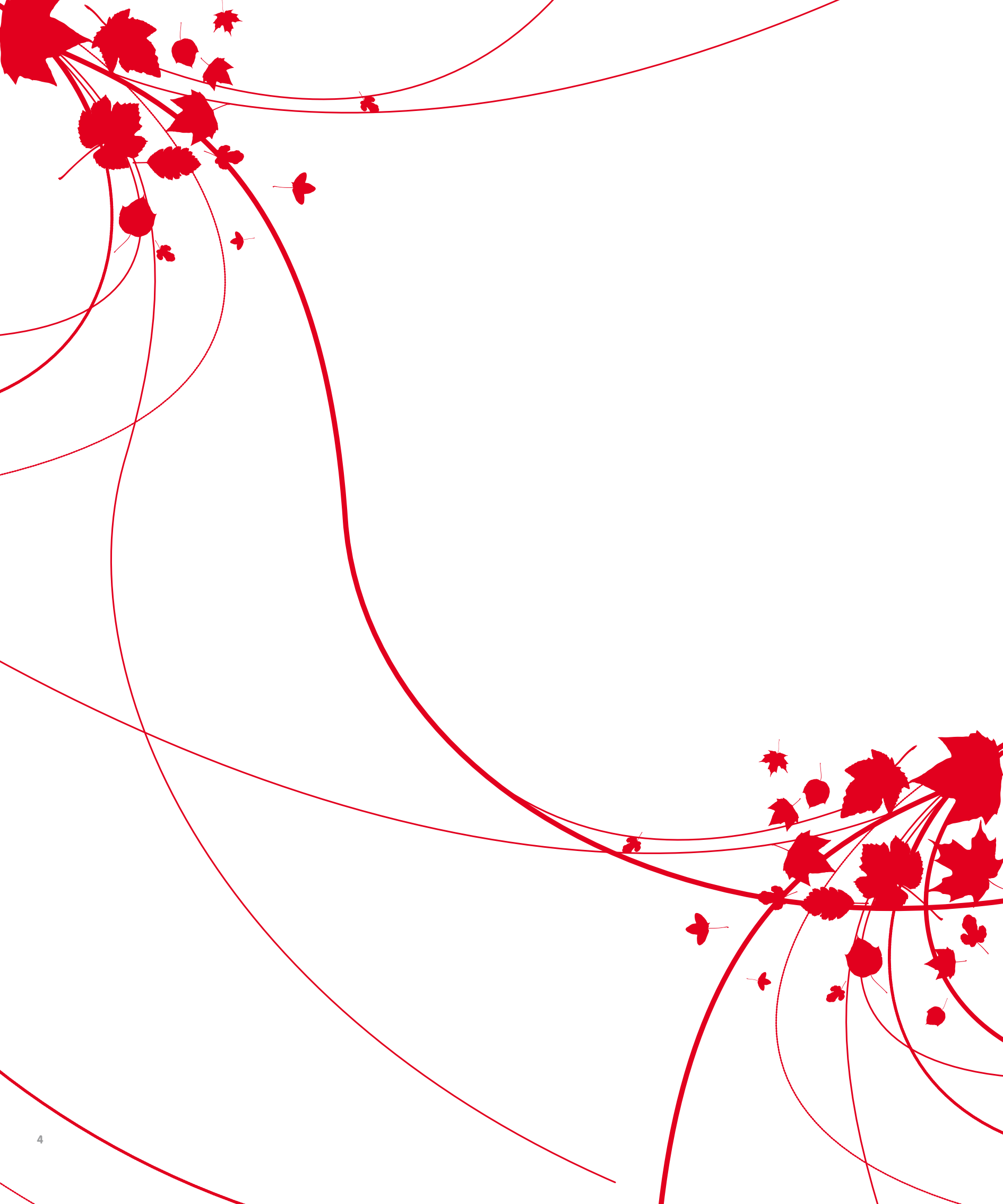
A força da natureza

é a nossa energia.

Este relatório foi impresso nos papéis Curious Particles Snow e Moonlight, que, além de apresentarem uma qualidade estética singular, graças a suas fibras aparentes e a seus inéditos flocos que simulam metais como ouro e prata, contêm um alto percentual de fibras recicladas - 30% pré-consumo e 40% pós-consumo.

Usar papel reciclado, que consome menor quantidade de energia e matéria-prima na sua confecção, é um compromisso com a preservação da natureza, com uma melhor qualidade de vida e com o desenvolvimento sustentável.

Esta iniciativa, portanto, encaixa-se perfeitamente na busca constante pela sustentabilidade, compromisso que pauta todas as ações do Grupo Energias do Brasil - do manejo dos seus reservatórios até a escolha do tipo de papel a ser usado em suas publicações.



Índice

Perfil	6
Destaques de 2007	7
Informações sobre o Relatório	8
Visão de Sustentabilidade	10
Indicadores de Desempenho	12
Mensagem do Conselho de Administração	15
Mensagem da Diretoria	16
Engajamento das Partes Interessadas	18
Compromissos	21
Governança Corporativa	22
Estratégia Empresarial	28
Desempenho Econômico	30
Desempenho Social	58
Desempenho Ambiental	76
Premiações/Reconhecimentos do Mercado	92
Informações Corporativas	93
Balanço Social	94
Norma Brasileira de Contabilidade NBCT-15	95
Sumário GRI e Correlação com Pacto Global	96
Mensagem dos Auditores Independentes	102
Demonstrações Financeiras Padronizadas	104

Perfil

GRI
2.1; 2.2; 2.3;
2.4; 2.5; 2.6;
2.7; 2.8; 2.9

A Energias do Brasil é a *holding* de um grupo de empresas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação em quatro Estados brasileiros: São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Tocantins. No final de 2007, empregava 2.920 pessoas.

Empresa de capital aberto, sediada em São Paulo, tem suas ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), segmento que reúne empresas com as melhores práticas de governança corporativa. O controle acionário (62,4% do capital total) é detido pela EDP – Energias de Portugal, uma das maiores operadoras européias do setor elétrico.

Em **distribuição**, controla integralmente três empresas - Bandeirante, que atua no Estado de São Paulo; Escelsa, no Espírito Santo; e Enersul, no Mato Grosso do Sul. Em conjunto, atendem mais de 3,2 milhões de clientes residenciais, industriais e do setor de serviços, e distribuíram 25.029 GWh em 2007, 4,5% acima do ano anterior.

GRI
EU1

Em **geração**, participa de empreendimentos que somavam 1.043 MW de capacidade instalada no final de 2007: EDP Lajeado Energia S.A.

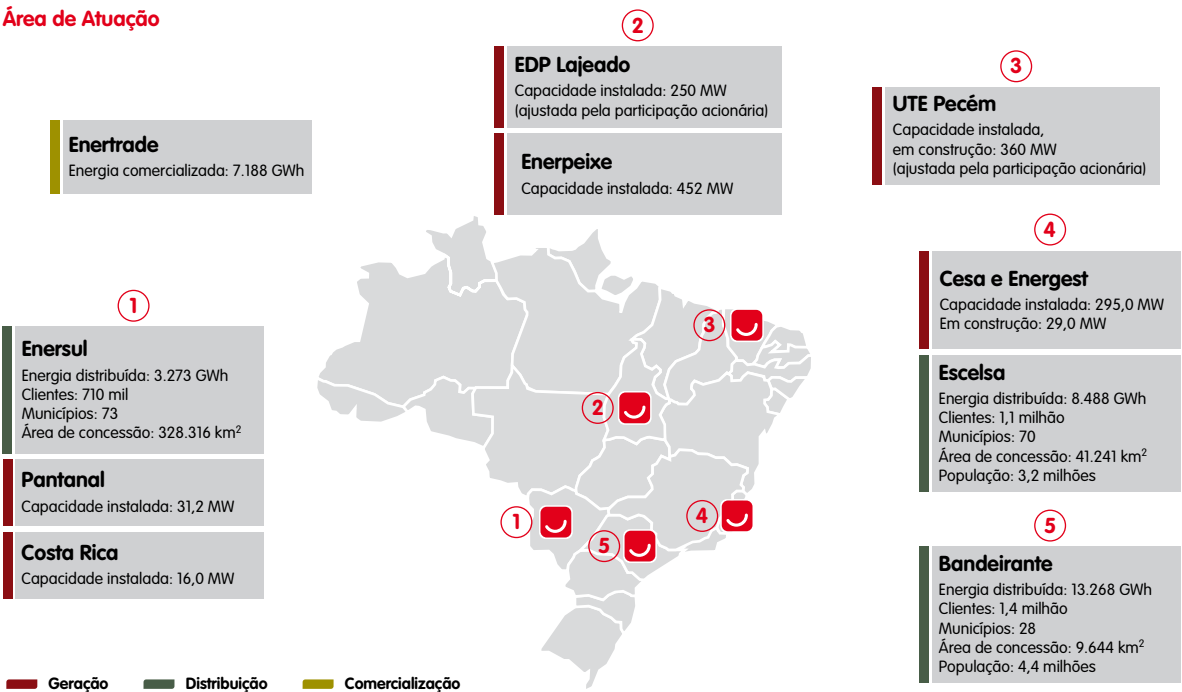
(Usina Luís Eduardo Magalhães, no Tocantins), Enerpeixe S.A. (Usina Peixe Angical, no Tocantins), e Energest S.A., *subholding* da Energias do Brasil, que controla direta e indiretamente 14 usinas com potência total instalada de 342,18 MW. Em 2007, a capacidade foi ampliada em 25 MW, com a entrada da operação da PCH São João, no Espírito Santo.

Em **comercialização**, controla integralmente a Enertrade Comercializadora de Energia S.A., que atua no mercado livre de energia e comercializou 7.188,1 GWh em 2007.

A receita líquida evoluiu 13,3% em 2007 na comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 4,5 bilhões. O EBITDA (resultado antes de juros, impostos, depreciação, amortização e resultado não-operacional) somou R\$ 1,1 bilhão, evolução de 4,6%, e o lucro líquido atingiu R\$ 439,8 milhões (R\$ 394,1 milhões em 2006).

Com a sustentabilidade integrada à sua visão estratégica, criou em 2007 o Instituto Energias do Brasil, com o principal objetivo de promover o diálogo aberto e transparente com todas as partes interessadas, de modo a harmonizar suas atividades socioambientais, educativas, culturais, de assistência social, desenvolvimento local e voluntário.

Área de Atuação



Destaques de 2007

- Venda da energia da Usina Termelétrica Pecém no leilão A-5 em 16/10/2007 em parceria com a MPX Mineração. A UTE Pecém possui capacidade instalada de 720MW e alinha-se com a estratégia da Energias do Brasil de crescer no segmento de geração.
- Assinatura do contrato EPC (*Engineering, Procurement & Construction*) com a Maire Engineering para construção da UTE Pecém.
- Início da operação comercial da PCH São João (25 MW), em 27/04/2007.
- Início da construção das obras da PCH Santa Fé (29 MW), em outubro de 2007.
- Início das repotenciações das UHEs Mascarenhas e Suíça, que adicionarão um total de 20 MW em 2009.
- Emissão de R\$ 250 milhões em debêntures pela Escelsa, com a finalidade de alongar o perfil do endividamento e reduzir o custo médio dos compromissos.
- Revisão tarifária das distribuidoras Escelsa, em agosto, e Bandeirante, em outubro.
- Decisão da Aneel de redução da Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Enersul referente à revisão tarifária de 2003.
- Criação do Instituto Energias do Brasil, responsável por centralizar e harmonizar as atividades socioambientais, educativas e culturais, de assistência social, desenvolvimento local de voluntariado da Energias do Brasil e de suas empresas controladas.
- Criação do Canal da Sustentabilidade, um espaço criado na web da Energias do Brasil para encaminhamento de dúvidas, críticas e sugestões sobre a atuação das empresas da *holding* nas áreas ambiental, social, saúde ocupacional, segurança do trabalho, condução de veículos, economia de energia, eficiência energética, etc.
- Confirmação da permanência da Energias do Brasil, pelo segundo ano consecutivo, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.
- Aprovação pelo Conselho de Administração de pagamento de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 119,9 milhões, ou R\$ 0,730546 por ação, relativos ao exercício de 2007.
- Aprovação, em 18/12/2007, pelo Conselho de Administração, de programa para recompra de até 6.211.426 de ações ordinárias. Até 18/02/2008, a Companhia comprará 4.861.500 de ações.
- Conquista do terceiro lugar no Prêmio Abrasca de Melhor Relatório Anual em 2007.
- Conquista do segundo lugar na categoria Informes Anuais, Relatórios de Negócios e Memórias, do 16º Concurso Latino-Americano de Produtos Gráficos Theobaldo De Nigris, ligado à Confederação Latino-Americana da Indústria Gráfica (Conlatingraf), que reuniu mais de 1.300 trabalhos oriundos de 11 países.
- Reformulação da Diretoria Executiva.

Informações sobre o Relatório

07

GRI

3.1; 3.2; 3.3;
3.4; 3.5; 3.6;
3.7; 3.8; 3.9;
3.10; 3.11; 3.13

Este é o segundo Relatório Anual de Sustentabilidade da Energias do Brasil baseado nas diretrizes G3 da *Global Reporting Initiative* (GRI), dando seqüência ao documento publicado em abril de 2006.

As informações deste Relatório cobrem o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007 e foram selecionadas a partir de consulta realizada a grupos de *stakeholders* da Companhia, abrangendo clientes, fornecedores, representantes de órgãos governamentais e colaboradores (diretores e empregados de nível técnico e administrativo). Os resultados basearam-se em levantamentos periódicos de indicadores de desempenho relativos a todas as subsidiárias do Grupo e consolidam a participação proporcional nas empresas de geração Enerpeixe e Lajeado.

Seguindo as orientações da GRI, a Energias do Brasil aplicou o processo de engajamento com os públicos de interesse e a realização de testes de materialidade. Para isso, contou com a participação de consultoria externa, autorizada pela GRI, que realizou um processo estruturado de mapeamento e consulta de públicos estratégicos da Empresa, composto por seleção de *stakeholders*, capacitação, orientação e execução de oficinas internas e consolidação dos resultados das entrevistas e questionários.

Foram envolvidas nesse processo cinco unidades do Grupo Energias do Brasil: Bandeirante (São Paulo e Mogi das Cruzes - SP), Enersul (Campo Grande - MS), Escelsa (Vitória - ES), Enertrade (São Paulo) e Energest (São Paulo), somando ao todo 69 colaboradores, principais lideranças e representantes de grupos de *stakeholders* definidos pela Empresa com o apoio da consultoria externa.

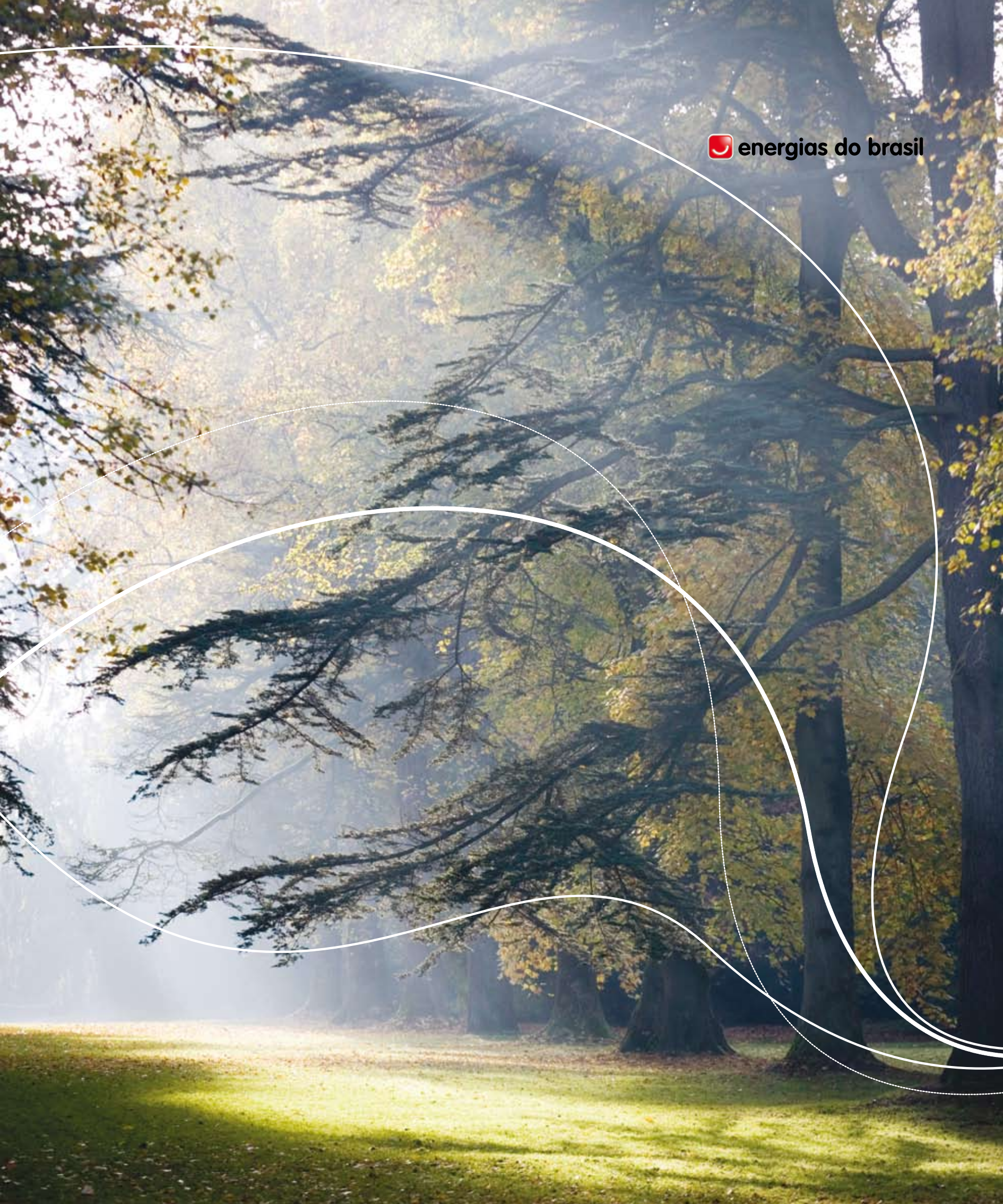
Na matriz de materialidade, os assuntos são classificados de acordo com a sua importância para a gestão da Energias do Brasil (visão lideranças) e sua relevância na percepção dos *stakeholders* (externos e colaboradores). Os dados são tratados e apresentados de forma corporativa, levando em conta o escopo e a abrangência do Relatório de Sustentabilidade da Empresa. O resultado da matriz da materialidade, com a indicação dos temas prioritários e daqueles que foram considerados menos relevantes, está disponível na página 19 deste Relatório.

Com a aplicação da materialidade dos temas, a Energias do Brasil compartilha, de forma transparente e consistente, as informações relevantes sobre seus impactos e desempenhos social, ambiental e econômico nas regiões onde atua, assim como de iniciativas que visam ao desenvolvimento sustentável do Grupo e do País.

Este documento representa o envolvimento de um grande número de pessoas, que se dedicaram à apuração das informações necessárias e vivenciaram a experiência de analisar a Empresa de forma integrada em seus aspectos econômicos, ambientais e sociais. Traz também reformulações de informações publicadas no relatório anterior, distribuídas e explicadas ao longo da publicação.

Os indicadores econômico-financeiros deste Relatório são baseados no padrão brasileiro de contabilidade e foram auditados pela empresa KPMG. Os indicadores de natureza social e ambiental contemplados pelo GRI foram verificados externamente pela PricewaterhouseCoopers, PwC.

Dúvidas relativas a este Relatório e ao seu conteúdo podem ser esclarecidas por intermédio dos seguintes sites: www.energiasdobrasil.com.br, www.bandeirante.com.br, www.escelsa.com.br, www.enersul.com.br e www.enertrade.com.br.



Visão de Sustentabilidade

GRI
4.8

Em 2007, foi aprovada a Política de Sustentabilidade do Grupo, baseada nos princípios de desenvolvimento sustentável, e nas ações de responsabilidade social, ambiental e econômica, conceitos do *triple bottom line* (TBL) associados a uma forte governança corporativa.

A sustentabilidade é um conceito que exprime a necessidade de uso mais responsável de recursos ambientais, entendido também como manutenção de utilidade do uso de recursos ao longo de gerações, estruturada de forma harmoniosa nas três dimensões: social, econômica e ambiental.

O conceito de sustentabilidade empresarial representa uma abordagem inovadora de se fazer negócios e que, simultaneamente, promove inclusão social, com respeito à diversidade cultural e aos interesses de todos os públicos, direta e indiretamente envolvidos no negócio, e reduz ou otimiza o uso de recursos naturais e o impacto sobre o meio ambiente, preservando a integridade do planeta para as futuras gerações, sem desprezar a rentabilidade econômico-financeira. Essa abordagem, ao lado das melhores práticas de governança corporativa, cria valor ao acionista e proporciona maior probabilidade de continuidade do negócio no longo prazo, contribuindo ao mesmo tempo para o desenvolvimento sustentável de toda a sociedade.

Essa política corporativa da sustentabilidade abrange todas as empresas controladas pela Energias do Brasil e norteia as decisões estratégicas e de gestão das empresas do Grupo, sendo complementar ao Código de Ética e aos dez princípios do *Global Compact* (Pacto Global).

A política de sustentabilidade está fundamentada na Visão, Missão e nos Valores do Grupo.

Visão

Ser uma das empresas líderes do setor energético brasileiro, com foco na criação de valor e na sustentabilidade.

Missão

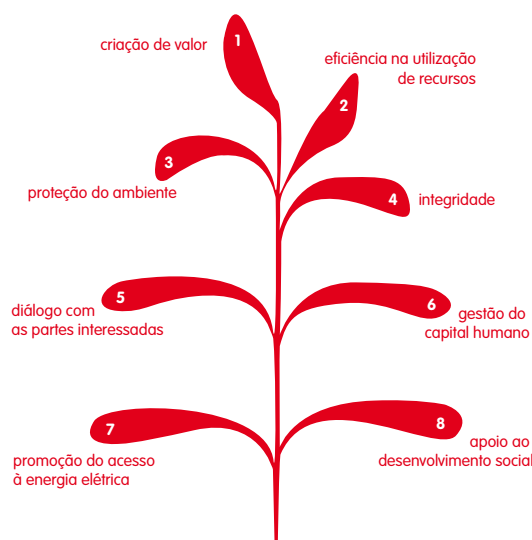
Atuar no setor energético brasileiro com padrões de excelência no serviço aos clientes, proporcionando retorno aos acionistas, valorizando os colaboradores e exercendo a responsabilidade social corporativa.

Valores

- **Respeito** - Aos clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas, comunidades e meio ambiente;
- **Eficiência** - Aportar valor aos clientes, colaboradores e acionistas, gerando e implementando soluções inovadoras e de qualidade;
- **Transparência** - Tornar a transparência um valor integrado à cultura das empresas do Grupo, na relação com clientes, colaboradores, acionistas e entidade reguladora, autoridades e comunidade em geral;
- **Rigor** - Adotar o rigor como regra geral de atuação e base de decisão;
- **Ética** - Cumprir os mais altos padrões de ética em todas as ações.

Princípios de Desenvolvimento Sustentável

Como parte dos princípios de desenvolvimento sustentável, a Energias do Brasil assume os seguintes compromissos:



1. Criação de valor

- Criar valor para os acionistas;
- Aumentar a produtividade e a eficiência e reduzir a exposição a riscos decorrentes dos impactos econômicos, ambientais e sociais das atividades;
- Assumir um compromisso de orientação para o cliente, garantindo níveis elevados de qualidade de serviço;
- Integrar os aspectos ambientais e sociais nos processos de planejamento e de tomada de decisão.

2. Eficiência na utilização de recursos

- Promover o desenvolvimento de tecnologias energéticas mais limpas e eficientes;
- Desenvolver formas de produção baseadas em energias renováveis;
- Promover a melhoria da eficiência energética e o uso racional e seguro da energia;
- Promover a inovação em produtos, serviços e tecnologias sustentáveis, e transferência dos conhecimentos para a sociedade.

3. Proteção do meio ambiente

- Minimizar o impacto ambiental de todas as atividades que desenvolve;
- Participar em iniciativas que contribuam para a preservação do meio ambiente e promoção da biodiversidade;

- Expandir a utilização de critérios ambientais para toda a cadeia de valor.

4. Integridade

- Garantir o cumprimento de padrões éticos em todas as atividades;
- Respeitar os direitos humanos na sua esfera de influência;
- Elaborar códigos de conduta específicos.

5. Diálogo com as partes interessadas

- Garantir um relacionamento aberto, transparente e de confiança com as diferentes partes interessadas;
- Instituir canais de consulta e comunicação com as partes interessadas e integração das suas preocupações;
- Reportar de forma confiável e objetiva o desempenho, nas suas vertentes econômica, ambiental e social.

6. Gestão do capital humano

- Possuir políticas e sistemas de gestão que garantam a saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores;
- Promover o desenvolvimento das capacidades individuais para todos os colaboradores e premiar a excelência e o mérito;
- Abolir práticas abusivas e discriminatórias, estimular a diversidade e promover a inclusão em todas as operações e na cadeia de valor.

7. Promoção do acesso à energia elétrica

- Promover o acesso confiável e generalizado à energia elétrica;
- Praticar uma política de preços transparente e socialmente justa;
- Desenvolver formas de produção de qualidade adequada e de menor custo.

8. Apoio ao desenvolvimento social

- Apoiar iniciativas de promoção social e cultural, com base em critérios transparentes de avaliação de relevância para a comunidade;
- Promover a cooperação tecnológica nos âmbitos nacional e internacional;
- Apoiar as ações de desenvolvimento local e comunitário.

Indicadores de Desempenho

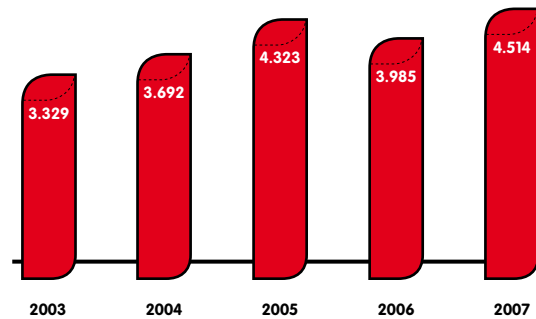
07

GRI
2.8

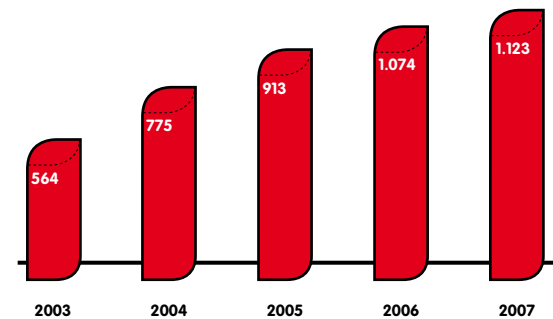
	2004	2005	2006	2007	Variação % 07-06
RESULTADOS (R\$ milhões)					
Receita bruta	5.107,6	5.862,7	6.222,0	6.894,3	10,8
Receita líquida	3.692,1	4.323,2	3.984,8	4.513,5	13,3
Gastos gerenciáveis e não-gerenciáveis	3.143,2	3.650,4	3.198,6	3.707,7	15,9
Resultado do serviço (EBIT)	548,9	672,8	786,2	805,8	2,5
EBITDA ⁽¹⁾	775,2	912,6	1.073,6	1.123,0	4,6
Resultado financeiro	(270,4)	(279,2)	(377,8)	(303,7)	(19,6)
Lucro antes da participação minoritária	278,5	445,9	431,4	495,8	14,9
Lucro líquido	106,9	439,4	394,1	439,8	11,6
MARGENS (%)					
Margem EBITDA (EBITDA/Receita líquida)	21,0	21,0	26,9	24,9	(2,1 p.p.)
Margem líquida (Lucro líquido/Receita líquida)	2,9	10,2	9,9	9,7	(0,1 p.p.)
FINANCEIROS					
Ativo total (R\$ milhões)	7.761,9	8.955,4	9.720,3	9.719,4	0,0
Patrimônio líquido (R\$ milhões)	1.368,8	3.509,8	3.705,6	3.955,3	6,7
Participação de minoritários (R\$ milhões)	844,2	609,1	662,3	694,7	4,9
Dívida líquida (R\$ milhões) ⁽²⁾	2.344,7	1.701,7	1.879,4	1.957,1	4,1
Dívida líquida/Patrimônio líquido (vezes)	1,7	0,5	0,5	0,5	0,0
Dívida líquida/EBITDA (vezes)	3,0	1,9	1,8	1,7	(0,1)
Investimentos (R\$ milhões)	1.051,2	1.150,7	830,0	665,2	(19,9)
AÇÕES					
Nº total de ações (mil)		165.017	165.017	165.017	
Nº de ações em tesouraria (mil)		-	-	861,3	-
Lucro líquido por ação (R\$)	-	2,66	2,39	2,67	11,8
Preço de fechamento da ação - ON (R\$)	-	26,61	31,97	28,90	(9,6)
Valorização no ano (%)	-	52,2	20,1	(9,6)	-
Capitalização de Mercado (R\$ milhões)	-	4.519,8	5.275,6	4.769,0	(9,6)
OPERACIONAIS					
Distribuição					
Energia distribuída (GWh)	22.396	23.061	23.948	25.029	4,5
Energia vendida a clientes finais (GWh)	16.956	15.863	14.853	15.436	3,9
Residencial	4.387	4.553	4.837	5.074	4,9
Industrial	7.433	6.112	4.488	4.482	(0,1)
Comercial	2.595	2.758	2.957	3.154	6,7
Rural	739	757	834	921	10,4
Outros	1.802	1.682	1.738	1.804	3,8
Suprimento convencional (GWh)	317	302	336	376	11,9
Energia em trânsito (GWh)	5.104	6.874	8.738	9.197	5,3
Consumo próprio (GWh)	19	22	21	21	(1,6)
Preço médio da energia vendida aos clientes finais (R\$/MWh) ⁽³⁾	204,82	234,21	256,52	284,22	10,8
Energia comprada (GWh)	19.554	20.371	20.038	20.572	2,7
Perdas técnicas e comerciais (GWh)	2.907	3.475	3.560	3.903	9,6
Perdas técnicas e comerciais (%)	11,5	13,1	12,9	13,5	0,6 p.p.
Produtividade (MWh/colaborador)	6.724	7.162	8.581	9.192	7,1
Nº de clientes/colaborador	869	923	1.116	1.178	5,6
Geração					
Energia gerada (GWh)	2.643	2.756	3.929	4.704	19,7
Preço médio da energia vendida ⁽⁴⁾	-	73,62	95,56	102,36	7,1
Comercialização					
Venda de energia (GWh)	4.849	6.379	6.702	7.188	7,2
DESEMPENHO E QUALIDADE					
Número de clientes (mil)	2.896	2.972	3.114	3.207	3,0
Energia distribuída por cliente (MWh)	7,7	7,8	7,7	7,8	1,5
Número de colaboradores	3.484	3.461	3.010	2.920	(3,0)
AMBIENTAIS					
Investimentos em meio ambiente (R\$ milhões)	20,6	138,1	43,9	31,2	(29,1)
SOCIAIS					
Investimentos sociais (R\$ milhões)	3,3	6,4	9,0	8,1	(10,0)

⁽¹⁾EBITDA = Lucro antes de impostos, juros, depreciação, amortização e resultado não-operacional.
⁽²⁾Dívida Líquida = dívida bruta - caixa e valores mobiliários - saldo líquido de ativos regulatórios.
⁽³⁾Preço médio da energia vendida aos clientes finais = receita faturada dos clientes finais/volume de energia vendida aos clientes finais.
⁽⁴⁾Preço médio da energia vendida = receita de suprimento de energia/volume de energia vendida da geração.
As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da Legislação Societária Brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações operacionais não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.
Ano de 2006 reclassificado. De acordo com o Despacho Aneel nº 3.073 de 28/12/2006 as distribuidoras de energia passaram a contabilizar a partir de 2007 os encargos da CCC, CDE e P&D como "Deduções às Receitas Operacionais".

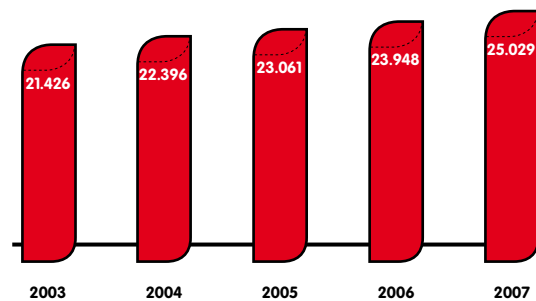
Receita Líquida
(R\$ milhões)



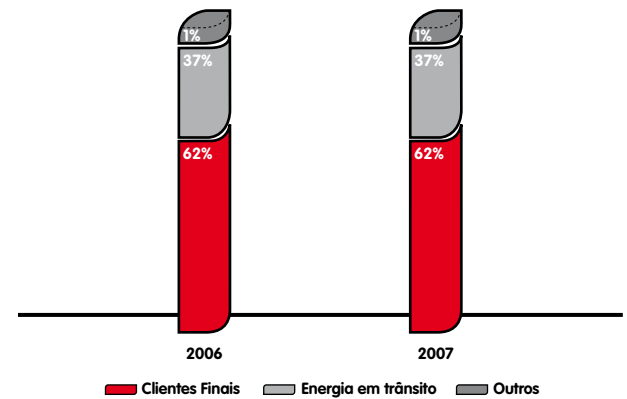
EBITDA
(R\$ milhões)



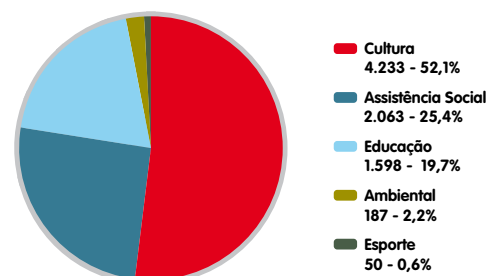
Energia Distribuída
(GWh)



Energia Distribuída

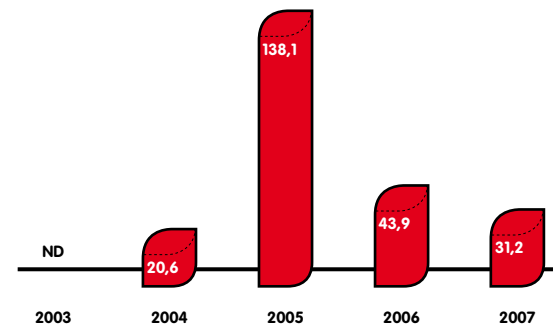


Investimentos Sociais por Área
(R\$ mil)

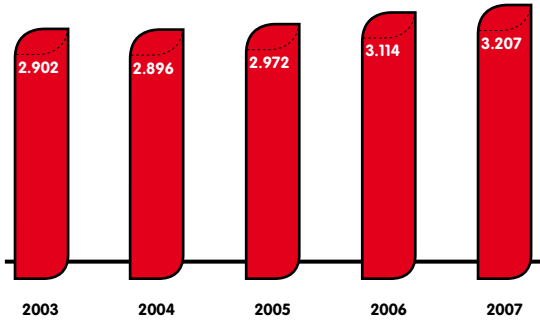


Total investido: R\$ 8,12 milhões (0,17% receita operacional líquida)

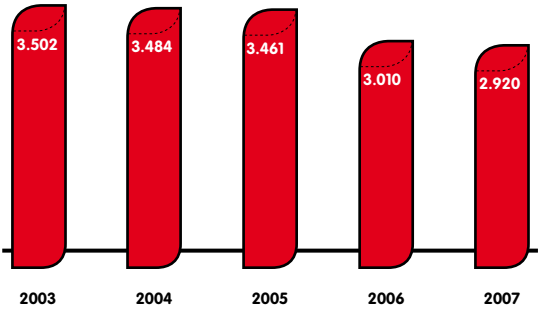
Investimentos em Meio Ambiente
(R\$ milhões)



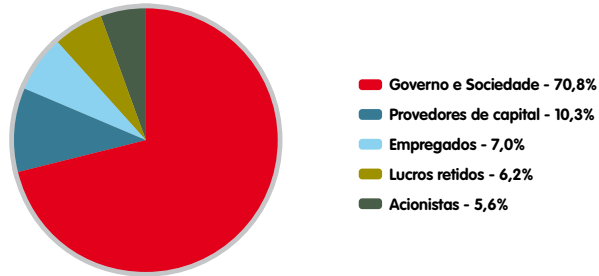
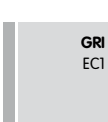
Número de Clientes
(mil)



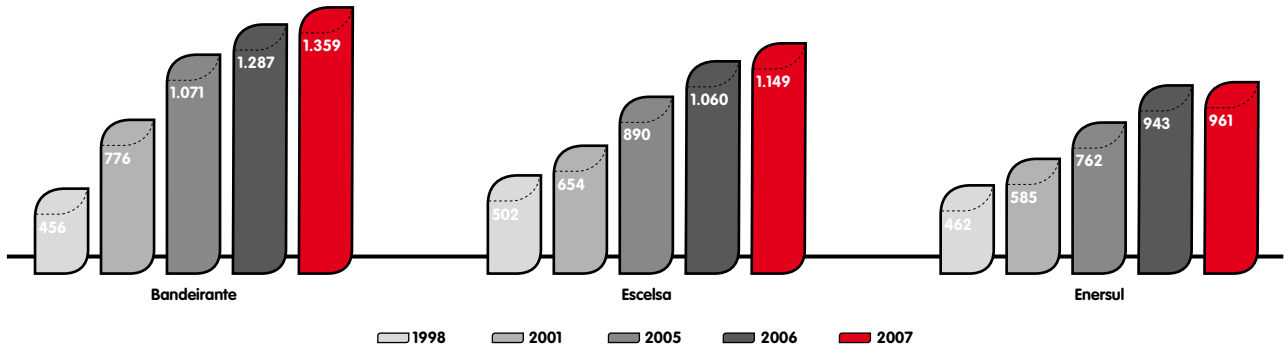
Número de Colaboradores



Distribuição do Valor Adicionado



Produtividade
(nº de clientes/colaborador)



Mensagem do Conselho de Administração

GRI
1.1

O ano de 2007 representou um avanço da Energias do Brasil no caminho do seu crescimento de forma sustentável. O desenvolvimento da companhia com base nos três eixos da estratégia de negócios do Grupo EDP - crescimento focado, risco controlado e eficiência superior - permitiram que continuemos a constituir uma referência em capacidade de criar valor para os nossos acionistas.

No Brasil, reforçamos a visão de crescimento focado com prioridade na área de geração, privilegiando as fontes renováveis, certos de que somos capazes de atuar com diferencial no momento em que todos buscam alternativas para o crescimento do parque gerador de energia elétrica no Brasil.

Estamos, neste momento, a estudar um conjunto muito significativo de locais para projetos de hídricas de média dimensão e também mini-hídricas. Para poder contribuir com uma resposta adequada ao aumento da procura nos próximos anos, anunciamos em 2007 o investimento na Usina Termelétrica Pecém, no Ceará, com capacidade instalada de 720 MW.

Desafiamos ainda toda a organização a melhorar o nível de eficiência, envolvendo a gestão de topo e transmitindo às equipes o espírito de exigência. O Vanguarda Opex, em curso em todas as empresas do Grupo, envolve centenas de colaboradores e, mais do que um projeto de economia de custos, busca consolidar a cultura de criação de valor.

O ano de 2007 foi também marcado por algumas alterações em termos regulatórios, cuja evolução, esperamos, possa vir a constituir uma base clara e sólida para o crescimento das distribuidoras da Energias do Brasil. A estabilidade das regras do jogo e uma visão de longo prazo, com incentivos ao investimento e à continuação dos elevados níveis de qualidade de serviço, são fundamentais.

Essa visão integrada da companhia e das suas práticas asseguraram a manutenção, pelo segundo ano consecutivo, das ações da Energias do Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo, que seleciona papéis de empresas reconhecidas pelo comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.



Já havíamos reforçado esse compromisso em 2006 com a adesão ao Pacto Global, um desafio para empresas de todo o mundo no apoio e na execução de dez princípios de desenvolvimento sustentável nas áreas de direitos humanos, práticas trabalhistas e meio ambiente.

Ainda nessa direção, criamos o Instituto Energias do Brasil, que assume a responsabilidade por centralizar e harmonizar as atividades socioambientais, educativas e culturais da *holding* e de suas empresas controladas. Instituímos também o Canal da Sustentabilidade, espaço aberto na web para acolher sugestões, dúvidas e críticas de todos os públicos em relação ao trabalho que desenvolvemos.

As oportunidades de crescimento que vislumbramos no mercado brasileiro são acompanhadas dos desafios para cumprirmos nossa estratégia. Agradecemos o apoio que temos recebido de acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e comunidades das áreas de operação, certos de que permaneceremos alinhados em torno do mesmo objetivo de criação de valor.

Antônio Mexia
Presidente do Conselho de Administração

Mensagem da Diretoria

No ano de 2007, a Energias do Brasil prosseguiu expandindo seus negócios e consolidando-se como referência no mercado energético brasileiro. Os nossos negócios cresceram, impulsionados pelo ambiente econômico favorável caracterizado por uma evolução superior a 5% do Produto Interno Bruto, pela estabilidade de preços, pela ampliação dos níveis de emprego e renda e do consumo de energia. Nossa capacidade de geração de energia foi ampliada em 25 MW, com a entrada em operação da PCH São João, ascendendo a 4.704 GWh (aumento de 19,7% em relação a 2006), a energia distribuída aos clientes do mercado regulado aumentou 4,5%, para 25.029 GWh, e a comercialização no mercado livre registrou acréscimo de 7,2%, para 7.188 GWh.

A receita líquida no ano totalizou R\$ 4.513 milhões, 13,3% acima de 2006. Nosso desempenho foi afetado pela revisão a Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Enersul, que fora estabelecida em 2003 e homologada em 2006. A alteração representou um impacto de R\$ 183,1 milhões, integralmente reconhecido no quarto trimestre. O lucro líquido registrou acréscimo de 11,6%, quando comparado ao ano anterior, encerrando 2007 em R\$ 440 milhões.

Este ano, demos um passo importante no sentido de aumentar a nossa capacidade de geração, com a decisão de investir na construção da usina termelétrica Pecém, no Ceará, com capacidade instalada de 720 MW. Parte dessa energia - 615 MW - já foi vendida em leilão realizado em outubro, prevendo-se a entrada em operação do empreendimento para início de 2012.

Aperfeiçoamos controles internos e sistemas de gestão de riscos, com a construção de um Portal que centraliza todas as informações sobre fatores com potencial impacto sobre os resultados. É uma ferramenta que nos auxiliará a disseminar a cultura de gestão de riscos em todas as instâncias da Organização.

Na busca de eficiência superior, concluímos a interligação dos Centros de Operação do Sistema das três distribuidoras, que permite gerenciar remotamente o abastecimento de energia a nossos 10 milhões de consumidores. Ganhamos agilidade, flexibilidade, capturamos sinergias e reduzimos riscos operacionais. Também evoluímos com o Projeto Vanguarda, de otimização de custos em todos os níveis, que nos ajudará a cumprir a meta de sermos referência em eficiência e qualidade entre as empresas de energia do País.

Todos esses resultados são de responsabilidade da Equipe de Gestão anterior, em particular do Sr. diretor-presidente, Antônio Martins da Costa, que felicito pelo trabalho desenvolvido e pelos resultados obtidos à frente do Grupo Energias do Brasil desde o seu IPO.

Concluída a dispersão do capital em Bolsa e a respectiva reorganização societária, a Energias do Brasil vai iniciar um novo ciclo de desenvolvimento. Um ciclo que deverá estar marcado pela valorização da empresa e, internamente, pela motivação e mobilização de toda a organização em torno do primeiro objetivo.

São cinco os aspectos prioritários que vamos atender nesse novo ciclo, tal como já comunicamos a todos os nossos colaboradores:

1. Capital humano e cultura

A Energias do Brasil é composta por 2.920 colaboradores. Somos uma grande família. Vamos fortalecer a nossa cultura própria, uma cultura diferenciada que partilhe dos valores do Grupo EDP, mas que nos faça sobressair no mercado onde atuamos. Seremos uma empresa mais justa, aberta, ambiciosa, inovadora e excelente, com um forte espírito de equipe e colaboração, capaz de desenvolver os talentos que existem em cada um de nós e de nos motivar para excedermos sempre.

2. Crescimento e novas oportunidades

O histórico recente demonstra que somos capazes de expandir os nossos negócios aproveitando oportunidades de aumentar nosso patrimônio. Queremos continuar a reforçar o valor das ações na Bolsa, que chega hoje a quase R\$ 4 bilhões, essencialmente por meio do crescimento no setor da geração tradicional - hídrica e termelétrica - e das novas energias. Neste campo, destacamos o papel central que desempenhará a energia da biomassa e a eólica. Elas farão parte da solução energética do Brasil do futuro. Tanta importância se refletirá na criação uma área estratégica dedicada exclusivamente a esta atividade.

3. Cliente e inovação

Temos hoje na Bandeirante, Escelsa e Enersul mais de 3 milhões de clientes finais. Comercializamos, por meio da Enertrade, 7,2 TWh/ano no mercado liberalizado. Ocupamos uma importante posição nos setores da distribuição e da comercialização brasileiros. Nessas áreas, privilegiaremos a excelência dos nossos serviços, a satisfação e a fidelização dos nossos clientes. A inovação será um traço dominante da cultura de serviço.

4. Custos e eficiência

O Projeto Vanguarda, que visa a reduzir custos, já se traduziu, em 2007, numa redução de R\$ 41,6 milhões. Daremos continuidade ao processo de melhoria da eficiência operacional, em particular no setor da Distribuição. Poucando, eliminando desperdícios e aumentando a eficiência, estaremos gerando riqueza e agregando valor ao negócio.

5. Comunidade e responsabilidade social

Hoje, a Energias do Brasil possui instalações em quatro Estados brasileiros e, por meio da Enertrade, faz negócios em todo o País. A nossa atividade é vital para a economia do País. Temos consciência da importância do serviço que prestamos e queremos continuar a ser agentes ativos no progresso das



comunidades onde estamos presentes. A nossa participação na responsabilidade social, na cultura, nas artes e no desporto será potencializada, cristalizando o reconhecimento coletivo de sermos uma empresa cidadã.

Nosso objetivo é criar valor para todos os acionistas e investidores, ajudar as comunidades nas quais estamos inseridos, satisfazer os clientes e fornecedores e sermos capazes de motivar o nosso capital humano, as pessoas. São desafios permanentes, que nos estimulam na busca da superação.

Antônio Pita de Abreu
Diretor-presidente

Engajamento das Partes Interessadas

07

GRI

4.14; 4.15;
4.16; 4.17

De acordo com seus princípios de desenvolvimento sustentável, a Energias do Brasil estabelece políticas e processos que visam garantir o relacionamento transparente, proativo, de mão-dupla e ético com todos os seus públicos estratégicos.

A empresa mantém diferentes canais de comunicação para esses grupos e oferece informações periódicas sobre seus desempenhos econômico, social e ambiental. Também garante que as demandas, sugestões e críticas apresentadas sejam encaminhadas às áreas responsáveis e os solicitantes atendidos com agilidade e eficiência.

Em 2007, reforçou seu posicionamento com o lançamento de nove políticas que foram divulgadas a todos os colaboradores e publicadas na Internet e na Intranet da Energias do Brasil e das empresas do Grupo. As novas políticas são complementares ao Código de Ética e aos dez princípios do *Global Compact* (Pacto Global). São elas: Sustentabilidade; Contra Discriminação e Assédio; Contra Trabalho Infantil e Escravo; Combate à Corrupção, ao Suborno e à Propina; Meio Ambiente, Saúde e Segurança; Relações Sindicais; Valorização da Diversidade; Comunicação, e Ativos Intangíveis.

Outra iniciativa do ano foi a criação do Instituto Energias do Brasil, que tem como principal objetivo promover o diálogo com todas as partes interessadas, garantindo o equilíbrio entre as atividades socioambientais, educativas, culturais, assistência social, desenvolvimento local e voluntariado desenvolvidas pela Companhia nas localidades onde atua.

A criação do Canal de Sustentabilidade, um espaço na Intranet e Internet do Grupo, também dissemina a cultura de sustentabilidade entre todos os seus públicos estratégicos. A publicação anual do relatório de sustentabilidade é mais uma ferramenta de prestação de contas.

Materialidade dos assuntos da sustentabilidade

A Energias do Brasil também realizou em 2007 um processo estruturado de mapeamento e consulta de públicos estratégicos da Empresa, composto pela seleção, identificação, priorização e diálogo com os *stakeholders*, envolvendo ações de capacitação, orientação e execução de oficinas internas e consolidação dos resultados das entrevistas e questionários.

As atividades realizadas seguiram as diretrizes e os princípios do GRI G3, no que se refere ao processo de engajamento dos *stakeholders*, objetivando a construção da matriz de materialidade e a definição dos assuntos relevantes a serem relatados no relatório anual.

Foram envolvidas nesse processo as empresas da Energias do Brasil, com a participação de 69 colaboradores, principais lideranças e representantes de grupos de *stakeholders* definidos pela empresa. Em todo este trabalho, a Empresa contou com o apoio da consultoria BSD Consulting.

Na matriz de materialidade, os assuntos foram classificados de acordo com a importância para a gestão da Energias do Brasil (visão das lideranças) e com a relevância na percepção dos *stakeholders* (externos e colaboradores). Os dados foram tratados e apresentados de forma corporativa, levando em conta o escopo e a abrangência do relatório de sustentabilidade da Empresa.

A iniciativa da ENBR em realizar tais atividades reflete a importância dada ao relatório de sustentabilidade na Companhia e certamente contribuiu para a qualidade do processo de elaboração e definição do conteúdo.

Matriz de materialidade da Energias do Brasil

A matriz de materialidade da Energias do Brasil foi constituída procurando conciliar a perspectiva da Empresa sobre o impacto atual e futuro dos assuntos de sustentabilidade e a expectativa dos *stakeholders* nos assuntos de sustentabilidade da Companhia.

Foram utilizados quatro critérios na classificação dos assuntos quanto à sua relevância: muito alto, alto, médio e baixo. A atribuição de pontuação a esses critérios permitiu a sua consolidação, levando-se em conta a representatividade dos *stakeholders* estratégicos participantes e lideranças da Empresa.

Os resultados da materialidade dos assuntos de sustentabilidade são apresentados de acordo com o posicionamento dos temas na matriz; visão dos temas por quadrante; tabela de classificação dos assuntos; e comentários dos *stakeholders*.

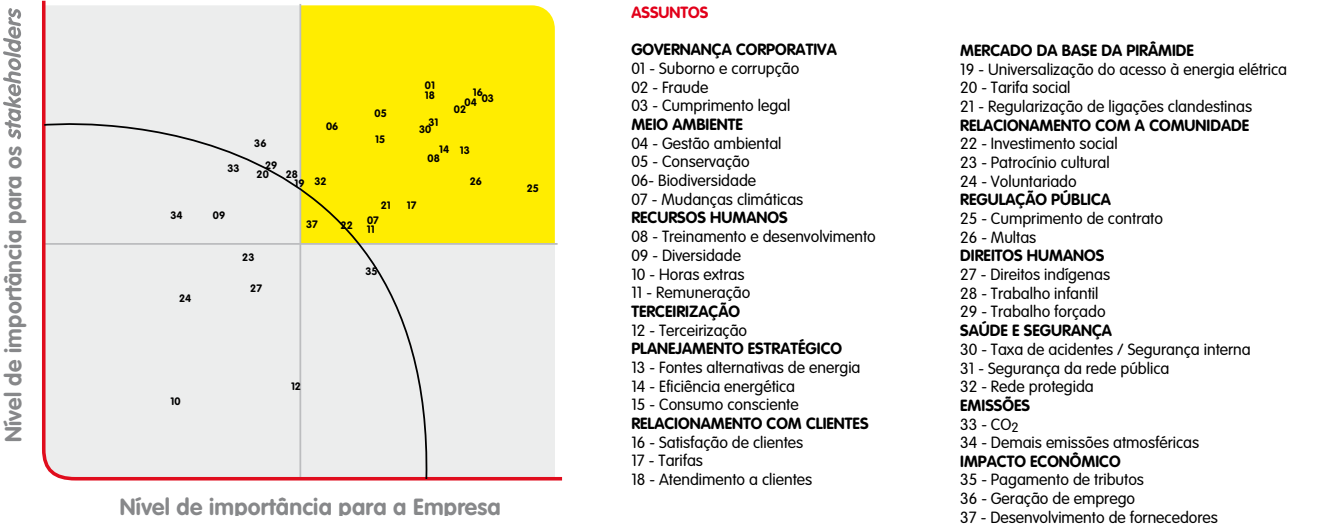
Priorização de Stakeholders - Consolidado		
Impacto do stakeholder sobre a ENBR	Alto	Sindicatos, Mídia (imprensa), Conselho de Consumidores (Idec, Procon, Idecon), órgãos reguladores (Aneel, ANA, ONS, agências estaduais), Bovespa, órgãos de defesa do meio ambiente, Ibama, Abradee, Ministério Público, Poder Público Federal, DRT, Receita Federal/Estadual, entidades de classe, órgãos licenciadores, Defensorias Públicas/Juizados Pequenas Causas, empresas de energia alternativa, instituições financeiras/bancos arrecadadores, ECOA, DNIT, DNER, DER, Conselhos Comunitários de Segurança (Consegl)
	Baixo	Estagiários, associações/conselhos profissionais, defesa civil, bombeiros, instituições de ensino e pesquisa (Finep, Finame), associações de sustentabilidade, movimentos sociais (MAB, MST), comitês de bacias, CVM, entidades representativas (Abracel, Abrage, Acende, Apimec), ONGs, comunidade e meio ambiente, vizinhos, bancos multilaterais de crédito, Poder Público estadual e municipal
Impacto da ENBR sobre o stakeholder		
Alto		
Baixo		

A apresentação nesses diferentes formatos providencia uma visão abrangente sobre a materialidade dos temas. A avaliação da materialidade não pode ser considerada como um critério que demonstra valor científico, mas um critério dinâmico e sujeito às visões subjetivas, permitindo à empresa focar melhor nas suas atividades de gestão e no relato da sustentabilidade.

Os assuntos são apresentados na matriz por meio de referência numérica, conforme tabela apresentada ao lado da figura.

Os assuntos posicionados no quadrante superior direito foram aqueles considerados com maior impacto na sustentabilidade da ENBR; os posicionados nos demais quadrantes acima da linha de referência representam também temas de grande importância para a Empresa e/ou stakeholders; os demais, colocados abaixo da linha de referência, mostraram-se de baixo significado.

Matriz de Materialidade



Com esse conjunto de ações, a Energias do Brasil busca engajar todos os seus públicos na promoção sustentável de suas atividades e estimula a adoção de práticas de responsabilidade social e cidadania.

Os principais mecanismos de comunicação e engajamento com cada grupo de *stakeholders* são:

Público	Subgrupos	Ações
Acionistas	Acionistas (controlador e minoritários) Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa)	Reuniões periódicas (mensais/trimestrais) com divulgação de informações relevantes ao negócio, resultados e posicionamento no mercado. Para o acionista majoritário (Energias de Portugal), apresenta um relatório trimestral de sustentabilidade, com o acompanhamento dos indicadores econômicos, ambientais e sociais das empresas do Grupo no Brasil.
Público interno	Colaboradores diretos e terceiros Familiars dos colaboradores Sindicatos	Promove ações de conscientização sobre responsabilidade social, cidadania e meio ambiente, garantindo o alinhamento dos princípios de sustentabilidade do Grupo no dia-a-dia das atividades. Realiza ainda pesquisa de clima, oferece o Canal de Sustentabilidade e canais de comunicação e de denúncia para ocorrência de não-cumprimento do código de ética. Fornece informações claras e garante a ética no relacionamento com os sindicatos.
Clientes	Clientes (industrial, comercial, poder público e livre) Conselho de Consumidores Concorrentes (comercializadora e geradora) Câmara de Comércio de Energia Elétrica (CCEE)	Conta com canais específicos para o atendimento dos clientes, respeitando características socioeconômicas, regionais e culturais. Mantém serviço de <i>call center</i> , agências de atendimento e área específica para o recebimento de sugestões e reclamações nos sites das empresas do Grupo. Realiza periodicamente pesquisas de satisfação sobre os serviços prestados.
Sociedade	Comunidades no entorno dos empreendimentos ONGs e entidades sociais Entidades representativas (Abracel, Abrage, Acende, Apimec) Instituições de ensino e pesquisa Instituições culturais Mídia	Promove o engajamento das comunidades por meio de programas sociais, culturais e ambientais. Realiza o monitoramento dos projetos sociais e estabelece canais específicos de comunicação para as comunidades atendidas. Faz consultas públicas sobre os seus empreendimentos e desenvolve uma relação proativa e ética com os meios de comunicação e imprensa locais e de representatividade regional ou nacional.
Fornecedores	Fornecedores de energia, de serviços, de materiais e terceirizados	Além das cláusulas com critérios socioambientais e de direitos humanos para a contratação de serviços e produtos, explicitadas nas políticas de sustentabilidade do Grupo, esses públicos são estimulados a expandir esses conceitos em seus negócios e apoiar ou desenvolver iniciativas de promoção da sustentabilidade.
Governo	Órgãos reguladores (Ministério das Minas e Energias; Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel; Agência Nacional da Água - ANA; Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee; agências estaduais) Órgãos e conselhos de desenvolvimento (políticas públicas) Órgãos de defesa do meio ambiente, Ministério do Meio Ambiente, Ibama Ministério público, Receita Federal	A Companhia atende a todas as normas estabelecidas pelas agências governamentais referentes ao seu negócio e se coloca como parceira ativa no atendimento às demandas da sociedade. Apóia e/ou realiza projetos em parceria com governos municipais, estaduais e federal, que visam promover o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua e, de forma mais abrangente, a somar esforços na construção de um país mais próspero e com oportunidades para todos.

Compromissos

GRI
4.12

A Energias do Brasil aderiu, em 2006, ao Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa dirigida à comunidade empresarial para tratar de valores fundamentais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção.

Com essa atitude, reforça a sua intenção de prosseguir no caminho da sustentabilidade e compromete-se a apoiar seus princípios, não apenas agindo de acordo com eles, mas também propagando a sua aplicação. Esse compromisso foi reafirmado em 2007 com a entrega, por parte da Empresa, do *Communication on Progress* (COP), documento que ratifica a adesão ao desafio.

No ano, o Grupo lançou nove políticas que reforçam esse posicionamento: Sustentabilidade; Contra Discriminação e Assédio; Contra Trabalho Infantil e Escravo; Combate à Corrupção, ao Suborno e à Propina; Meio Ambiente, Saúde e Segurança; Relações Sindicais; Valorização da Diversidade; Comunicação; e Ativos Intangíveis. Esses documentos foram distribuídos a todos os colaboradores e estão disponíveis na Internet e na Intranet da Companhia.

Também aderiu, em 2007, ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção. Ele é uma iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Uniethos, Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime (UNODC), Fórum Econômico Mundial e Comitê Brasileiro do Pacto Global, com o apoio da Agência Brasileira das Agências de Publicidade (Abap) e da Fundação Ford. Representa um compromisso voluntário das empresas, em favor da ética nos negócios.

Em janeiro de 2007, o Grupo aderiu ao Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS),

e, em maio, firmou parceria com o Instituto Akatu, organização não-governamental que tem o objetivo de conscientizar e mobilizar o cidadão brasileiro pelo consumo consciente. O CEBDS faz parte da rede do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development - WBCSD*), uma coligação de altos executivos de 200 empresas líderes mundiais, voltadas para a excelência ambiental e princípios do desenvolvimento sustentável.

Os 10 Princípios do Pacto Global

Princípios de Direitos Humanos

1. Respeitar e proteger os direitos humanos.
2. Impedir violações de direitos humanos.

Princípios de Direitos do Trabalho

3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho.
4. Abolir o trabalho forçado.
5. Abolir o trabalho infantil.
6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho.

Princípios de Proteção Ambiental

7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
8. Promover a responsabilidade ambiental.
9. Encorajar tecnologias que não agridem o meio ambiente.

Princípio contra a Corrupção

10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Governança Corporativa

O compromisso com as melhores práticas no relacionamento com seus públicos leva a Energias do Brasil a adotar uma governança corporativa caracterizada pela transparência, total respeito pelos direitos dos acionistas, prestação de contas e ampla divulgação de informações. Como reforço a esse modelo, a *holding* mantém apenas ações ordinárias (com direito a voto) listadas, desde julho de 2005, no Novo Mercado da Bovespa - segmento das empresas que assumem compromissos de governança adicionais às determinações de legislação das sociedades por ações.

Por seu desempenho, foi incluída entre as únicas 11 empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa da Bovespa que prestam informações organizadas aos acionistas antes da realização das assembleias. A pesquisa, feita pela Previ (caixa de previdência dos funcionários do Banco do Brasil), analisou as cerca de 150 companhias listadas nesses segmentos.

Entre as melhores práticas figuram:

- Extensão a todos os acionistas do direito de *tag along* de 100% (inclusão em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da alienação de controle, por idêntico preço pago por ação do bloco de controle);
- Distribuição de dividendos de, no mínimo, 40% do lucro ajustado (ante 25% determinados pela legislação);
- Divulgação mais ampla de informações trimestrais, incluindo fluxo de caixa;
- Independência e qualificação dos membros do Conselho de Administração;
- Resolução dos conflitos entre os acionistas por meio de uma Câmara de Arbitragem, o que representa a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada.
- Código de Ética subscrito por todos os colaboradores ativos;
- Políticas de Negociação de Ações e de Divulgação de Informações.

GRI
4.6

Conselho de Administração

GRI
4.1

O Conselho de Administração é composto por nove membros, incluindo dois diretores executivos e quatro conselheiros independentes, sendo dois deles indicados por acionistas minoritários. São eleitos pela Assembleia Geral para mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. O órgão é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais dos negócios, incluindo a estratégia de longo prazo; eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar seu funcionamento, além das atividades definidas em lei e no Estatuto Social da Companhia.

A atuação é regida por um regulamento específico, que estabelece a política de avaliação do Conselho de Administração e de seus integrantes. As reuniões ordinárias acontecem a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. Em 2007, foram realizadas quatro reuniões ordinárias e seis extraordinárias.

A remuneração global dos conselheiros é aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, de forma separada à proposta de remuneração da Diretoria, e totalizou R\$ 1 milhão para o período de abril/2007 a março/2008. Não são mantidos processos estruturados para qualificação dos membros do Conselho nem para a auto-avaliação do desempenho.

GRI
4.7;
4.9

A condição dos conselheiros independentes segue a definição do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC): não ter qualquer vínculo com a sociedade, exceto eventual participação de capital; não ser acionista controlador, membro do grupo de controle, cônjuge ou parente até segundo grau deles, ou ser vinculado a organizações relacionadas ao acionista controlador; não ter sido empregado ou diretor da sociedade ou de alguma de suas subsidiárias; não estar fornecendo ou comprando, direta ou indiretamente, serviços e/ou produtos à sociedade; não ser funcionário ou diretor de entidade que esteja oferecendo serviços e/ou produtos à sociedade, não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum diretor ou gerente da sociedade; e não receber outra remuneração da sociedade além dos honorários de conselheiro (dividendos oriundos de eventual participação no capital estão excluídos dessa restrição).

GRI
4.3

Diretoria Executiva

GRI
4.5

A Diretoria Executiva é composta por seis membros eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos. É encarregada de administrar os negócios e adotar os atos necessários ou convenientes, bem como executar as deliberações do Conselho de Administração. A remuneração da Diretoria considera o alcance de metas econômicas, ambientais e sociais e é proposta pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, que aprovou em 2007 o valor global de R\$ 4.500.000,00 para o período de abril/2007 a março/2008.

A partir de janeiro de 2008, a Diretoria passou a ter uma nova composição, decorrente da nomeação de Antônio Martins da Costa, diretor-presidente desde 2003, para o cargo de *chairman* e CEO da Horizon Wind Energy, empresa recentemente adquirida pela EDP nos Estados Unidos. Também passam a exercer outras funções no Grupo EDP, em Portugal, Custódio Alexandre Rouxinol Miguens e Antônio Eduardo da Silva Oliva, respectivamente vice-presidentes de Geração e Meio Ambiente e de Distribuição e Serviços Técnicos.

Nova composição da Diretoria Executiva

Diretor-presidente: Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu;

Diretor vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores: Antonio José Sellare;

Diretor vice-presidente de Geração: Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro;

Diretor vice-presidente de Distribuição: João José Gomes de Aguiar;

Diretor vice-presidente de Comercialização: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas;

Diretor vice-presidente de Controle de Gestão: Miguel Dias Amaro.

Comitês de Assessoramento

No início de 2008, o Conselho de Administração decidiu pela extinção do Comitê de Supervisão, mantendo os outros três, que são: Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa. São responsáveis por assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias apresentadas. Todos são integrados exclusivamente por três conselheiros, que podem solicitar informações e sugestões de integrantes da Diretoria-Executiva ou de membros do corpo gerencial da Companhia.

Comitê de Auditoria - É responsável por acompanhar e avaliar as atividades de auditorias externa e interna, monitorar os riscos de negócios e acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações. De caráter permanente, estabelece ainda procedimentos para recebimento, retenção e tratamento das queixas dos assuntos recebidos pelo Canal de Comunicação e Denúncia da Energias do Brasil. É composto por três membros, sendo um deles conselheiro independente (Francisco Gros, que ocupa o cargo de presidente do Comitê), um indicado pelo acionista controlador (Nuno Alves) e um nomeado pelos acionistas minoritários (Francisco Pitella).

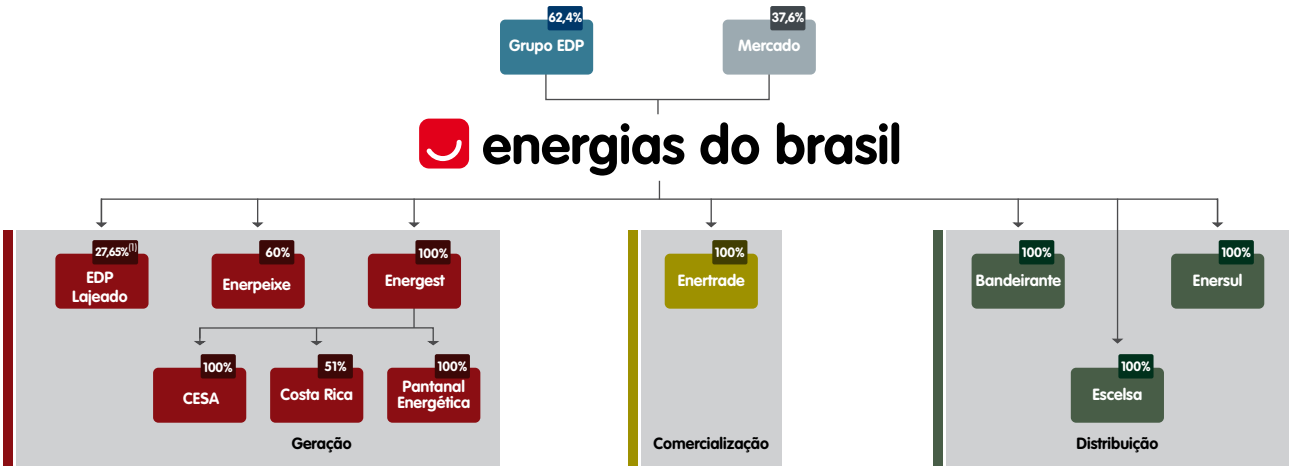
Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa -

De caráter permanente, é encarregado de zelar pela perenidade da Organização, com uma visão de longo prazo e sustentabilidade, incorporando considerações de ordens social e ambiental na definição de negócios e operações. Deve também assegurar a adoção das melhores práticas de governança corporativa e dos mais elevados princípios éticos, visando aumentar o valor da sociedade, facilitar o acesso ao capital a custos mais baixos e contribuir, de modo igual, para a sua perenidade. Entre suas atribuições destaca-se a proposição do regime de avaliação do Conselho de Administração e de seus membros, além da análise e do acompanhamento de negócios entre partes relacionadas. O presidente do Comitê é conselheiro independente (Pedro Malan), sendo os dois outros membros Ana Maria Fernandes, representante do acionista controlador, e Modesto Carvalhosa, indicado pelos acionistas minoritários.

Comitê de Remuneração - Comitê consultivo de deliberação colegiada, de caráter não-permanente, tem a função de assessorar o Conselho de Administração nas deliberações relativas às políticas de remuneração da Energias do Brasil e de suas controladas. Dois de seus integrantes são indicados pelo acionista controlador (Antônio Mexia, que preside o Comitê, e Nuno Alves) e um é conselheiro independente (Pedro Malan).

GRI
4.9

Estrutura Acionária



GRI
2.4

Legenda
% do capital total

⁽¹⁾Capital votante da Investco e representa o percentual que a Energias do Brasil detém da energia produzida. A Energias do Brasil possui 23,05% do capital total.

Código de Ética

O Código de Ética orienta as ações de relacionamento da Energias do Brasil S.A. e de suas controladas com seus públicos interno e externo. Estabelece uma conduta de transparência, honestidade e integridade, com o cumprimento de legislação, respeito aos direitos humanos, não-discriminação, igualdade de oportunidades e proibição de práticas de suborno e corrupção.

Na página da Companhia na Internet (www.energiasdobrasil.com.br), no *link* Fale Conosco, há um canal de comunicação e denúncia pelo qual acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores, bem como outros interessados, podem apontar condutas que julguem inadequadas aos princípios do Código de Ética do Grupo. Não é necessário identificar-se, com a garantia de anonimato para quem quiser preservá-lo. Os procedimentos para receber, reter e tratar as queixas recebidas por esse canal são definidos pelo Comitê de Auditoria.

Esse canal, assim como os integrantes dos comitês de assessoria ao Conselho e a área de Relações com Investidores, é uma instância para qualquer pessoa encaminhar recomendações ao Conselho de Administração.

GRI
4.2

Políticas Corporativas

Para o relacionamento com o mercado de capitais, são mantidas duas políticas que se alinham às melhores práticas de governança - a Política de Divulgação de Informações e Manutenção de Sigilo e a Política de Negociação com Valores Mobiliários. Ambas foram ajustadas em 2007, para se adequar à Instrução CVM 449, de 15 de março de 2007, alinhando a legislação às práticas de mercado.

A Política de Divulgação se aplica a todas as pessoas que possam deter informação relevante, estabelecendo regras de sigilo e confidencialidade e atribuindo responsabilidade direta e subsidiária pela divulgação de fato relevante ao diretor de Relações com Investidores e aos destinatários que tenham conhecimento pessoal de fato relevante, respectivamente.

A Política de Negociação fixa parâmetros e limites para a negociação com papéis da Companhia, de forma a evitar o uso de informações relativas a fatos relevantes para obter vantagem no mercado acionário.

GRI
4.6

Durante o ano, também foram editadas outras políticas corporativas, com o objetivo de aprimorar os padrões de governança e sustentabilidade. Essas políticas abordam: Sustentabilidade; Comunicação; Meio Ambiente, Saúde Ocupacional e Segurança; Relações Sindicais; Combate à Corrupção, Suborno e Propina; Contra o Trabalho Infantil e Escravo; Contra a Discriminação e o Assédio Sexual e Moral; Valorização da Diversidade; e Ativos Intangíveis.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas entidades auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam de auditoria externa, a Companhia informa que os serviços prestados, no exercício de 2007, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados à prestação de serviços de auditoria independente de demonstrações financeiras.

Relações com Investidores

A Diretoria de Relações com Investidores administra o relacionamento com o mercado de capitais. Durante o ano, foram realizadas diversas reuniões com profissionais e analistas do mercado de capitais e quatro teleconferências para a divulgação dos resultados trimestrais, iniciativas reconhecidas com o Selo Apimec, da Associação dos Analistas e Profissionais de Mercado de Capitais, que atesta a assiduidade do Grupo em seus encontros com o mercado. Na Internet, é mantida uma página de Relações com Investidores, com informações atualizadas sobre os negócios e o desempenho econômico-financeiro.

Integrantes do Conselho de Administração

Antônio Luis Guerra Nunes Mexia - Presidente do Conselho de Administração da Energias do Brasil desde março de 2006, é também presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal. No Brasil, preside ainda o Comitê de Remuneração da companhia. Com relevantes passagens pelo setor energético português - foi presidente da Associação Portuguesa de Energia por dez anos, de 1992 a 2002, além de alto executivo de empresas como Galp Energia e Transgás -, destaca-se ainda por ter ocupado, de julho de 2004 a março de 2005, o Ministério das Obras Públicas, Transportes

e Comunicações do governo português. Na área acadêmica, destacou-se como professor no curso de pós-graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica, de 1985 a 1989, e como assistente no Departamento de Economia da Universidade de Genève, entre 1979 e 1991.

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu - Conselheiro e diretor-presidente a partir de 8 de janeiro de 2008. É engenheiro formado pela Universidade Técnica de Lisboa e atua no setor elétrico desde 1977. É também administrador-executivo da EDP, SA e administrador da Hidrocentrificadora Energia. Além disso, é presidente da ELECPOR - Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, vice-presidente da Associação Portuguesa de Energia e membro do Conselho de Administração da Union of the European Electricity Industry (Eurelectric). Anteriormente desempenhou diversos cargos de Diretoria em empresas do Setor Eléctrico. Foi, nomeadamente, Presidente da REN, Rede Eléctrica Nacional de Portugal, da EDP Geração, Vice-presidente da EDP Distribuição e da EDP Comercial. Como Administrador executivo da EDP tinha sob sua responsabilidade a Regulação, os Recursos Humanos e a Distribuição de Energia.

Ana Maria Machado Fernandes - Conselheira desde março de 2006 e integrante do Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa. Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, em 1986, foi diretora de Planejamento Estratégico e M&A da Gás de Portugal, reportando-se diretamente ao CEO da empresa, administradora da Transgás S.A. e da Galp Energia, SGPS, SA, e presidente e CEO da Galp Power, SGPS, SA. Sem abdicar de uma sólida formação acadêmica, concluiu MBA pela Universidade do Porto, em 1989, e, no mesmo ano, pós-graduação em Finanças, pela Faculdade de Economia do Porto, onde foi ainda assistente nas cadeiras de Contabilidade Analítica e Análise Financeiras, de 1989 a 1991.

Antonio José Sellare - Conselheiro desde setembro de 2005, diretor vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores, além de membro efetivo do Conselho de Administração das empresas Bandeirante, Escelsa, Enersul, Energest, Enerpeixe, EDP Lajeado e Enertrade e membro suplente da empresa Investco S.A. Formado em Administração de Empresas pela PUC de São Paulo, acumulou experiência em instituições financeiras, com passagem pelas áreas administrativas e contábeis, administração de fundos de investimento, operações em bolsas de valores e com derivativos, gestão de risco, gestão de tesouraria e modelagem de produtos financeiros.

Francisco Carlos Coutinho Pitella - Conselheiro desde abril de 2007.

É Diretor de Relações com Investidores da GTD Participações S.A., empresa com investimentos na EDP - Energias do Brasil S.A. Presidente do Comitê de Investimento do Energia PCH Fundo de Investimento em Participações. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Geral da Juruena Participações e Investimentos S.A., Empresa com Investimentos em PCHS no Estado do Mato Grosso. Representa as "Tradings" Marc Rich Investment Ag, Stratton Metals Ltd e Trafigura AG na Importação e Exportação de Minérios e Metais. Foi membro dos Conselhos de Administração e Fiscal da Escelsa e da Enersul. Foi Diretor da Vale do Rio Doce Alumínio S.A., membro dos Conselhos de Administração das empresas Valesul Alumínio S.A. e Mineração Rio do Norte S.A. e dos Conselhos Consultivos da Albras - Alumínio Brasileiro S.A. e Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A. Foi diretor geral para a América do Sul das "Tradings" Aioc Corporation e Marc Rich Investment AG. Engenheiro Civil, formado pela Escola Nacional de Engenharia da UFRJ.

Francisco Roberto André Gros - Conselheiro independente desde setembro de 2005 e presidente do Comitê de Auditoria. Preside ainda o Conselho de Administração da Wilson Sons, e é vice-presidente do Conselho de Administração da Globex Utilidades S.A. É membro dos Conselhos de Administração da OGX Petróleo e Gás, das Lojas Renner, Fosfertil, Wellstream, AGCO e da The Nature Conservancy (Brasil). É ainda membro do Conselho Consultivo das seguintes companhias: Scania Latin America Ltda. e Banco Financia S.A. Formado em Economia pela Universidade de Princeton (EUA), foi presidente da Aracruz Celulose, do Banco Central do Brasil (por duas vezes), da Petrobras e do BNDES. Foi ainda membro titular da Câmara de Gestão da Crise de Energia e responsável pelo Comitê de Revitalização do Setor Elétrico.

Modesto Souza Barros Carvalhosa - Conselheiro desde setembro de 2005 e integrante do Comitê de Sustentabilidade e Governança. É também membro do Conselho Curador da Universidade Federal de São Carlos e da Fundação Padre Anchieta, do Conselho de Administração da Companhia Melhoramentos de São Paulo e da Câmara de Arbitragem da Bolsa de Valores de São Paulo. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo e doutor de Direito Comercial e Econômico pela USP, foi professor de Direito Comercial da USP, consultor jurídico da Bolsa de Valores de São Paulo, presidente do Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seção São Paulo e membro da Comissão Constitucional da OAB.

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves - Conselheiro desde março de 2006 e integrante dos Comitês de Auditoria e de Remuneração. Apesar de licenciado em Engenharia e Construção Naval pela Universidade de Michigan, em 1980, foi pela área administrativo-financeira que Nuno Alves construiu a sua carreira. Na mesma universidade onde alcançou o título de engenheiro, tornou-se mestre em Gestão de Empresas, em 1985. Três anos depois, deu início à sua trajetória profissional, como técnico na direção de estudos e planejamento do Banco Comercial Português. Fez carreira na instituição, onde passou por diversos cargos até assumir, em 1999, a presidência do Conselho de Administração da CISF Dealer (braço de investimentos do Banco Comercial Português), e, em 2000, o cargo de Administrador com os Pelouros de Tesouraria e Mercado, do agora denominado Millennium BCP Investimento (anterior Banco CISF).

Pedro Sampaio Malan - Conselheiro desde setembro de 2005. Atualmente exerce o cargo de presidente do Conselho de Administração do Unibanco, presidente do Conselho de Administração da empresa Globex-Ponto Frio, membro do Conselho Consultivo da Alcoa Alumínio S.A. É professor do Departamento de Economia da Universidade Católica do Rio de Janeiro e autor de dezenas de trabalhos sobre economia brasileira e internacional, publicados no Brasil e no exterior. Foi ministro da Fazenda durante oito anos, de 1995 até 2002, e presidente do Banco Central do Brasil, no período de 1993 a 1994. Foi consultor especial e negociador-chefe para Assuntos da Dívida Externa, do Ministério da Fazenda, no período de 1991 a 1993; diretor-executivo do Banco Mundial, de 1986 a 1990 e de 1992 a 1993; diretor-executivo no Banco Interamericano de Desenvolvimento, de 1990 a 1992; diretor do Centro de Empresas Transnacionais da ONU, em Nova York, de 1983 a 1984; diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais da ONU, em Nova York, de 1985 a 1986. Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da PUC do Rio de Janeiro em 1965, Pedro Malan é Ph.D. em Economia pela Universidade de Berkeley, Califórnia.

Integrantes da Diretoria-executiva

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu - Diretor-presidente a partir de 8 de janeiro de 2008. Biografia já apresentada em Conselho de Administração.



Antonio Sellare - Diretor vice-presidente de Finanças e de Relações com Investidores, **Carlos Loureiro** - Diretor vice-presidente de Geração, **Miguel Amaro** - Diretor vice-presidente de Controle de Gestão, **António Pita de Abreu** - Diretor-presidente, **Miguel Setas** - Diretor vice-presidente de Comercialização, **João Aguiar** - Diretor vice-presidente de Distribuição

Antonio José Sellare - Diretor vice-presidente de Finanças e de Relações com Investidores desde 1º de setembro de 2000. Biografia já apresentada em Conselho de Administração.

Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro - Diretor vice-presidente de Geração a partir de 8 de janeiro de 2008, após ocupar a vice-presidência de Comercialização desde janeiro de 2003. É presidente suplente do Conselho de Administração da Enerpeixe e membro do Conselho de Administração da Coelce. Foi diretor comercial da Bandeirante Energia e diretor de Gestão e Sistemas Comerciais da EDP - Distribuição. Estudou Engenharia Eletrotécnica na Universidade do Porto, e Direção de Empresas (Pade) na Escola de Direção e Negócios (Aese). Desempenhou diversas funções na Ordem dos Engenheiros de Portugal e na Associação Europeia das Associações de Engenheiros Electrotécnicos (Eurel), a qual presidiu. Em Portugal, teve intensa atividade pública. Foi vereador da Câmara Municipal de Coimbra, vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, governador civil do Distrito de Coimbra, secretário de Estado da Construção e Vias Terrestres (Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações), presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro e secretário de Estado da Administração Interna (1991 a 1995), entre outras funções.

João José Gomes de Aguiar - Diretor-presidente da Bandeirante Energia e Vice-Presidente da Energias do Brasil desde março de 2005. Com longa carreira no Grupo EDP, onde trabalha desde 1979, acumula passagens pela diretoria de diversas empresas da *holding*, entre elas a CPPE (Companhia Portuguesa de

Produção de Electricidade) e a EDP Distribuição, na qual chegou à vice-presidência. Engenheiro Eletricista e com pós-graduação em Economia da Energia, foi professor convidado da Universidade Técnica de Lisboa e vice-presidente da Associação Portuguesa de Energia.

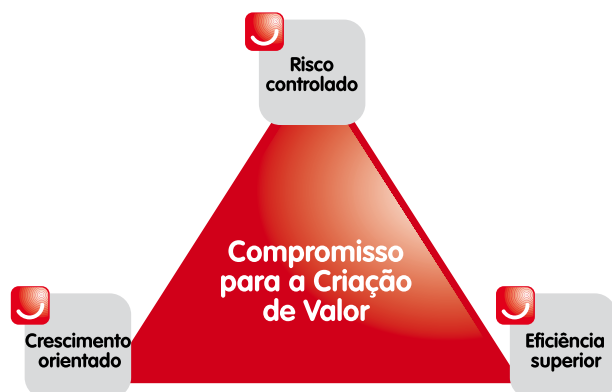
Miguel Dias Amaro - Diretor vice-presidente de Controle de Gestão a partir de 8 de janeiro de 2008. Engenheiro mecânico formado pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (Isel), foi anteriormente diretor de Auditoria Interna Corporativa da Portugal Telecom (PT), entre outubro de 2003 e dezembro de 2007. Antes da PT, onde foi também assessor do presidente executivo Miguel Horta e Costa, em 2003, trabalhou como analista financeiro do setor de telecomunicações, no Espírito Santo B&M, em Madrid, de 2000 a 2002, e como adjunto da Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças, do Ministério das Finanças do governo de Portugal, entre novembro de 1999 e setembro de 2000.

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas - Diretor vice-presidente de Comercialização. Iniciou a sua carreira como consultor na McKinsey & Co e está ligado ao setor da energia desde 1998. Ingressou no Grupo EDP em 2006. Foi Administrador da EDP Comercial, da EDP Inovação, da Portgás e da Fundação EDP. Formou-se em Engenharia Física e fez o Mestrado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores no Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Em 1996, fez MBA na Universidade Nova de Lisboa. No Grupo Galp Energia foi Diretor de Marketing Estratégico e Administrador da LisboaGás. Foi ainda Administrador da CP - Comboios de Portugal e presidente da CP Lisboa.

Estratégia Empresarial

GRI 1.2

Para atingir o objetivo de consolidar-se como uma empresa referência no mercado brasileiro, comprometida em criar valor com sustentabilidade, a Energias do Brasil orienta sua atuação com base em três pilares: crescimento orientado, risco controlado e eficiência superior.



Na execução de sua estratégia, tem o apoio da ferramenta de gestão Balanced Scorecard (BSC), que traduz a estratégia em planos de ação desenvolvidos em quatro perspectivas: financeira; do cliente; interna; e de aprendizado e crescimento. Todo esse processo é baseado em três fatores: buscar inovação com foco na cadeia de valor, integrar a sustentabilidade ao negócio e garantir a melhoria contínua na qualidade da gestão.

Crescimento orientado

Na perspectiva de mercado, pretende tornar-se um dos operadores mais fortes e equilibrados no Brasil. Para isso, a Organização busca o crescimento do portfólio de negócios, prioritariamente em geração, assim como ampliar as vendas de energia e serviços de comercialização e atender o crescimento de mercado em distribuição. No aspecto de aprendizado e crescimento, dirige o investimento em capital humano focado no valor.

Risco controlado

Para assegurar a criação de valor para os acionistas, procura sustentar elevado padrão em governança corporativa e sustentabilidade, o que envolve manter sob controle os riscos de mercado, financeiros e regulatórios. Para isso, conta com o apoio de sistemas de gestão alinhados à estratégia e processos de comunicação interna e externa potencializados.

Eficiência superior

Com o objetivo de aumentar a qualidade e a eficiência das operações, seus programas seguem forte disciplina de investimentos e procuram maximizar a eficiência operacional e garantir a melhoria contínua na qualidade de gestão. O cumprimento desse pilar envolve também o fortalecimento da marca das empresas e do Grupo e a promoção de uma cultura orientada para o valor.

Prioridades

Cinco aspectos são considerados prioritários na execução da estratégia:

- 1. Capital humano e cultura** - Fortalecer a cultura do Grupo, compartilhando os valores da EDP, de forma a sobressair no mercado de atuação. Ser uma empresa mais justa, aberta, ambiciosa, inovadora, com um forte espírito de equipe e colaboração, capaz de desenvolver os talentos e motivar seus profissionais.
- 2. Crescimento e novas oportunidades** - Reforçar o valor das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, por meio do fortalecimento dos negócios de distribuição e comercialização e da contínua expansão na geração, tanto de energias convencionais (hídrica e termelétrica) como renováveis.

3. Cliente e inovação - Privilegiar a excelência dos serviços e a fidelidade dos clientes, sendo a inovação um traço dominante na cultura de serviço.

4. Custos e eficiência - Dar continuidade ao processo de melhoria operacional, especialmente na área de distribuição. As iniciativas para poupar, eliminar desperdícios e aumentar a eficiência significam produção de riqueza e agregação de valor ao negócio.

5. Comunidade e responsabilidade social - Consciente da importância da atividade para a economia brasileira, a Energias do Brasil quer continuar a ser um dos agentes fundamentais no progresso das comunidades onde está presente. Para isso, vai potencializar sua participação na responsabilidade social, na cultura, nas artes e no esporte, cristalizando o reconhecimento coletivo de ser uma empresa-cidadã.

Projeto Vanguarda

O foco na eficiência inspira o Projeto Vanguarda, que engloba uma série de medidas destinadas a criar valor para Energias do Brasil, promover o alinhamento ao seu modelo de negócios e criar a cultura de otimização de custos.

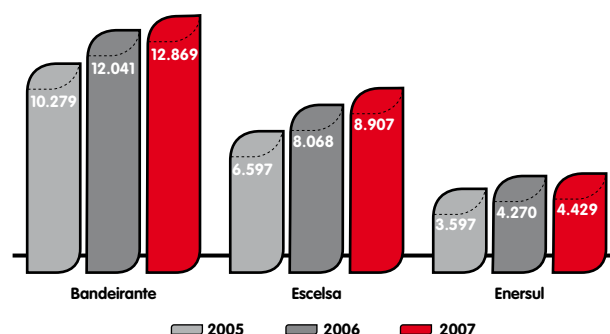
Ele é uma continuidade do Programa Eficiência, iniciado em 2004, que buscou economias por meio de sinergias entre as empresas do Grupo, como parte do processo de criação da Energias do Brasil. Uma segunda etapa foi o Vanguarda Organizacional, baseado em economias com a reestruturação organizacional. Uma terceira iniciativa é o Vanguarda Opex, iniciado em 2007 e integrado por medidas de otimização dos gastos em todos os níveis.

No encerramento de 2007, o quadro de colaboradores da Energias do Brasil era de 2.920 funcionários. O Programa Vanguarda, concluído no final do ano, resultou no desligamento líquido de 573 empregados. Em 2007, as economias de pessoal resultantes do Vanguarda foram de R\$ 41,6 milhões. Considerando que diversos desligamentos ocorreram ao longo de 2007, o impacto integral do PDV, estimado em R\$ 61,5 milhões, ocorrerá a partir de 2008.

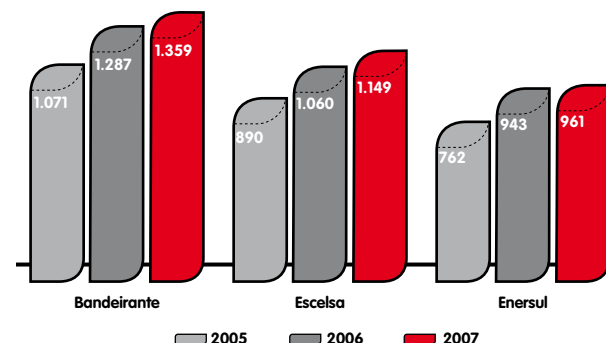
O Programa Vanguarda foi direcionado principalmente às distribuidoras e resultou em economias de R\$ 35,6 milhões nesse segmento, na comparação entre 2007 e 2006.

A redução do quadro de pessoal resultou em melhoria dos indicadores de produtividade na distribuição, como pode ser visto nos gráficos abaixo:

Produtividade
(MWh/colaboradores)



Nº de Clientes/Colaboradores



Índice

Desempenho Econômico	
Cenário Macroeconômico e do Setor de Energia	32
Ambiente Regulatório	33
O Negócio da Energias do Brasil	36
Distribuição	36
Geração	40
Comercialização	43
Análise do Desempenho Econômico-Financeiro	44
Geração e distribuição de riqueza	44
Receita consolidada	44
Gastos operacionais	46
Resultado do serviço - EBIT	48
EBITDA e margem EBITDA	48
Resultado financeiro	48
Lucro líquido	48
Endividamento	48
Mercado de Capitais	50
Ativos Intangíveis	53
Gestão de Riscos	54
Investimentos e Perspectivas	55
Metas Econômicas	56

Desempenho Econômico

Cenário Macroeconômico e o Setor de Energia Elétrica

O cenário de 2007 foi marcado pelo bom desempenho da atividade econômica, com uma taxa de crescimento do PIB superior a 5%, impulsionada pelo nível mais baixo das taxas de juros reais e pelo acelerado crescimento da oferta de crédito, que evoluiu 27,3% no ano, de acordo com indicadores do Banco Central. Com as perspectivas de continuidade de um ambiente favorável, o fluxo de entrada de dólares manteve-se abundante, levando a uma valorização de 17% do real em comparação ao dólar.

A recuperação mundial das cotações dos alimentos pressionou os índices de preços no final do ano, levando o IPCA a encerrar 2007 muito próximo da meta de 4,5% e o Banco Central a interromper o ciclo de flexibilização da política monetária, após reduzir a taxa Selic de 13,25% para 11,25%. Para 2008, as perspectivas para a economia brasileira seguem positivas, ainda que cercadas de maior cautela por conta das incertezas que rondam o cenário internacional.

Consumo de Energia Elétrica

Nesse cenário, o consumo de energia no País cresceu 4,8% no ano, segundo balanço divulgado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) no final de dezembro, percentual abaixo

da variação do PIB, mas superior aos 3,5% registrados no ano anterior. Esse descolamento, segundo a entidade, pode indicar uma maior participação de segmentos não intensivos em energia na economia brasileira e o aumento da autoprodução de energia por grandes consumidores.

O balanço do ONS aponta que a carga de energia no País - que inclui consumo e perdas de eletricidade no sistema - atingiu 49.734 MW médios em 2007, em comparação a 47.473 MW médios em 2006. A maior alta de consumo (5%) ocorreu nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, subsistema que representa 62% da carga de energia do País. Na Região Nordeste, o crescimento foi de 4,8%, impulsionado pelo desenvolvimento econômico regional provocado pelos programas sociais do governo. No Sul, o crescimento na carga de energia foi de 4%, com forte influência da retomada da produção agrícola. Já no Norte, o aumento foi de 3,7%.

No decorrer de 2007, a agenda do setor elétrico voltou a incluir o debate sobre os riscos de desabastecimento de energia, especialmente para o período 2009-2011. Essa preocupação decorre de atrasos em licenciamento e obras de centrais hidrelétricas, problemas de fornecimento de gás natural da Bolívia, que abastece centrais termelétricas, e redução dos níveis de reservatórios hídricos, em decorrência de menores volumes de chuvas no período do verão.



Ambiente Regulatório

Em 2007, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deu início ao segundo ciclo de revisões tarifárias, com o objetivo de assegurar um processo com maior clareza e dotado dos atributos essenciais de reprodutibilidade e previsibilidade. Para tanto, o órgão regulador emitiu normativos com ajustes metodológicos, em sua maioria consagrando aspectos já adotados informalmente. Alguns dos temas ainda demandam aprimoramentos, estudos e a formatação de uma nova abordagem, como é o caso de tratamento de perdas e de inadimplência, enquanto outros requerem atualização ou revisão dos parâmetros de cálculo, dentre os quais custos com pessoal e despesas e investimentos em tecnologia de informação.

Tanto os aspectos submetidos a novos estudos quanto aqueles que demandam revisão de parâmetros estão sendo submetidos à audiência pública. Depois dessa fase, irão para validação final e subsequente publicação dos instrumentos necessários para a sua aplicação. Destaca-se a formação do Banco de Preços para apuração da Base de Remuneração Regulatória (BRR), em que o aprimoramento inicialmente normatizado pela Resolução Aneel 234/2006 demandará outros estudos, trazendo como consequência a necessidade de a Agência incluir seu reposicionamento normativo para apreciação da audiência pública.

Essa audiência ocorrerá em abril de 2008 e estima-se para o final do primeiro semestre a definição do conjunto de normas e parâmetros regulatórios do presente ciclo de revisão tarifária. Exceto com relação ao Banco de Preços, os demais itens ainda alcançarão as revisões tarifárias desse ciclo.

BRR da Enersul

A Aneel alterou, em dezembro, as tarifas da Enersul que haviam sido aprovadas na Revisão Tarifária de abril de 2003, determinando uma redução de 6,66% na tarifa média.

A redução é decorrente da notificação do órgão regulador, feita à Enersul em agosto e tornada definitiva em dezembro, de diminuir a Base de Remuneração Regulatória (BRR) líquida da empresa em R\$ 126 milhões e a BRR bruta em R\$ 265 milhões. A BRR é composta dos ativos necessários para prestar o serviço de distribuição de acordo com as condições do contrato de concessão. Esses ativos são avaliados a preços de mercado e ajustados por meio de índices de aproveitamento definidos pela Aneel. O valor da BRR líquida anteriormente homologado, de R\$ 782 milhões, fora apurado em 2003 por uma empresa independente, na época credenciada pelo órgão regulador.



Além da redução de 6,66% da tarifa média ocorrida em dezembro de 2007, haverá ainda a consideração dos valores retroativos a 2003, da ordem de R\$ 183,1 milhões (impacto econômico, sem efeito de impostos, reconhecido pela Empresa no resultado do quarto trimestre de 2007). Deduzida a última parcela do diferimento tarifário de 2003 não recebido pela Enersul, a redução da BRR implicará uma devolução líquida estimada de R\$ 141,6 milhões, a serem pagos mediante redução tarifária em condições e prazos a serem definidos pela Aneel na revisão de abril de 2008.

A Enersul questionou a decisão do órgão regulador por meio de recurso administrativo. A revisão consiste em decisão incomum no setor elétrico brasileiro, pois se refere à reabertura de um laudo de avaliação fiscalizado diversas vezes pela Aneel, afetando a BRR da Enersul, considerada definitiva em 2005 e blindada em 2006, conforme Resolução Aneel nº 234/2006. Em abril de 2008, data da revisão periódica estabelecida no contrato de concessão, será aferido o valor a ser restituído, bem como definido o prazo para efetivar-se a devolução.

Revisões Tarifárias

Concessionária	Periodicidade	Data da próxima revisão
Bandeirante	A cada quatro anos	Outubro de 2011
Enersul	A cada cinco anos	Abril de 2008
Escelsa	A cada três anos	Agosto de 2010

Revisões Tarifárias de 2007

Periodicamente, a Aneel revisa as tarifas de energia elétrica autorizadas para as concessionárias de distribuição. Em 2007, foram revisadas as tarifas da Escelsa e da Bandeirante, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural etc.). A revisão tarifária da Enersul será realizada em abril de 2008.

Essa revisão tem o objetivo de reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de produtividade da concessionária. Para esse processo, são considerados dados projetados para os próximos 12 meses e verificados todos os itens dos custos gerenciáveis (Parcela B), para definição dos custos eficientes, tendo como parâmetro uma empresa de referência definida pelo órgão regulador.

Escelsa - As tarifas da Escelsa foram revisadas em -6,92% para o período a partir de agosto de 2007. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos na tarifas, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, o reajuste médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de -9,62%. A Aneel estabeleceu também, de forma preliminar, o Fator Xe de 1,45%, a ser utilizado a partir do reajuste tarifário de 2008.

Bandeirante - O reposicionamento médio das tarifas da Bandeirante Energia, de -8,80% entrou em vigor a partir de 23 de outubro de 2007, mediante resultado, ainda provisório, do segundo ciclo de Revisão Tarifária, englobando todas as classes de consumidores (residencial, industrial, comercial, rural e demais). Considerando-se os ajustes financeiros associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, a percepção média para o consumidor foi de -12,47% devido ao efeito combinado dos ajustes financeiros de 2006 e 2007.

A Bandeirante impetrou Recurso Administrativo na Aneel a propósito do resultado do Relatório da Fiscalização que deu origem à aprovação provisória da BRR da empresa. O recurso abrange os itens (i) precificação de Ativos da Base Incremental, que foram adquiridos anteriormente a 2003, mas utilizados apenas após o primeiro ciclo de revisão tarifária, e (ii) os percentuais dos Componentes Menores de redes de distribuição.

A Aneel estabeleceu, também como preliminar, o Fator Xe de 0,74%, que deve incidir sobre o reajuste tarifário de 2008.

Revisão Tarifária 2007 (R\$ Mil)

	Escelsa	Bandeirante
Receita Verificada	1.356.583	2.146.463
Parcela A	814.707	1.402.476
Parcela B	452.202	567.473
Empresa de referência	221.263	262.867
Inadimplência	8.852	12.667
Remuneração bruta de capital	143.590	184.119
Quota de depreciação	78.497	107.820
Total da receita requerida	1.266.908	1.969.950
(-) Outras receitas	4.177	12.443
Receita requerida líquida	1.262.730	1.957.506
Reposicionamento tarifário	- 6,92%	- 8,80%
Ajuste financeiro 2007	4,76%	- 0,52%
Ajuste financeiro 2006	7,46%	3,15%
Reposicionamento total	- 9,62%	- 12,47%
BRR Bruta	1.842.657	2.354.144
BRR Líquida	952.457	1.221.292

A provisoriade dos resultados do reposicionamento tarifário da Escelsa e da Bandeirante se justifica, uma vez que o órgão regulador iniciou Audiência Pública para a revisão de conceitos gerais, metodologias e tratamento regulatório objeto da Resolução Normativa Aneel 234/2006, cuja definição ainda alcançará a revisão tarifária de 2007/2008.

Mercado Livre

Em 2007, o mercado livre de energia elétrica teve sua atenção focada em três temas: venda de energia de fontes incentivadas (pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, eólica e solar); participação das comercializadoras em leilões de compra de energia; e formação de preço no mercado de curto prazo.

A venda de energia de fontes incentivadas a consumidores especiais teve sua regulamentação aprovada pela Aneel em novembro de 2007, com vigência a partir de janeiro de 2008, esclarecendo aspectos pendentes no final do ano anterior. As novas regras envolvem a contabilização e liquidação da energia proveniente de fontes incentivadas e também tratam de mecanismos de cálculo do desconto nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão - TUSD e TUST, respectivamente - para cada agente envolvido no processo.

Além disso, a Aneel alterou as fórmulas algébricas e aperfeiçoou o texto nas regras. A medida favorece a realização de investimentos, por parte das comercializadoras, em projetos de geração de pequeno porte, ampliando a capacidade de expansão dessas fontes.

Os dois outros temas ainda estão em discussão. A abertura para a participação de comercializadoras em leilões é entendida pela Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel) como medida complementar capaz de equacionar a demanda total do setor energético, e não apenas dos consumidores cativos. O debate também continua na questão da formação de preços para o mercado de curto prazo como maneira de administrar as fortes oscilações que podem afetar a saúde do setor.

A oscilação dos preços de energia é dada basicamente pela variação dos volumes de água que chegam aos reservatórios (vazões afluentes), que se intensifica conforme o equilíbrio entre a oferta e demanda por energia. Como a oferta de energia hidráulica é decorrente do estoque nos reservatórios e da energia afluente, o desequilíbrio do balanço amplia a dependência da energia afluente já que o estoque é insuficiente para o atendimento ao mercado. Dessa forma, a volatilidade das afluições é transmitida quase que integralmente para os preços.



Distribuição

As atividades de distribuição são desenvolvidas por três concessionárias, que atendem cerca de 3,2 milhões de clientes, em regiões com população total de aproximadamente 10 milhões de pessoas:

Bandeirante - Fornece energia para 1,4 milhão de clientes, em 28 municípios nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo, onde residem aproximadamente 4,4 milhões de pessoas. A região concentra empresas de setores econômicos importantes, tais como aviação e fabricação de papel e celulose.

Enersul - Maior distribuidora de energia do Mato Grosso do Sul, presta serviços para 710 mil clientes em 73 dos 78 municípios do Estado, cuja população soma 2,1 milhões de habitantes. As principais atividades econômicas da região são agricultura e pecuária.

Escelsa - Atende uma população de 3,2 milhões de habitantes em 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, com o fornecimento de energia para 1,1 milhão de clientes. As principais atividades econômicas do Estado são siderurgia, mineração de ferro, produção de papel, petróleo e gás.

As três empresas distribuíram 25.029 GWh em 2007, volume 4,5% acima do ano anterior. A receita líquida totalizou R\$ 3.915,9 milhões, crescimento de 9,6% em comparação a 2006. O EBITDA, de R\$ 679,3 milhões, registrou queda de 18,1%.

Os resultados operacionais refletem o crescimento do consumo de energia durante o ano, especialmente nas classes comercial, residencial e rural. O desempenho financeiro foi influenciado pela revisão tarifária das empresas Escelsa e Bandeirante, que significou redução de 9,62% e 12,47% respectivamente. O maior impacto, entretanto, é proveniente da alteração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Enersul referente a 2003.

Perfil das Concessões

	Bandeirante	Escelsa	Enersul
Estado	São Paulo	Espírito Santo	Mato Grosso do Sul
Municípios atendidos	28	70	73
Habitantes (milhões)	4,4	3,2	2,1
Clientes (mil)	1.401	1.095	710
Área de concessão (km²)	9.644	41.241	328.316
Energia distribuída (GWh)	13.268	8.488	3.273
Energia vendida a clientes finais (GWh)	8.045	4.565	2.825
Nº de colaboradores	1.031	953	739
Produtividade (clientes/colaborador)	1.359	1.149	961

Caracterização do Sistema Elétrico

	Bandeirante	Escelsa	Enersul
Nº de subestações	58	72	91
Potência instalada (MVA)	3.153	2.931	1.646
Rede de alta tensão (km) - maior ou igual a 69 kV	866	2.659	3.754
Rede de média e baixa tensão - menor que 69 kV	25.328	50.873	63.563
Nº de transformadores de distribuição (própria e terceiros)	53.010	106.290	64.022
Potência instalada (MVA) - Própria	2.671	1.934	1.060
Potência instalada (MVA) - Terceiros	-	1.624	1.271

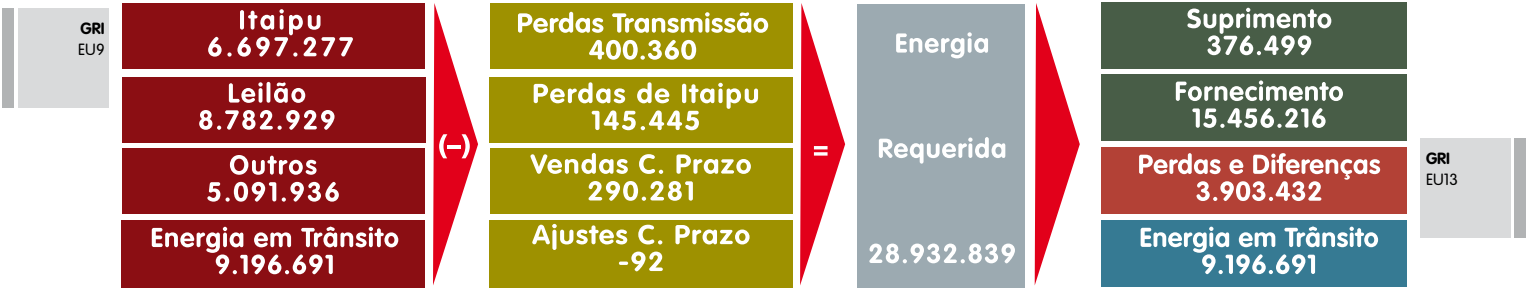
GRI
EU3

Balanco Energético

O volume de energia requerida pelo sistema de distribuição composto pelas concessionárias da Energias do Brasil totalizou 28.933 GWh em 2007. Desse total, 51,4% foram para a Bandeirante, 34,0% para a Escelsa e 14,6% para a Enersul.

O fornecimento para clientes finais, consumo próprio e suprimento absorveu 15.833 GWh e a energia em trânsito, distribuída a clientes livres, 9.197 GWh, alterando a configuração do balanço energético em relação aos anos anteriores em decorrência da migração dos clientes cativos para a condição de livres.

Balanco Energético - 12M07
(MWh)



Desempenho Operacional

O volume total de energia distribuída em 2007 cresceu 4,5% em relação a 2006, principalmente como reflexo do crescimento de volume nas classes residencial, comercial, rural e clientes livres.

O volume de energia vendida aos clientes finais apresentou crescimento de 3,9% em 2007 comparativamente a 2006, influenciado principalmente pelo maior consumo das classes residencial, comercial e rural.

Na comparação entre períodos, a participação tanto das classes de consumidores finais quanto dos clientes livres no total da energia distribuída ficou estável em 62% e 37%, respectivamente.

O crescimento do volume distribuído na classe residencial deveu-se ao aumento do número de clientes e do consumo per capita nas áreas de concessão.

Na classe comercial, a ampliação reflete principalmente o crescimento do setor de serviços nas regiões da Bandeirante, Escelsa e Enersul.

A classe rural também apresentou expressivo incremento nas regiões da Escelsa e Enersul pelo aumento da irrigação devido à falta de chuvas e às altas temperaturas verificadas no ano.

O volume de energia em trânsito foi impulsionado pelo acréscimo do número de clientes livres. Se ajustado o volume do segmento industrial pela migração de clientes finais para o mercado livre, verifica-se um aumento do volume distribuído de 6,8% em 2007 na comparação com 2006.

Desenvolvimento de soluções

"A preocupação com o desenvolvimento de novas soluções que acautelem o risco e assegurem a sustentabilidade do negócio e do meio ambiente é premissa básica para nossos projetos de automação de subestações da rede de distribuição e de telecomunicações. Como resultado, temos em vista o comprometimento, a seriedade e a regularidade no atendimento aos nossos clientes e à sociedade."

Francisco Manuel Pires Neto - gerente de Automação e Telecomunicações do Grupo Energias do Brasil

Evolução das Operações

		2006			2007		
		Cientes (Nº)	Volume (MWh)	Receita R\$ mil ⁽¹⁾	Cientes (Nº)	Volume (MWh)	Receita R\$ mil ⁽¹⁾
GRI EU2	Consolidado						
	Residencial	2.638.467	4.836.662	1.531.776	2.714.456	5.073.602	1.706.370
	Industrial	23.240	4.488.404	893.312	23.500	4.482.490	1.060.270
	Comercial	231.753	2.956.541	835.238	240.033	3.154.374	987.408
	Rural	193.105	834.252	169.860	200.585	920.865	192.577
	Outros ⁽²⁾	26.560	1.737.553	380.070	27.972	1.804.356	440.571
	(-) Transferência para TUSD - clientes cativos ⁽³⁾	-	-	(2.395.022)	-	-	(2.571.211)
	Energia vendida a clientes finais	3.113.125	14.853.412	1.415.234	3.206.546	15.435.687	1.815.985
	Suprimento convencional	2	336.378	36.690	1	376.499	47.454
	Energia em trânsito	112	8.737.522	562.623	124	9.196.691	617.033
	(+) Transferido dos clientes cativos ⁽³⁾	-	-	2.395.022	-	-	2.571.211
	Consumo próprio	365	20.868	-	353	20.529	(2.058)
Total energia distribuída		3.113.604	23.948.180	4.409.569	3.207.024	25.029.406	5.049.625

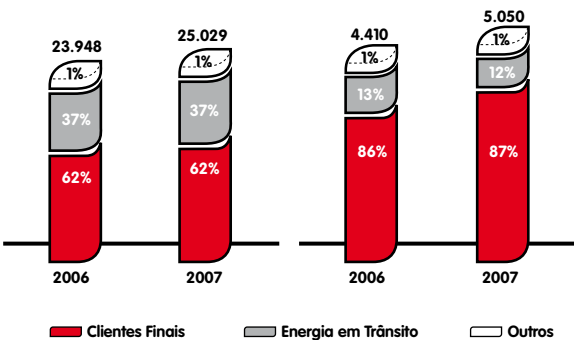
(1) Dados em R\$ referem-se à receita sem ICMS, sem RTE, sem consumo próprio, sem ECE/EAEED e com baixa renda.

(2) Outros: Poder público, mais iluminação pública e serviço público.

(3) Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Clientes cativos, líquido de ICMS.

Energia Distribuída (GWh)

Receita Operacional (R\$ milhões)



A integração permite gerenciar remotamente, on-line e em tempo real, o abastecimento de energia de 3,2 milhões de clientes, localizados em 171 municípios das três áreas de atuação. A solução confere mais agilidade, flexibilidade e redução de custos, além de reduzir os riscos operacionais.

Com a integração dos centros de controle, as empresas estão preparadas para resolver com a máxima rapidez qualquer situação de emergência, como blecautes provocados por raios ou tempestades, e ganham agilidade para melhorar continuamente a qualidade do atendimento aos clientes.

Integração Técnica - Sistema Opera

A Energias do Brasil desenvolveu em 2007 o Projeto Opera Energias, empreendimento pioneiro no setor elétrico que interliga em uma única plataforma os centros de operações das distribuidoras Bandeirante, Escelsa e Enersul.

O projeto começou a ser desenhado em agosto de 2005 e absorveu investimentos de cerca de R\$ 20 milhões, destinados à construção de centros operacionais para a Enersul e a Escelsa, à remodelagem do centro da Bandeirante e à padronização de todos os sistemas. Foram instaladas plataformas idênticas de hardware, software e protocolos de comunicação nas três distribuidoras, permitindo que cada instalação espelhe as outras duas. Assim, se ocorrer algum problema no centro de uma distribuidora, as operações são instantaneamente assumidas por outro centro.

Indicadores de Qualidade

Indicadores de Qualidade									
2006						2007			
GRI EU27 EU28	Distribuidora	DEC (horas)	FEC (vezes)	TMA (min.)	Ref. Aneel (DEC/FEC)	DEC (horas)	FEC (vezes)	TMA (min.)	Ref. Aneel (DEC/FEC)
	Bandeirante	8,8	5,5	172	12,6 / 9,7	9,6	5,9	164	12,6 / 9,7
	Escelsa	8,3	6,3	119	13,2 / 10,7	11,5	7,7	156	12,8 / 10,6
	Enersul	13,6	10,5	112	17,0 / 14,8	13,1	9,3	141	16,2 / 14,4

DEC: Duração Equivalente de Interrupção por Cliente; FEC: Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente; TMA: Tempo Médio de Atendimento.

Além de possibilitar o comando a distância das redes de alta tensão (usinas e subestações) e das redes de média tensão (distribuição), a padronização dos sistemas permite que qualquer solução criada por uma distribuidora seja aplicada também nas outras duas, proporcionando um sistema continuado de melhorias.

Processos Comerciais

As três distribuidoras deram seqüência à uniformização dos processos comerciais, conectados ao sistema de gestão SAP/R3. Na Bandeirante, foi concluída a atualização do sistema CCS, de gestão comercial, e introduzida a plataforma CRM (*Consumer Relationship Management*), de gerenciamento de relacionamento com o cliente. Na Escelsa e na Enersul esses projetos estarão concluídos em 2008.

A tecnologia permitirá que cada cliente tenha um atendimento diferenciado, especialmente na solicitação de serviço. Com a finalização do processo na distribuidora paulista, os clientes já receberam no final do ano uma fatura de energia elétrica mais simplificada, permitindo melhor interpretação das informações.

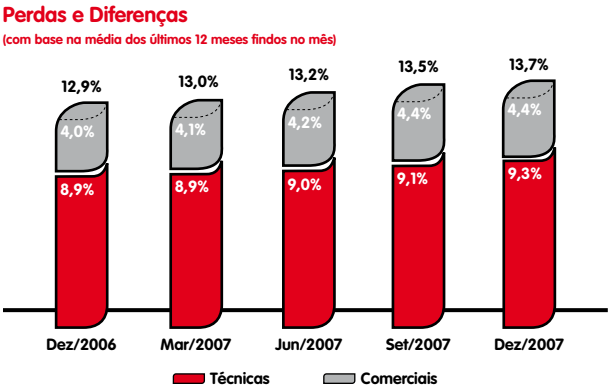
Qualidade

Os indicadores de qualidade da prestação de serviços mantiveram-se dentro dos padrões estabelecidos pelo órgão regulador, refletindo os investimentos em expansão e modernização de redes, a integração e automação dos centros operacionais.

Durante o ano, os processos de coleta de dados e de apuração dos indicadores estabelecidos pela Aneel foram certificados com a norma ISO 9001:2000. A certificação atesta a qualidade de processos, garantindo a confiabilidade dos indicadores e a transparência perante os órgãos reguladores e clientes.

Perdas

As perdas e diferenças na distribuição de energia elétrica - expressas como um percentual médio do total da energia requerida no período - permaneceram estáveis em relação aos níveis verificados em setembro de 2007, com destaque para a pequena redução das perdas comerciais, que ficaram em 4,4%. As perdas totais permaneceram em 13,5%.



Em 2007, as distribuidoras da Energias do Brasil desembolsaram um total de R\$ 79,6 milhões em programas de combate às perdas, direcionados à instalação de telemedição e de redes protegidas, substituição de medidores danificados ou obsoletos, inspeções de unidades de consumo, custeio das operações de detecção de fraudes e regularização de ligações ilegais, além de realização de campanhas na mídia para conscientização do perigo das ligações clandestinas.

No ano, as concessionárias realizaram aproximadamente 745 mil inspeções que resultaram na retirada de mais de 300 mil ligações clandestinas e recuperação de cerca de R\$ 32,5 milhões. Do total de recursos direcionados a esses programas, R\$ 50,5 milhões foram para investimentos operacionais e R\$ 29,1 milhões para despesas gerenciáveis.

GRI
EU13

Geração

Principal vetor estratégico para o crescimento dos negócios da Energias do Brasil, a área de geração manteve no final de 2007 capacidade de 1.043,7 MW. As operações são desenvolvidas por meio de três empresas:

Enerpeixe - Participa com 60% do capital na usina hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins, construída em parceria com Furnas Centrais Elétricas. A capacidade instalada é de 452 MW.

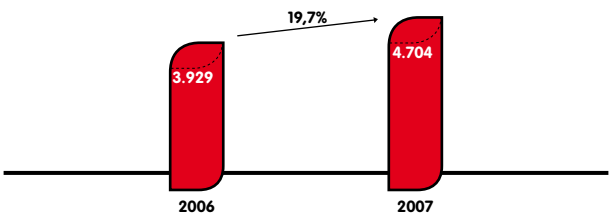
Energest - Controla direta e indiretamente os ativos de geração de energia elétrica da Energias do Brasil detendo 14 usinas em operação, com potência total de 342,2 MW. As usinas estão localizadas nos Estados do Espírito Santo (274,0 MW de capacidade instalada) e Mato Grosso do Sul (68,2 MW de capacidade instalada). A Energest também é responsável pelo gerenciamento das hidrelétricas Mascarenhas e Suíça e das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) pertencentes às empresas Cesa, Costa Rica e Pantanal Energia.

EDP Lajeado - Participa com 27,65% no capital votante da Investco, que opera e mantém a hidrelétrica de Lajeado, localizada no Rio Tocantins, no Estado do Tocantins, com potência total de 902,5 MW. Esse percentual de participação corresponde a uma capacidade instalada de 249,5 MW.

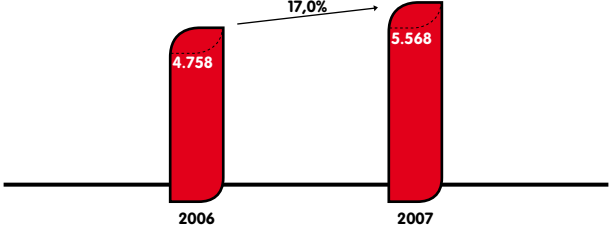
No ano, o volume de energia gerada pelas usinas do Grupo alcançou 4.703,7 GWh, 19,7% acima do ano anterior, em decorrência do início das operações de três projetos de expansão, desenvolvidos a partir de meados de 2006: Peixe Angical (junho de 2006), quarta máquina de Mascarenhas (agosto de 2006) e PCH São João (abril de 2007). A energia vendida totalizou 5.568,4 GWh, crescimento de 17,0% em relação a 2006.

Os investimentos em geração somaram R\$ 105,9 milhões em 2007 (R\$ 292,9 no ano anterior, principalmente devido às obras de Peixe Angical), o correspondente a 15,9% dos recursos aplicados pela Energias do Brasil no ano. A receita líquida do negócio de geração totalizou R\$ 582,8 milhões, crescimento de 28,3% em comparação a 2006. O EBITDA, de R\$ 442,0 milhões, registrou evolução de 62,1%.

Evolução da Energia Gerada (GWh)



Evolução da Energia Vendida (GWh)



Capacidade

Usinas	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médios)
Enerpeixe		
UHE Peixe Angical	452,0	271,0
EDP Lajeado		
UHE Lajeado	249,5 (*)	145,6 (*)
Energest		
UHE Mascarenhas	180,5	127,0
UHE Suíça	31,6	18,9
Energest/Cesa		
PCH Fruteiras	8,7	5,6
PCH Alegre	2,1	1,3
PCH Jucu	4,8	2,9
PCH Paraíso	21,0	13,3
PCH Rio Bonito	16,8	8,0
PCH São João	25,0	14,4
PCH Viçosa	4,5	2,8
Energest/Pantanal		
CGH Coxim	0,4	0,3
CGH São João I	0,7	0,6
CGH São João II	0,6	0,5
UHE Mimoso	29,5	20,9
Energest/Costa Rica		
PCH Costa Rica	16,0	12,3
Total	1.043,7	645,3

GRI
EU1
EU12

(*) Parcela correspondente à participação da Energias do Brasil.

Evolução da Capacidade Instalada (MW)

		2004	2005	2006 ⁽¹⁾	2007
GRI EU1	EDP Lajeado ⁽²⁾	249,5	249,5	249,5	249,5
	Energest	161,1	161,1	210,6	212,1
	Cesa	58,5	58,5	58,5	82,9
	Costa Rica	16,5	16,5	16,5	16,0
	Energul (Porto Murtinho)	4,5	4,5	-	-
	Pantanal Energética	40,8	40,8	31,2	31,2
	Enerpeixe	-	-	452,0	452,0
	Total	530,9	530,9	1.018,3	1.043,7*

Energia Assegurada (MW Médios)

		2006	2007
GRI EU12	EDP Lajeado ⁽²⁾	145,6	145,6
	Energest	145,9	145,9
	Cesa	33,8	48,2
	Costa Rica	12,0	12,3
	Pantanal Energética ⁽³⁾	22,3	22,3
	Enerpeixe	271,0	271,0
	Total	630,6	645,3

(*) Toda a energia gerada em 2007 foi de fontes hidrelétricas.

(1) Considera a desativação das térmicas Coxim, Corumbá e Porto Murtinho.

(2) Correspondente à participação no capital votante da Energias do Brasil.

(3) Não inclui a garantia física das térmicas Coxim e Corumbá (3,85 MW médios).

O cálculo de disponibilidade de geração de energia (percentual do tempo do ano em que a unidade gerou energia, incluindo paradas programadas e não programadas) (EU29) teve em conta a média ponderada das disponibilidades mensais de cada unidade geradora, entre 2005 e 2007, conforme tabela seguinte:

Disponibilidade de Geração

(% de tempo do ano)

		2005	2006	2007
GRI EU29	Energest	84,83	92,98	95,47
	Enerpeixe	-	89,4	91,06
	EDP Lajeado	87,63	85,86	82,38
Obs: A Energest consolida todos os ativos da Cesa, Pantanal Energética e Costa Rica.				

PCH São João

Entrou em operação em abril de 2007 a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) São João, localizada no município de Castelo, no Estado do Espírito Santo. Com capacidade instalada de 25 MW, em duas unidades geradoras, e energia assegurada de 14,4 MW médios, o empreendimento absorveu investimentos de R\$ 90 milhões.

Termelétrica Pecém

A estratégia para ampliar a capacidade instalada da Energias do Brasil inclui também a construção da Usina Termelétrica Pecém, no Estado do Ceará, na qual detém participação de 50% em parceria com a MPX Energia. A UTE Pecém utilizará carvão mineral importado e terá capacidade instalada de 720 MW, dos quais 615 MW foram vendidos pelo Grupo no leilão A-5 realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em outubro de 2007. O investimento total do projeto será de US\$ 1,3 bilhão. O preço alcançado no leilão foi de R\$ 125,95/MWh, para um contrato com duração de 15 anos.

A estruturação do projeto, incluindo as condições do EPC (*Engineering, Procurement & Construction*) e do financiamento, assegurou a venda da energia em condições de retorno atrativas. O início da operação está previsto para 2012.

PCH Santa Fé

Ainda em 2007, a Energias do Brasil iniciou a construção da PCH Santa Fé, localizada no Estado do Espírito Santo. O empreendimento, que tem capacidade instalada de 29 MW e energia assegurada de 16 MW médios, receberá investimentos de R\$ 120 milhões. A Licença de Instalação para início da construção foi emitida em outubro e as obras deverão estar concluídas no primeiro semestre de 2009.

Repotenciações

A Aneel homologou em junho de 2007 a repotenciação de 17,5 MW da UHE Mascarenhas. A capacidade adicional deverá estar totalmente operacional em 2009. Adicionalmente, ainda em processo de homologação, estão a repotenciação da UHE Suíça, que deverá adicionar 2,3 MW à capacidade instalada, em 2009. A energia assegurada das repotenciações de Mascarenhas e Suíça (11,7 MW médios) foi contratada no mercado livre a R\$ 130,00/MWh.

Avanços no relacionamento

“Observamos em 2007 um marco na relação Energest-lema. O processo de licenciamento da PCH Santa Fé é um ótimo exemplo dos avanços alcançados. Com a participação efetiva da empresa e envolvimento do lema no processo de planejamento reconhecemos avanços no entendimento e, como consequência, melhoria na qualidade técnica dos trabalhos. Os Termos de Referência dos novos empreendimentos pretendidos exemplificam bem essa melhoria na qualidade observada. A prevalência das tratativas técnicas em detrimento dos fatores político-econômicos foram essenciais para a melhoria no relacionamento institucional.”

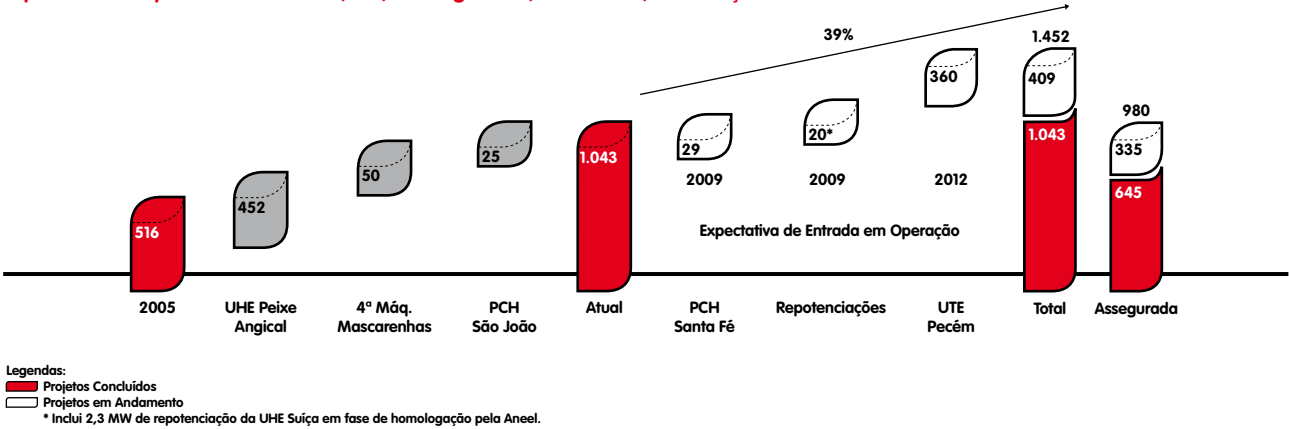
Fernando Aquinoga de Mello e Elen Cristin Trentini, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema)

Expansão da Capacidade

Quando concluídos, os empreendimentos de Pecém, Santa Fé e as repotenciações resultarão em aumento de aproximadamente 39% na atual capacidade instalada.

GRI
EU12

Expansão da Capacidade Instalada (MW) e Assegurada (MW médios) de Geração



Carteira de Projetos

A área de geração montou uma carteira diversificada de projetos de expansão de capacidade, com cerca de 2 mil MW, que considera diferentes fontes de energia: hidráulica, térmicas a carvão e gás, biomassa, eólica e solar. Estão em análise vários projetos, que serão desenvolvidos a partir de estudos de viabilidade técnica e econômica.

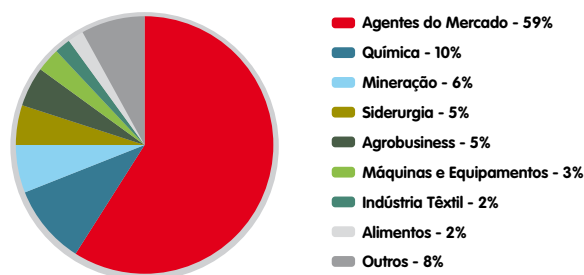


PCH São João (ES)

Comercialização

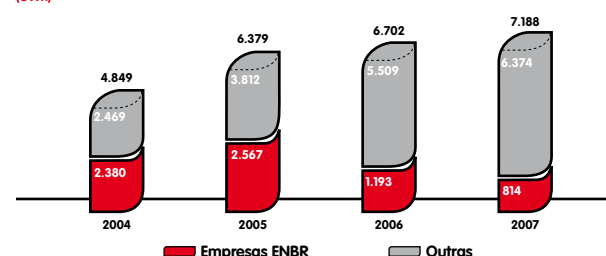
A Enertrade é responsável pelas atividades de comercialização de energia e prestação de serviços para o mercado livre, tanto dentro quanto fora das áreas de concessão das três distribuidoras da Energias do Brasil, que atuam no mercado regulado.

Setor de Atividade dos Clientes

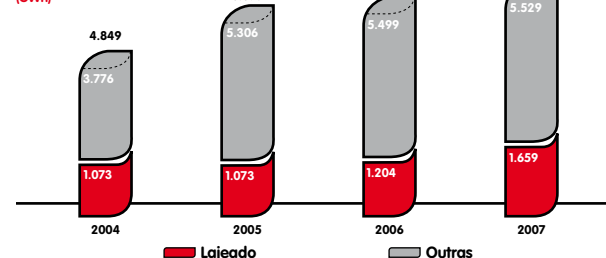


A Enertrade registrou recorde de vendas em 2007, com a comercialização de 7.188,1 GWh, volume 7,2% superior ao de 2006. A receita líquida totalizou R\$ 617,7 milhões, acréscimo de 24,9%, em decorrência do maior número de clientes e elevação do preço da energia, principalmente no mercado de curto prazo. O EBITDA foi de R\$ 46,8 milhões, R\$ 43,4 milhões acima do ano anterior.

Venda de Energia (GWh)



Compra de Energia (GWh)



Serviços

Durante o ano, a Enertrade aperfeiçoou serviços prestados aos clientes, que englobam a análise de viabilidade de adesão de consumidores cativos ao mercado livre, contratação de energia, assessoria em análise e gestão de risco e representação na CCEE, entre outros. Outra medida foi a reformulação do site da Empresa, importante canal de relacionamento com o cliente.

Prontidão e excelência

"O pronto e excelente atendimento por parte da Bandeirante nas etapas de projeto, construção, fiscalização, comissionamento e ligação da Subestação da empresa Apolo Tubulars, em Lorena (SP), foi fundamental para o sucesso operacional e econômico do empreendimento. Desenvolvemos nossos projetos desde 1993, sempre visando à qualidade, confiabilidade e segurança de nossos sistemas e colaboradores."

Luciano Santiago Meirelles Reis e Christian Matarazzo, Tag Plan Engenharia de Energia e Telecom

Análise do Desempenho Econômico-Financeiro

Geração e distribuição de riqueza

O valor adicionado de 2007 somou R\$ 3.732 milhões, distribuído entre governo e sociedade (70,8%), financiadores (10,3%), empregados (7,0%), acionistas (5,6%) e lucros retidos (6,2%).

O valor é resultante da receita bruta, de R\$ 6.801 milhões, menos os custos de R\$ 3.268 milhões relativos a insumos e serviços adquiridos de terceiros, depreciação e amortizações, materiais e equivalência patrimonial, e acrescido de receitas financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

	2006	Consolidado	2007
Geração do valor adicionado	6.125.516		6.801.027
Receita operacional	6.221.997		6.894.349
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(87.471)		(101.060)
Créditos fiscais diferidos	1.527		19.458
Não-operacional	(10.537)		(11.720)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.480.346)		(2.950.676)
Custos da energia comprada	(1.453.716)		(1.882.598)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(557.829)		(524.314)
Materiais	(36.598)		(43.107)
Serviços de terceiros	(296.787)		(353.949)
Outros custos operacionais	(135.416)		(146.708)
Valor adicionado bruto	3.645.170		3.850.351
Depreciações e amortizações	(287.450)		(317.280)
Valor adicionado líquido gerado	3.357.720		3.533.071
Receitas financeiras	321.409		240.784
Participação de minoritários	(34.545)		(52.460)
Resultado da equivalência patrimonial	1.007		10.237
Valor adicionado total a distribuir	3.645.591		3.731.632
Distribuição do valor adicionado			
Remuneração do trabalho	248.442		246.545
Encargos sobre a folha de pagamento (exceto INSS)	44.703		15.827
Impostos, taxas e contribuições	2.463.779		2.640.450
Despesas financeiras	470.462		365.549
Aluguéis	21.366		19.875
Partes beneficiárias	2.719		3.595
Dividendos	169.914		207.212
Lucro do exercício após dividendos	224.206		232.579
Total	3.645.591		3.731.632

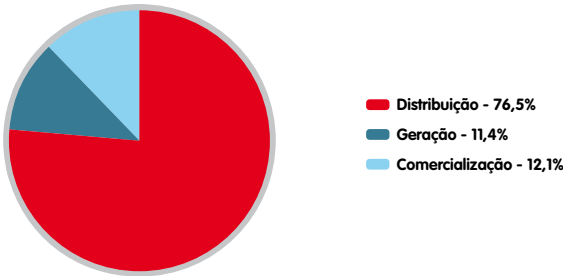
Receita consolidada

Em 2007, a receita operacional líquida apresentou incremento de 13,3% sobre o mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 4.513,5 milhões. Os principais determinantes da evolução da receita líquida em 2007 foram:

Na geração:

- Crescimento do volume de energia vendida em consequência principalmente da plena operação da UHE Peixe Angical, da quarta máquina de Mascarenhas e da entrada em operação comercial da PCH São João;
- Aumento médio de 7% nas tarifas praticadas; e
- Aumento das vendas de energia secundária no curto prazo.

Distribuição de Receita Líquida



Na distribuição:

- Crescimento de 4,5% no volume de energia distribuída e os reajustes tarifários aplicados às três distribuidoras do grupo no período; e
- Impacto negativo de R\$ 183,1 milhões, contabilizado na rubrica "Fornecimento Não Faturado", referente à redução da BRR da Enersul determinada pela Aneel em dezembro de 2007.

Na comercialização:

- Crescimento de 7,2% no volume de energia comercializada, combinado com o maior preço médio de venda de energia.

A receita da taxa de uso do sistema de distribuição (TUSD - outros) atingiu R\$ 617,0 milhões, 9,7% acima do valor registrado em 2006, resultado do aumento do volume de energia em trânsito de 5,3% e de reajustes tarifários.

Receita Operacional Líquida - R\$ mil

	2007	12 Meses 2006	Var.
Fornecimento			
Residencial	1.706.370	1.531.776	11,4%
Industrial	1.060.270	893.312	18,7%
Comercial	987.408	835.238	18,2%
Rural	192.577	169.860	13,4%
Outros	438.513	380.070	15,4%
(-) Transferência para TUSD - clientes cativos ⁽¹⁾	(2.571.211)	(2.395.022)	7,4%
Fornecimento não Faturado	(185.508)	75.683	n.d.
Total fornecimento	1.628.419	1.490.917	9,2%
Suprimento			
Convencional	47.454	36.690	29,3%
Energia de curto prazo	99.083	78.565	26,1%
Total suprimento	146.537	115.255	27,1%
Fornecimento e suprimento	1.774.956	1.606.172	10,5%
Disponibilização do Sistema de Distribuição (TUSD)	3.188.244	2.957.645	7,8%
TUSD - outros	617.033	562.623	9,7%
TUSD - clientes cativos ⁽¹⁾	2.571.211	2.395.022	7,4%
Comercialização (Supr. e Forn.)	496.376	364.157	36,3%
Geração	79.022	80.516	-1,9%
Outras receitas operacionais	51.721	54.009	-4,2%
Subtotal	5.590.319	5.062.499	10,4%
(-) Deduções à receita operacional	(1.076.844)	(1.077.735)	-0,1%
Receita operacional líquida	4.513.475	3.984.764	13,3%

Obs: De acordo com o despacho Aneel 3073 de 28/12/2006, as distribuidoras de energia passam a contabilizar os encargos CCC, CDE e P&D como deduções da receita. As demonstrações financeiras de 2006 foram adequadas à nova estrutura de apresentação de resultados.

⁽¹⁾ Em atendimento às determinações da Aneel, por meio do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e instruções complementares contidas no Ofício Circular 2409, de 14/11/2007 e no Despacho nº 294, de 01/02/08, a Companhia está reclassificando, com efeitos retroativos a 2006, a parcela faturada aos clientes cativos correspondente à tarifa de uso do sistema de distribuição. Anteriormente apresentada integralmente em Fornecimento de energia elétrica, ela passou a ser apresentada em Disponibilização do sistema de distribuição, utilizando como base para segregação dos valores a proporção de uso do sistema de distribuição constante da tarifa média anual do respectivo período tarifário da Companhia.

Gastos operacionais

Os gastos operacionais totalizaram R\$ 3.707,7 milhões em 2007, o que representa crescimento de 15,9% sobre 2006.

Os gastos gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, apresentaram um crescimento de 8,8%. A análise detalhada das variações das subcontas de gastos gerenciáveis é apresentada a seguir.

A redução de R\$ 23,3 milhões na conta de gastos com pessoal resulta principalmente da combinação dos seguintes efeitos:

- (i) provisão para PDV (Programa de Demissão Voluntária), efetuada em 2006 (- R\$ 51,6 milhões);
- (ii) economias proporcionadas pelo PDV em 2007 (- R\$ 41,6 milhões);
- (iii) reajuste salarial médio de 7,0%, resultante basicamente do dissídio coletivo e da implementação do novo Plano de Cargos e Salários (+ R\$ 28,2 milhões);
- (iv) alteração de contabilização dos bônus por desempenho. Em 2007, o provisionamento dos bônus seguiu o regime contábil de competência (+R\$ 8,0 milhões);
- (v) aumento do quadro de funcionários da Energest em 23 colaboradores (+ R\$ 3,7 milhões);
- (vi) operação integral da UHE Peixe Angical. Até o início da operação da usina, no 3T06, as despesas de pessoal eram capitalizadas (+ R\$ 2,2 milhões).

Na conta materiais, a variação de R\$ 6,5 milhões deve-se principalmente aos gastos com conservação e manutenção do sistema (+ R\$ 4,3 milhões).

No item serviços de terceiros, a variação de R\$ 57, 2 milhões inclui os efeitos:

- (i) do aumento dos gastos com conservação e reparação das redes das distribuidoras (+ R\$ 9,9 milhões), principalmente na Enersul (+ R\$ 5,3 milhões), para cumprimento das exigências regulamentares do Ministério do Trabalho (NR-10);
- (ii) de programas de eficiência operacional e atividades de suporte que incluem despesas com serviços de informática, *call centers* e atendimento a clientes (+ R\$ 14,3 milhões);
- (iii) dos gastos com comunicação e publicidade (+ R\$ 7,0 milhões); e
- (iv) dos gastos referentes à cobrança, leitura, faturamento, corte e religa (+ R\$ 3,4 milhões).

Nos itens provisões e outros, o acréscimo de R\$ 36,2 milhões reflete, principalmente:

- (i) a provisões para devedores duvidosos (PDD) nas empresas controladas (+ R\$ 11,5 milhões);
- (ii) a contingências cíveis, tributárias e trabalhistas reconhecidas pelas distribuidoras (+ R\$ 23,9 milhões).

Os gastos não-gerenciáveis estão relacionados principalmente à compra de energia e encargos de uso da rede elétrica que, em conjunto, cresceram 19,8% em 2007 sobre os valores do mesmo período do ano anterior. A energia elétrica comprada para revenda absorveu R\$ 428,9 milhões, expansão de 29,5% entre os períodos comparados, refletindo o aumento do volume de energia e também o aumento da amortização de CVA.



Gastos Operacionais - R\$ mil

	2007	12 Meses	2006	Var.
Gastos gerenciáveis				
Pessoal	315.796		339.078	-6,9%
Material	43.107		36.598	17,8%
Serviços de Terceiros	353.949		296.787	19,3%
Provisões	144.364		106.890	35,1%
Outros	94.483		95.755	-1,3%
	951.699		875.108	8,8%
Depreciação e Amortização	317.280		287.450	10,4%
Total dos gastos gerenciáveis	1.268.979		1.162.558	9,2%
Gastos não-gerenciáveis				
Energia Comprada para Revenda	1.882.598		1.453.716	29,5%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	524.314		557.829	-6,0%
Taxa de Fiscalização da Aneel	13.218		10.327	28,0%
Compensação Financeira	18.599		14.183	31,1%
Total dos gastos não-gerenciáveis	2.438.729		2.036.055	19,8%
Total dos gastos	3.707.708		3.198.613	15,9%

Energia Comprada para Revenda - R\$ mil

	2007	12 Meses	2006	Var.
Contratos iniciais	-		-	n.d.
Itaipu	586.031		539.388	8,6%
Leilão	598.309		566.178	5,7%
PROINFA	47.061		23.832	97,5%
Energia de curto prazo - CCEE	59.211		29.832	98,5%
Outros Supridores	491.992		442.382	11,2%
Efeito líquido da CVA	99.994		(147.896)	n.d.
Total geral	1.882.598		1.453.716	29,5%

Encargos de Uso da Rede Elétrica - R\$ mil

	2007	12 Meses	2006	Var.
Encargo de uso e conexão	500.137		506.128	-1,2%
Encargo de serviços do sistema	2.764		11.044	-74,7%
Efeito líquido da CVA	21.383		40.657	-47,4%
Total geral	524.314		557.829	-6,0%

Resultado do serviço - EBIT

A combinação dos efeitos analisados conduziu a um resultado do serviço de R\$ 805,8 milhões em 2007, 2,5% maior que o resultado verificado no mesmo período do ano anterior. A margem EBIT alcançou 17,9% o que representou redução de 1,9 p.p. sobre 2006. A expansão de 10,4% nas despesas com depreciação e amortização reconhecidas no período reflete basicamente o início da operação de Peixe Angical e da quarta máquina de Mascarenhas.

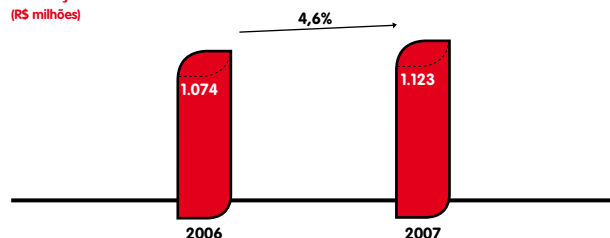
EBITDA e margem EBITDA

Em 2007, o EBITDA consolidado totalizou R\$ 1.123,0 milhões, aumento de 4,6% em relação a 2006. A margem EBITDA (EBITDA/ Receita Líquida) ficou em 24,9%, 2,1 p.p. inferior à do mesmo período do ano anterior.

Essa variação reflete a contribuição positiva das áreas de geração e comercialização. Na geração, a operação integral da UHE Peixe Angical e da quarta máquina da UHE Mascarenhas e a entrada em operação da PCH São João resultaram em crescimento de 62% do EBITDA desse segmento. Outro destaque foi a elevação da margem EBITDA da geração de 15,7 p.p., atingindo 75,8%.

Evolução do EBITDA

(R\$ milhões)



Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado em 2007 foi negativo em R\$ 303,7 milhões. No ano anterior, havia sido, também negativo, de R\$ 377,8 milhões. Contribuíram para esse resultado:

- (i) a redução do custo da dívida em razão da emissão de debêntures e pagamento das *Senior Notes* na Escelsa;
- (ii) a menor atualização monetária devido à redução do saldo de ativos regulatórios; e
- (iii) a menor despesa com juros sobre capital próprio.

Lucro líquido

Em virtude dos efeitos analisados, o lucro líquido consolidado alcançou R\$ 439,8 milhões em 2007, 11,6% superior ao de 2006. O lucro antes da participação dos minoritários foi de R\$ 495,8 milhões; no ano anterior, havia sido de R\$ 431,4 milhões.

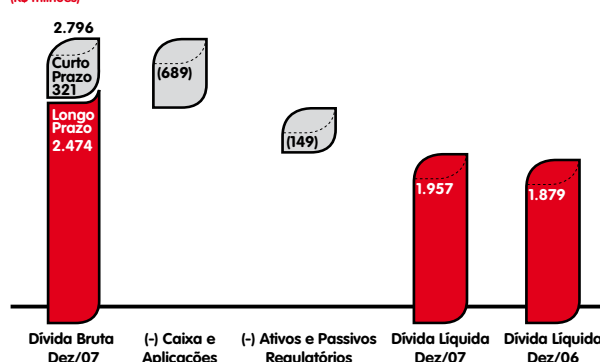
Endividamento

Em 31 de dezembro de 2007, a dívida bruta consolidada, incluindo encargos, totalizava R\$ 2.796 milhões, representando queda em relação ao saldo de R\$ 3.159 milhões registrado em dezembro de 2006. Já a dívida líquida ajustada pelos valores de caixa e aplicações e pelo saldo líquido de ativos regulatórios alcançou R\$ 1.957 milhões no encerramento de 2007, incremento de 4,1% na comparação com o período findo em dezembro de 2006. Esse desempenho reflete principalmente o menor saldo de ativo regulatório em decorrência da redução da BRR da Enersul determinada pela Aneel.

Do total da dívida bruta no final de dezembro de 2007, 4,6% estavam denominados em moeda estrangeira, 74,1% dos quais protegidos da variação cambial por meio de instrumentos de *hedge*, resultando em uma exposição líquida de 1,2%. A redução da dívida em moeda estrangeira deveu-se ao pagamento das *Senior Notes* da Escelsa.

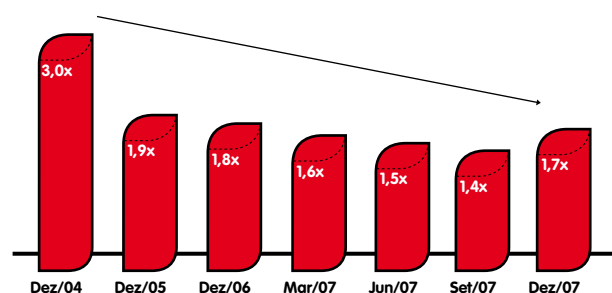
Evolução da Dívida Líquida

(R\$ milhões)



A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o mês de dezembro em 1,7 vezes, mostrando uma posição confortável de alavancagem da Companhia. Esse indicador apresentou crescimento devido ao passivo regulatório mais alto em virtude da redução da BRR da Enersul, determinada pela Aneel em dezembro de 2007.

Divida Líquida/EBITDA*



* EBITDA dos últimos 12 meses.

Debêntures

A Escelsa emitiu, em 2 de julho de 2007, 25 mil debêntures simples, subordinadas, não conversíveis em ações, totalizando R\$ 250 milhões. As debêntures são remuneradas à taxa de 105% do CDI e têm prazo total de sete anos, com cinco de carência e pagamento de juros semestrais e amortizações anuais. A emissão destinou-se ao pagamento das *Senior Notes* que venceram na primeira quinzena de julho, num valor total de R\$ 306,3 milhões.



07

Mercado de Capitais

As ações da Energias do Brasil (ENBR3) encerraram o ano cotadas a R\$ 28,90, desvalorização de 9,6% em comparação ao final de 2006. O valor de mercado da Companhia no fechamento de 2007 era de R\$ 4,8 bilhões.

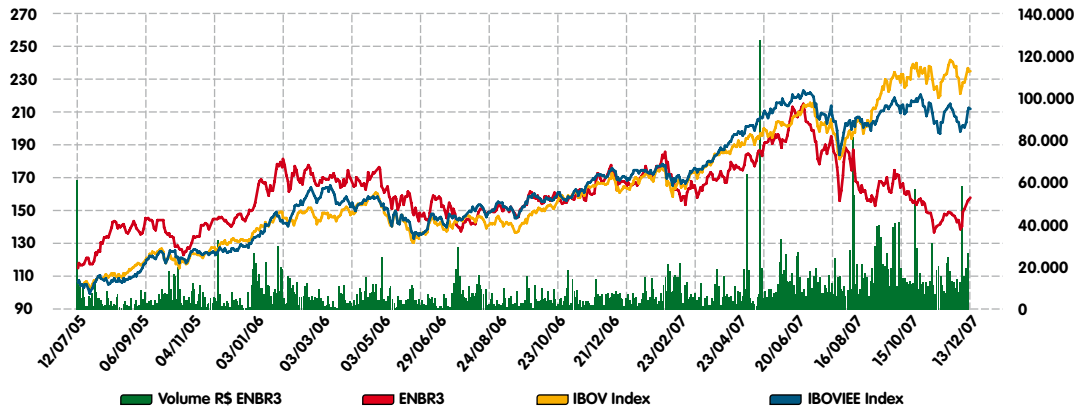
O recuo da cotação decorre em grande parte da percepção do mercado sobre o impacto da revisão da Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Enersul sobre os resultados consolidados.

Desde sua listagem, em julho de 2005, os papéis acumulam valorização de 60,6%.

As ações registraram presença em 100% dos pregões, com volume negociado de 108,3 milhões e média diária de 441,9 mil títulos. O volume financeiro totalizou R\$ 3.379,7 milhões, representando média diária de R\$ 13,8 milhões, equivalente a um crescimento de 104% em relação à média diária de 2006.

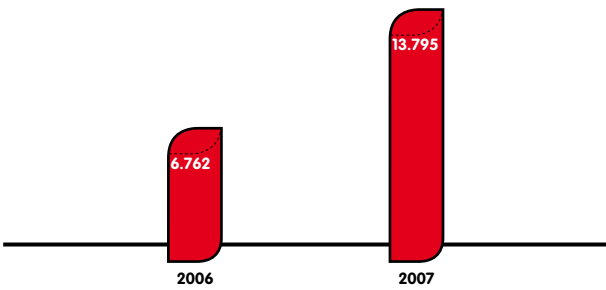
Desempenho ENBR3 x Índices

Base 100: 12/07/2005

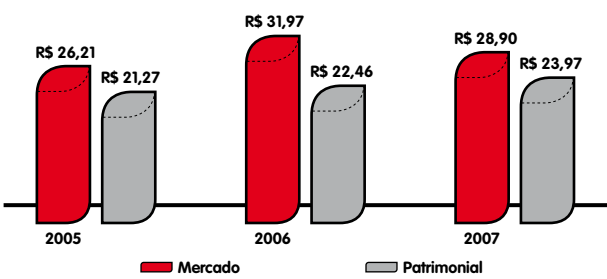


Evolução da Liquidez

(Média diária - R\$ mil)



Valor da Ação



Composição Acionária
Em 31 de dezembro de 2007

	Quantidade de ações	Percentual de participação
EDP - Energias de Portugal	102.902.115	62,36%
Ações em circulação	61.253.167	37,12%
Ações em Tesouraria	861.322	0,52%
Total	165.016.604	100%

Índices

As ações da Energias do Brasil integram os principais índices do mercado de capitais. Na carteira para 2008, estão presentes no Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), no Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag), IBrX-100 - Índice Brasil da Bovespa, no Índice de Energia Elétrica da Bovespa (IEE) e no IVBX-2 (Índice Valor Bovespa), que reúne empresas com liquidez ainda em desenvolvimento.

Em dezembro de 2007, foi também reconfirmada a participação pelo segundo ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), ao lado de outras 31 companhias selecionadas a partir de um questionário que abrangeu seis dimensões: Geral, Natureza do Produto, Governança Corporativa,

Econômico-Financeiro, Social e Ambiental. Criado pela Bovespa, o ISE é referência de empresas reconhecidamente comprometidas com a sustentabilidade e indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro. O processo de seleção foi conduzido de forma independente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Recompra de Ações

Em dezembro, foi anunciada a aquisição de ações de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento e/ou alienação, sem redução de seu capital social. A operação, que pode se estender pelo prazo de um ano, destina-se a aplicar recursos disponíveis em caixa, caso o mercado mostre-se favorável para esse investimento. O Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 6.211.426 (seis milhões, duzentas e onze mil, quatrocentas e vinte e seis) ações ordinárias. Somado a 22 ações mantidas em Tesouraria na data do anúncio, o volume equivale a 10% dos papéis em circulação no mercado, não excedendo, portanto, o limite legal previsto no artigo 3º da Instrução CVM nº 10/80. Até 31 de dezembro de 2007, a Energias do Brasil havia recomprado 861.300 ações de sua emissão. Em 18 de fevereiro de 2008, o volume de ações recompradas era de 4.861.500.



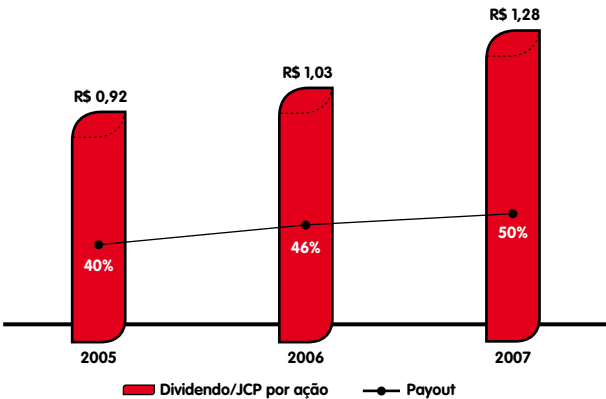
Reunião com investidores

Remuneração de Acionistas

A Energias do Brasil revisou a política de dividendos que estabelecia o pagamento de um valor mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) do lucro líquido ajustado da companhia, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). O Conselho de Administração da Energias do Brasil, em reunião no dia 05/03/2008, aprovou o aumento do valor mínimo para 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado, o que corresponderia a uma distribuição de R\$ 207.212 mil entre juros sobre o capital próprio e dividendos.

O Conselho de Administração da Energias do Brasil já havia aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 119.923 mil, relativos ao exercício de 2007, correspondendo a R\$ 0,730546 por ação ordinária. Os JSCP serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos pela companhia relativos ao exercício social de 2007. O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 05/03/2008, o pagamento de um dividendo complementar de R\$ 87.289 mil, correspondente a R\$ 0,545028 por ação.

Provento por Ação (R\$) e Payout



Formador de Mercado

A Credit Suisse S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários foi contratada como formador de mercado no processo de promoção da liquidez das ações da Energias do Brasil. O contrato tem vigência de 12 meses, a partir de 11 de junho de 2007. O formador de mercado é um agente que se compromete a manter ofertas de compra e venda de forma regular e contínua a um *spread* máximo preestabelecido, com o objetivo de facilitar os negócios e evitar movimentos artificiais no preço da ação causados por falta de liquidez, sendo sua atuação regida pela instrução CVM nº 384, de 17 de março de 2003. A contratação do formador de mercado pela Energias do Brasil reforça seu compromisso com os investidores e com as melhores práticas de negociação no mercado.



Ativos Intangíveis

No ciclo de elaboração do planejamento estratégico 2007-2010, a Energias do Brasil identificou quatro ativos intangíveis, definidos como o conhecimento existente na organização para criar vantagens competitivas no cumprimento da Visão, Missão e dos Valores e na concretização das estratégias empresariais. São eles:

- Capital Humano
- Capital da Informação
- Capital Organizacional
- Capital Mercadológico

Uma Política Corporativa de Ativos Intangíveis foi criada em 2007, com o objetivo de estabelecer diretrizes para identificar, avaliar, desenvolver e manter esses ativos alinhados à perspectiva de gestão estratégica do aprendizado e crescimento. No processo, definiu-se que a revalidação dos ativos intangíveis acontecerá anualmente, conforme o cronograma de planejamento empresarial.

Capital Humano

Entendido como um dos principais ativos de uma empresa do setor de serviços, o capital humano envolve as competências e habilidades, o talento e conhecimento dos profissionais da Energias do Brasil. São aspectos desenvolvidos por meio de capacitação e treinamento, da formulação dos processos e elaboração de projetos de melhoria utilizando diversas metodologias e ferramentas, além da experiência adquirida nas operações diárias.

Para o desenvolvimento desse ativo, o objetivo estratégico mapeado pela metodologia *Balanced Scorecard* (BSC) é investir em capital humano focado no valor. Isso envolve manter pessoas permanentemente alinhadas à estratégia e ampliar seus conhecimentos de tecnologia de produção e de gestão, tanto pela produção interna desse saber como por meio de investimentos em P&D, parcerias tecnológicas com fornecedores, capacitação individual, convênios com universidades especializadas, contratos de transferência tecnológica, processos estruturados de *benchmarking* e uso de consultorias de gestão.

Capital da Informação

É representado pela disponibilidade de sistemas de informação, de infra-estrutura e de aplicativos de gestão do conhecimento

necessários para dar suporte à estratégia. Em 2007, foram concluídas as novas versões dos sistemas de gestão da Energias do Brasil e de suas controladas, com a atualização do SAP/R3, para as áreas Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, e do BW, de informações gerenciais. Para a Bandeirante, houve também a atualização do CCS (gestão comercial) e a introdução do CRM (gestão do relacionamento com o cliente). A segunda etapa, com a extensão do sistema de gestão comercial para a Escelsa e Enersul, será concluída em 2008.

Capital Organizacional

Refere-se à busca pela motivação, alinhamento dos esforços e comprometimento com as diretrizes organizacionais. Inclui aspectos como cultura - conscientização e internalização da Missão, Visão e dos Valores -, liderança qualificada, alinhamento das metas e incentivos com a estratégia em todos os níveis hierárquicos e trabalho em equipe.

Capital Mercadológico

Engloba a marca e a reputação do Grupo.

A política da Energias do Brasil é proteger suas marcas (EDP, Energias do Brasil, Bandeirante, Enersul, Escelsa, Enertrade e Energest, entre outras). A logomarca, representada por um sorriso aplicado sobre fundo vermelho, reflete a personalidade, os valores e a estratégia baseada na sustentabilidade. Simboliza a proximidade com os clientes e o compromisso com a construção de uma sociedade mais inclusiva.

O aspecto reputação refere-se à percepção do público sobre a imagem da Empresa, a qualidade do serviço, o nível e tipo do atendimento às partes relacionadas (mercado, clientes, sociedade, imprensa, acionistas, fornecedores, governo etc.). Um indicador desse avanço é a pesquisa do Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQB), apurado pela Abradee, que apontou os seguintes resultados para as distribuidoras do Grupo em 2007: 74,8% para a Bandeirante (71,1% em 2006); 86,3% para a Escelsa (73,8% em 2006); e 74,2% para a Enersul (72,6% em 2006).

Gestão de Riscos

Como um dos pilares da execução da estratégia da Energias do Brasil, a gestão de riscos do Grupo passou por um profundo aperfeiçoamento em 2007, de forma alinhada a um projeto global da EDP. Foi criado um Portal de Riscos, na Intranet, em que apresenta as principais ameaças ao desempenho dos negócios são apresentadas, com permanente atualização sobre gradações de impacto financeiro, estimativa de probabilidade de ocorrência, nível de gerenciamento possível e ações de mitigação. O Portal também abriga todas as políticas de gerenciamento de risco e os planos de ação.

Os principais riscos identificados nas operações da Energias do Brasil são os seguintes:

GRI
1.2;
4.11

GRI
EU5

Energético - O cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões do País é avaliado pelo Subcomitê de Risco Energético, que considera um horizonte de cinco anos, além de analisar as variáveis macro e microeconômicas e as especificidades de cada mercado de atuação. Esse processo é realizado com o apoio de *softwares* e modelos estatísticos desenvolvidos pela Energias do Brasil. O modelo inclui a identificação, a parametrização, a avaliação e o controle do risco, com o objetivo de antecipar potenciais impactos sobre as áreas de distribuição, geração e comercialização, de forma a prepará-las para assegurar o fornecimento de energia, ampliar a receita e minimizar eventuais prejuízos.

Regulatório - Os negócios de distribuição e geração submetem-se a obrigações previstas nos contratos de concessão assinados com o Governo Federal e à estrutura regulatória do setor energético brasileiro. Essas atividades são reguladas e fiscalizadas pela Aneel, autarquia do Ministério de Minas e Energias. A Energias do Brasil mantém uma área de Assuntos Regulatórios, que coordena o relacionamento com a Aneel e acompanha permanentemente os aspectos que podem interferir no andamento dos negócios,

cumprindo com rigor as exigências estabelecidas nos contratos de concessão. A atividade de comercialização com consumidores do mercado livre depende de regulação apenas nas operações com partes relacionadas - como no caso de compra de energia de geradoras do Grupo -, que são previamente aprovadas pela Aneel.

Financeiros - A Política de Gestão de Riscos Financeiros estabelece as condições e os limites de exposição ao risco de crédito de contrapartes nas operações financeiras, ao risco de mercado de ativos e passivos financeiros, e ao risco de liquidez. Entre suas disposições, estabelece *ratings* mínimos a serem observados para as instituições financeiras nas quais são aplicados recursos de caixa e com as quais são realizadas operações de derivativos. Adicionalmente, a Política estabelece limites de concentração de aplicações em instituições financeiras, tanto em razão do montante total das aplicações do Grupo, quanto do patrimônio líquido das instituições financeiras, respeitados os níveis de *rating* mínimo. Na gestão do endividamento, são estabelecidos limites de concentração por credor, como participação no total da dívida. Na gestão da liquidez, a Política determina limites de concentração de vencimentos de parcelas da dívida total em um mesmo trimestre, que se configuram como metas a serem seguidas na contratação de novos financiamentos. Os passivos cambiais não cobertos por instrumentos de proteção têm pouco impacto sobre o endividamento da Companhia, representando apenas 1% dos compromissos no final de 2007.

Mercado - A evolução do consumo de energia é dependente do comportamento da economia e da renda do consumidor. O risco de mercado é mitigado pela atuação de distribuidoras em três regiões distintas do País, com atividades econômicas e características próprias - indústria aeronáutica, metalúrgica e um estruturado setor de serviços, em São Paulo; agronegócios, no Mato Grosso do Sul e siderurgia, mineração e comércio exterior, no Espírito Santo.

Interesse na opinião

"Ao responder o questionário de consulta sobre o relatório, senti que a Energias do Brasil está interessada em conhecer a opinião dos colaboradores, que, com sua experiência, seja qual for a sua área de atuação, poderão contribuir para melhorias e, conseqüentemente, evitar danos futuros visando à empresa e a seus clientes."

Maria Antonia Aparecida S. Cunha - Ouvidoria

Investimentos e Perspectivas

Hidrologia - A energia gerada pelas empresas do Grupo é proveniente de hidrelétricas, que têm sua plena operação dependente das condições hidrológicas. Além disso, a receita da venda não é vinculada à energia efetivamente gerada, mas sim à energia assegurada, em volume determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Esse risco, no entanto, é mitigado pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional.

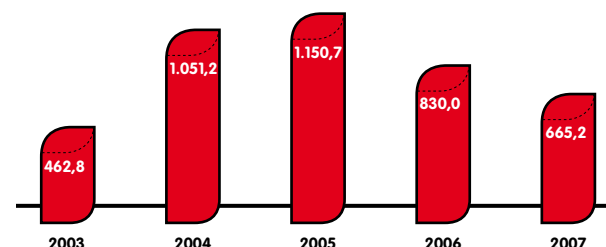
Meio Ambiente - O conceito de sustentabilidade está integrado à estratégia do Grupo, o que envolve o compromisso com a preservação ambiental, sendo a atuação orientada por uma Política de Sustentabilidade. Os empreendimentos e as atividades na área de geração e distribuição são executados sob parâmetros que assegurem a minimização de impactos ambientais. Exemplo foi a construção da UHE Peixe Angical, no Rio Tocantins, que atendeu a todas as exigências de órgãos ambientais.

Operacional - O risco de descontinuidade de fornecimento, em razão da perda de equipamentos, é gerido por intermédio de seguros (nos principais equipamentos) e estoques de equipamentos para reposição. Privilegia-se a gestão otimizada de estoques, buscando a padronização dos diferentes tipos de equipamentos, a identificação das famílias de materiais com defeitos prematuros e o investimento em atualizações tecnológicas.

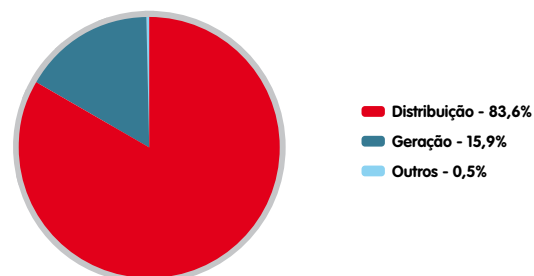
Os investimentos da Energias do Brasil totalizaram R\$ 665,2 milhões em 2007, 19,9% abaixo dos recursos destinados às áreas de negócios no ano anterior. A conclusão das obras da Usina Peixe Angical, em setembro de 2006, é o principal fator que justifica a redução.

O maior volume de recursos foi destinado às atividades de distribuição (83,6%), concentrando-se em projetos de expansão e melhoramento das redes das empresas Bandeirante, Escelsa e Enersul. Os recursos para programas de Universalização do Acesso à Energia Elétrica, que incluem o Programa Luz para Todos, somaram R\$ 80,8 milhões. A área de geração absorveu 15,9% dos recursos, especialmente com as obras da Pequena Central Hidrelétrica São João, no Estado do Espírito Santo.

Investimentos
(R\$ milhões)



Distribuição dos Investimentos



Investimentos* (R\$ milhões)

	2006	2007	%
Distribuição	536,5	556,2	3,7
• Bandeirante	149,6	173,5	16,0
• Escelsa	191,3	203,0	6,1
• Enersul	195,6	179,7	-8,1
Geração	292,9	105,9	-63,8
• Enerpeixe	243,6	49,4	-79,7
• Energest	46,2	51,9	12,2
• EDP Lajeado	3,1	4,6	50,7
Outros	0,6	3,1	415,3
Total	830,0	665,2	-19,9
Total sem juros capitalizados	751,9	663,4	-11,8

* Inclui capitalização de juros.

Os investimentos em distribuição, ao longo de 2007, superaram em 3,7% o montante registrado no ano anterior, totalizando R\$ 556,2 milhões. Para expansão de redes foram destinados R\$ 196,1 milhões, equivalentes a 35,3% do total dos recursos investidos no ano e 30,5% acima do ano anterior. Foram investidos R\$ 141,4 milhões em melhorias nas redes, 14,8% mais do que em 2006. Na Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica, o volume diminuiu 49,1% e chegou a R\$ 80,8 milhões (14,5% do total aplicado no ano). Outros R\$ 137,9 milhões foram investidos em telecomunicações, informática e outras atividades.

Investimentos em Distribuição (R\$ Mil)

	Bandeirante	Escelsa	Enersul	Total 2007	Total 2006
Expansão da rede	77.567	58.497	60.049	196.113	150.229
Melhoramento da rede	39.063	62.520	39.857	141.440	123.250
Universalização (rural+urbano)	11.838	36.693	32.266	80.797	158.657
Telecom, informática e outros	45.030	45.292	47.541	137.863	104.387
Total	173.498	203.003	179.713	556.214	536.523

Perspectivas

Os investimentos projetados para 2008 totalizarão R\$ 1.180 milhões, tendo como prioridade a expansão em geração (R\$ 585 milhões) e a melhoria da rede e da prestação de serviços das distribuidoras (R\$ 438 milhões em distribuição e R\$ 157 milhões no Luz para Todos).

O Grupo mantém atenção constante a oportunidades de crescimento em geração, com análise de diferentes tecnologias para a geração de energia elétrica. Busca o crescimento tanto em geração tradicional (hidrelétrica e termelétrica) como em novas energias, com destaque para biomassa e eólica. Todos os investimentos são avaliados a partir de parâmetros de retorno do capital empregado, para garantir a criação de valor aos acionistas.

Os investimentos asseguram o crescimento do negócio e a qualidade na prestação de serviço. De acordo com projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia no País crescerá 5,2% em 2008, mais uma vez impulsionado pelo setor comercial, que deve subir 7,5%. A estimativa inclui acréscimo de 6% no consumo residencial e de 4% no setor industrial. O menor ritmo da indústria é explicado pelo aumento de projetos de autoprodução.

A Aneel, em seu anuário *Análise de Energia*, traçou 77 cenários para o suprimento nos próximos anos e avalia que o Brasil estará praticamente livre da hipótese de racionamento caso as obras previstas pela agência sejam concluídas no prazo. O País só enfrentará risco se o PIB crescer em média 6% ao ano nos próximos cinco anos - percentual considerado atualmente de baixa probabilidade. Se as obras começarem a atrasar e a quantidade de energia injetada no sistema cair, o risco sobe significativamente. Dos 77 cenários, em 23 a demanda de energia poderá superar a oferta.

Metas Econômicas

Em 2007, a Energias do Brasil assumiu algumas metas em relação ao desempenho econômico das empresas controladas. As propostas e as respectivas avaliações foram:

Metas econômicas	Avaliação
Duplicar a capacidade de geração a partir de oportunidades adequadas	Em curso.
Distribuir aos acionistas o valor mínimo equivalente a 40% do lucro líquido ajustado como dividendos e/ou juros sobre capital próprio	Superada. Serão distribuídos 50% do lucro líquido sob a forma de dividendos.
Reduzir para 2,8% as perdas comerciais no médio prazo	Em reanálise, tendo em conta a evolução do marco regulatório.

Para 2008, são estabelecidos os seguintes desafios no desempenho econômico:

- Criação de uma nova unidade de negócio focada no desenvolvimento de portfólio de energias renováveis (PCHs, eólicas e biomassa);
- Constituir um pipeline de projetos UHE e UTE (predominantemente gás);
- Alargar a atividade da área de comercialização de eletricidade;
- Otimizar a margem regulatória consolidando os padrões de qualidade de serviço.



Índice

Desempenho Social	
Práticas Trabalhistas	60
Emprego	60
Perfil	60
Treinamento e educação	61
Gestão de desempenho	61
Previdência e benefícios	62
Segurança e saúde no trabalho	62
Diversidade e igualdade de oportunidades	63
Direitos Humanos	64
Responsabilidade na cadeia de produção	64
Sociedade	65
Comunidade	65
Instituto Energias do Brasil	66
Projetos sociais	66
Projetos relacionados à atividade-fim	67
Combate à corrupção	68
Políticas públicas	69
Concorrência desleal	69
Responsabilidade pelo Produto	70
Saúde e segurança do cliente	70
Comunicação e marketing	72
Privacidade dos consumidores	74
Metas Sociais	75

Desempenho Social

Práticas Trabalhistas

Emprego

A Energias do Brasil tem por objetivo ser uma empresa de referência no setor elétrico brasileiro. Nos últimos três anos, por meio do Projeto Vanguarda - que baliza todo o plano de transformações do Grupo -, promoveu diversas mudanças, incluindo ampla reestruturação na área de Recursos Humanos.

Em continuidade ao processo de realinhamento estratégico, um dos destaques de 2007 foi o lançamento do Vanguarda Gente, que, apoiado no *slogan* "Nossa energia tem a sua cara", visa à valorização dos colaboradores. A integração entre os departamentos de Recursos Humanos das empresas no Brasil e com a controladora Energias de Portugal (EDP) foi foco de ações para reforçar a cultura e a identidade corporativa do Grupo.

Com a EDP, participou dos projetos EnerHgia e Talento. O primeiro é o sistema de dados Cézanne, que reúne informações sobre todos os colaboradores e possibilita ações de integração e recrutamento interno para preenchimento de vagas nos países onde o Grupo atua. Além disso, oferece aos gestores informações sobre seu time, como o resultado da avaliação de desempenho e competências. Já o Talento visa a aplicar um plano estratégico de gestão de pessoas em suas várias vertentes: avaliação de potencial e desempenho, gestão de compensação, desenvolvimento de competências e formação e gestão de carreiras. Um desdobramento desse programa é o Jovens

de Elevado Potencial (JEPs), direcionado à identificação de jovens talentos e definição de programa de retenção e desenvolvimento, preparando-os como sucessores em áreas gerenciais.

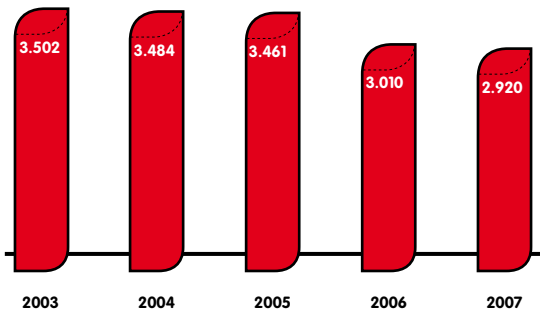
A partir de 2008, a pesquisa de clima organizacional do Grupo também será realizada com base em plataforma global, motivo pelo qual a Energias do Brasil adiou a realização do levantamento programada para acontecer em 2007.

Perfil

A Energias do Brasil encerrou o ano com 2.920 colaboradores, sendo 2.272 homens e 648 mulheres. O número de admissões foi de 238 e o de demissões 328. O *turnover* registrado no ano foi de 9,4%, devido principalmente à oxigenação no quadro de profissionais, decorrente do Programa de Demissão Voluntária (PDV). A folha de pagamento bruta que contempla remunerações, benefícios e encargos sociais somou no exercício de 2007 o montante de R\$ 368,9 milhões (fonte: balanço social IBASE).

GRI
LA2

Número de Colaboradores



Quadro Funcional por Empresa

	Escelsa	Enersul	Bandeirante	Enertrade	Enerpeixe	Energest	Energias do Brasil (holding)
Diretores celetistas	-	-	1	-	-	2	2
Alta gerência	7	8	19	3	2	6	8
Gerentes	25	21	35	-	4	5	6
Profissionais	244	239	229	8	19	26	24
Técnicos	677	471	747	2	22	49	9
Total	953	739	1.031	13	47	88	49

Colaboradores por Contrato de Trabalho

	2007
Empregados	2.920
Estagiários	180
Terceiros	6.141

GRI
LA1
EU16

Funcionários por Região

Região	2007
São Paulo	1.172
Mato Grosso do Sul	742
Espírito Santo	972
Tocantins	34

GRI
EU15
LA11
LA8

Treinamento e Educação

Os projetos de atração e retenção de talentos, desenvolvimento e qualificação profissional e qualidade de vida dos colaboradores são conduzidos de forma a contribuir para o crescimento da Empresa e das pessoas.

Foram destinados R\$ 7,2 milhões para cursos e treinamentos, geridos pelo Programa de Formação e Desenvolvimento da Energias do Brasil. A iniciativa é dividida em três frentes: Programa de Treinamento Funcional (PTF), Programa de Incentivo à Educação Formal (PIE) e Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG).

Ao final de 2007, a Energias do Brasil adquiriu o Chronos®, um curso virtual de capacitação em desenvolvimento sustentável elaborado pela Universidade de Cambridge e o WBCSD (World Business Council for Sustainable Development). Tem o objetivo de integrar conceitos de responsabilidade social e ambiental, de fornecer informações e soluções práticas para as dificuldades surgidas no contexto da sustentabilidade corporativa, e de testar a capacidade do colaborador de identificar as iniciativas da empresa em prol do desenvolvimento sustentável. Aplicado na Energias do Brasil em forma de *e-learning*, o curso já atingiu 31% do quadro gerencial e em 2008 deve ser estendido a 80% dos colaboradores.

Já o Programa Gestores em Ação, direcionado ao desenvolvimento do corpo gerencial, somou 96 horas de cursos e atendeu 157 colaboradores. A Empresa não conta com programas específicos para gerenciamento do fim de carreira.

Treinamento (homem/hora)

Volume de formação por domínio	186.118
Gestão	17.540
Técnica gerencial	70.930
Técnica específica	40.057
Comportamental	34.961
Organizacional	22.630

GRI
LA10

Horas de Treinamento

Função	Horas
Dirigentes	186.118
Quadros superiores	2.688
Quadros médios	27.305
Quadros intermediários	10.138
Profissionais altamente qualificados e qualificados	41.164
Profissionais semiqualiificados	76.282
Praticantes/aprendizes	19.575

Participação em Sindicatos

Sindicatos	2007
Nº de associados	673
% de associados	70,62%
Nº de sindicatos	3

GRI
LA4

Gestão de desempenho

A Energias do Brasil desenvolve ações que visam ao acompanhamento regular do desempenho de seus colaboradores. Em 2007, adotou o modelo de Gestão de Performance baseado em objetivos e competências. Os objetivos são desdobrados em todos os níveis da Organização e compostos por metas do Grupo, da unidade de negócio/empresa, das áreas e individuais.

GRI
LA12

Parte de um mesmo grupo

"Fiquei muito contente em contribuir com a pesquisa dos *stakeholders*, pois participar da elaboração de um relatório como o do Grupo Energias do Brasil é muito importante. Por que é importante? Porque faço parte de outra empresa, a Vanguarda, prestadora de serviços e me considero parte de um mesmo grupo. Somos uma parceria de verdade. Trabalhamos juntos todos os dias, conjugando um mesmo objetivo, com muito respeito."

Planos de Pensão (R\$ milhões)

		2006	2007
GRI EC3	Valor presente das obrigações atuariais, total ou parcialmente cobertas	(579)	(598)
	Valor justo dos ativos	563	666
	Valor das perdas atuariais não reconhecidas (Déficit)/Superávit	16	(42)
	Bandeirante	(98)	(96)
	Escelsa	59	71
	Enersul	40	51
	Energest	0,2	0,1

As competências são comportamentos e atitudes demonstradas pelo colaborador, com foco no presente e no futuro. Elas são estruturadas em três eixos: competências transversais (comum a todos os colaboradores), de gestão (exclusiva de gestores) e funcionais (segregadas por grupos funcionais).

A avaliação de gestores segue o modelo 270°, ou seja, eles fazem auto-avaliação e são avaliados pelo superior hierárquico e pelos pares. Os demais colaboradores são avaliados pelo modelo 180°, com auto-avaliação e avaliação do superior imediato. Em 2007, o processo de avaliação abrangeu 100% dos colaboradores ativos na data da avaliação.

Os novos gestores do Grupo, sejam eles contratados externamente ou por meio de promoções internas, passam por um *assessment* realizado por consultoria externa e imparcial.

Previdência e benefícios

Em 2007, a Energias do Brasil consolidou a migração dos planos de saúde para uma única seguradora. A prospecção nas regiões onde estão as empresas do Grupo resultou em um aumento expressivo na rede de atendimentos e prestadores. Somente nas regiões do Vale do Paraíba e do Alto do Tietê (SP) - com grande concentração de colaboradores -, a rede de médicos e hospitais passou de 341 para 2.479, e o número de profissionais de odontologia saltou de 385 para 1.264.

Também entrou em vigor o novo seguro de vida aos colaboradores. O plano tem prêmio mensal 100% coberto pela Energias do Brasil, com capital segurado de 24 vezes o valor do salário, limitado ao máximo de R\$ 400 mil e mínimo de 30 mil.

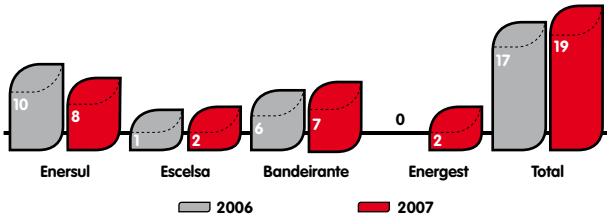
A EnerPrev, entidade de previdência complementar do Grupo Energias do Brasil foi criada para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar oferecidos pelas empresas do Grupo. Além disso, o Grupo Energias do Brasil com a parceria da Bradesco Vida e Previdência, contratou coberturas de Renda por Invalidez, Pensão por Morte e criou a Conta Estilo de Vida. Com ela, o participante terá uma reserva que lhe proporcionará a possibilidade de cobrir seus gastos com despesas para fins de saúde na fase pós-emprego. As contribuições são paritárias (um por um), sendo que o colaborador pode decidir por aportes periódicos mensais no valor de até 7% de seu salário e a Empresa participa com o mesmo valor. A Empresa cobre, ainda, 100% do custo para coberturas de Renda por Invalidez e Pensão por Morte. Em 2007, o aporte da Energias do Brasil somou R\$ 327.899 para EnerPrev e Bradesco, e o dos colaboradores R\$ 302.828.

Segurança e saúde no trabalho

No ano, o Grupo criou a política de Meio ambiente, Saúde e Segurança e lançou o Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade, que reúne os procedimentos nas áreas de meio ambiente, segurança no trabalho e saúde ocupacional.

Por meio do Programa de Segurança do Trabalho, foram desenvolvidas campanhas de conscientização, treinamentos, procedimentos e monitoramento, de forma a manter ambientes seguros e saudáveis para os colaboradores e visitantes em todas as operações.

Acidentes de Trabalho



Acidentes de Trabalho

		2007
GRI LA7	Nº médio de trabalhadores	3.057
	Horas trabalhadas	6.008.283
	Acidentes de trabalho	
	- Com afastamento	19
	- Óbitos	-
	- Dias perdidos	712
	Acidentes de trajeto	
	- Não-mortais	18
	- Mortais	-
	- Dias perdidos	562
	Acidentes de trabalho mortais	
	- Com trabalhadores ENBR	-
	- Com prestadores de serviços	2
Taxa de Frequência de Acidentes		3,16
Taxa de Incidência (TI)		6
Taxa de Gravidade de Acidentes		119

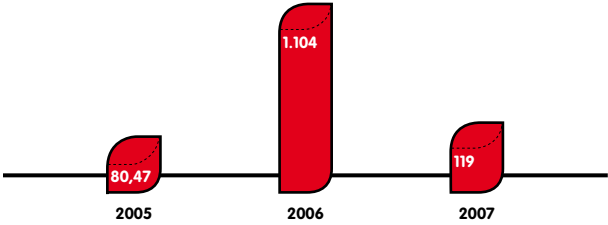
Taxa de Frequência de Acidentes



Salários-Base por Gênero e Cargo (R\$)*

		Mulheres	Homens	Proporção (salários homens e mulheres)
GRI LA14	Superintendente	19.104	18.196	0,95
	Gerente	10.095	11.004	1,09
	Supervisor	5.614	5.611	1,00
	Administrativo/técnico	1.802	1.716	0,95
	Universitário/prof.	3.702	4.254	1,15
	Operacional	1.100	1.713	1,56
	Técnico profissionalizante	2.491	2.613	1,05
	Pessoas com Necessidades Especiais	616	646	1,05
	* Média salarial de dezembro de 2007.			

Taxa de Gravidade de Acidentes



Taxa elevada em 2006 em decorrência de óbito na Enersul.

Diversidade e igualdade de oportunidades

A Energias do Brasil é comprometida com o respeito às diferenças e a oferta de oportunidades de desenvolvimento aos colaboradores. Esse posicionamento foi reforçado em 2007 com o lançamento das políticas de valorização da diversidade e contra discriminação e assédio.

No período, o Canal de Comunicação e Denúncias da Energias do Brasil recebeu oito relatos de assédio e discriminação, que não se confirmaram. As denúncias foram analisadas pelo Comitê de Ética e pela auditoria interna e a conclusão da Companhia é que não se caracterizaram como discriminação ou não procediam.

Apoio e valorização

"Acolhi com muito agrado a efetivação, pois ela corresponde à dedicação e ao esforço que tenho dado ao meu trabalho, e à valorização dos meus supervisores em relação a mim. Pretendo, pois, continuar trabalhando e crescer no conhecimento daquilo que faço, pois me identifico e gosto muito. Para mim, foi muito bom ser efetivada em uma empresa que apóia e valoriza o funcionário em todos os seus aspectos."

Marianne Cristina Sesti – auxiliar administrativo, ex-integrante do Programa Incluir, de inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais

Direitos Humanos

Signatária do Pacto Global e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ambas iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU), a Energias do Brasil busca promover os direitos humanos no dia-a-dia de suas atividades e valorizar essa prática entre todos os públicos com os quais se relaciona. (mais informações sobre os compromissos assumidos pela Empresa estão na página 21).

GRI
HR5
HR6
HR7

A Energias do Brasil não mantém operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, forçado ou análogo à escravidão, nem com risco à liberdade de associação e não registrou denúncias envolvendo essas práticas em 2007.

Responsabilidade na cadeia de produção

GRI
HR2

Em 2007, a Energias do Brasil ampliou a disseminação de suas práticas de sustentabilidade entre fornecedores. Os critérios de seleção foram adaptados às novas políticas, e o desempenho socioambiental das Empresas foi incluído no processo de monitoramento contínuo da cadeia de produção, via inspeção fabril e avaliação industrial. No Brasil, os cerca de mil e quinhentos fornecedores foram comunicados, por meio de instrumento de contratação, e orientados sobre as novas regras de desempenho

socioambiental definidas pelo Grupo. Juntas, essas empresas forneceram R\$ 1 bilhão em produtos e serviços. Assim, 100% de seus fornecedores são submetidos a cláusulas que incluem, entre outros tópicos, os relacionados à proteção dos direitos humanos, tanto na seleção como no monitoramento desses contratos.

GRI
EC6

Para conferir mais agilidade e segurança nas transações com fornecedores, e garantir custos menores, a Energias do Brasil desenvolveu dois grandes projetos. O primeiro, Vanguarda OPEX, tem por objetivo melhorar o nível de eficiência em todas as empresas do Grupo por meio da padronização e centralização dos processos de compras. Ele envolveu diretamente cerca de 200 colaboradores de diversas áreas durante a sua aplicação. Entre as ações já adotadas estão a redução do nível de estoques de materiais regulares e a padronização dos códigos de produtos e serviços contratados, que passaram a integrar uma rede eletrônica compartilhada, em tempo real.

Já o Sinergie é um programa da Grupo EDP direcionado a promover a unificação e padronização global das empresas do Grupo. Ele também é baseado em uma plataforma eletrônica, que reúne anualmente mais de 500 processos e proporciona cerca de 200 mil ordens de compra em um universo de 27 mil fornecedores.



Sociedade

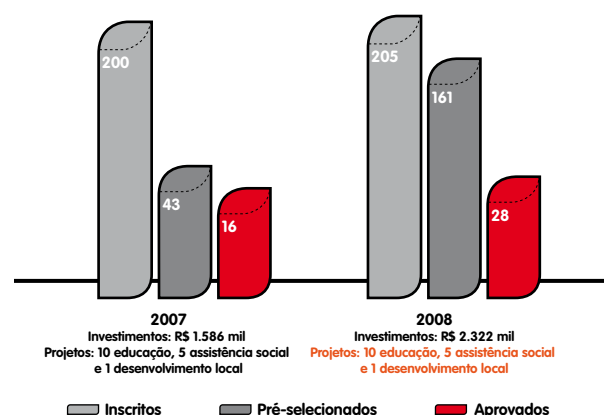
Comunidade

O compromisso da Energias do Brasil com as comunidades de sua área de atuação é expressa pela promoção de iniciativas próprias ou de suporte a parceiros sociais dedicados à mobilização e transformação social. No ano de 2007, os investimentos sociais totalizaram R\$ 8,1 milhões. Com foco principal em educação, direciona investimentos também a iniciativas de assistência social, desenvolvimento local e cultura, de acordo com as diretrizes da Política de Investimentos Sociais Externos e da Política Cultural da Companhia.

Essas políticas foram oficialmente colocadas em prática em 2007, quando foram aprovados os primeiros projetos em seleção pública e iniciado o Sistema de Monitoramento e Avaliação. O investimento ultrapassou os R\$ 2,0 milhões em projetos sociais (doações e execução direta), sendo que 16 (R\$ 1,6 milhão) foram iniciativas contratadas por chamada pública. Além disso, destacam-se R\$ 1,6 milhão em projetos educacionais e cerca de R\$ 4,2 milhões em patrocínios culturais, sobretudo ao teatro, com peças que a Energias do Brasil faz questão de levar a localidades das áreas de concessão das empresas do Grupo. Em 2007, o público de cidades como Vitória, Campo Grande, São José dos Campos e Guaratinguetá pôde assistir espetáculos como *Ricardo III*, *O Homem a Besta* e *a Virtude, Enfim Nós, Por Uma Vida Menos Ordinária*, *Festival Parlapatões* e *Fica Comigo Esta Noite*.

Nos projetos sociais e educacionais, o público-alvo é composto de crianças e adolescentes, alunos da rede pública de ensino, comunidade local, jovens e adultos, analfabetos, portadores de

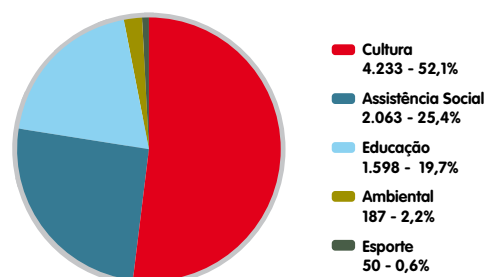
Projetos Participantes do Edital Social



necessidades especiais, educadores e famílias. Uma equipe de 12 técnicos visitou o conjunto de projetos a cada dois meses. Foram realizadas 162 reuniões e entrevistas com coordenadores das iniciativas, dirigentes de organizações, técnicos e beneficiários, num total de 900 pessoas ouvidas durante o processo de monitoramento. Os resultados nos primeiros seis meses indicam que a grande maioria das intervenções se desenvolve de forma alinhada aos objetivos.

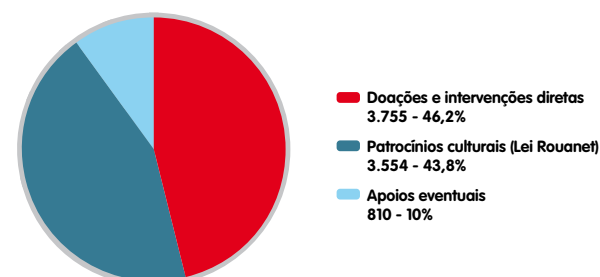
Para 2008, o investimento social deve somar cerca de R\$ 6,5 milhões. Desse total, R\$ 2,27 milhões serão dedicados aos 28 projetos vencedores entre os 205 inscritos na segunda edição do edital social da Energias do Brasil, realizado no segundo semestre de 2007.

Investimentos Sociais por Área (R\$ mil)



Total investido: R\$ 8,12 milhões (0,17% receita operacional líquida)

Investimento Social por Fonte de Recursos (R\$ mil)



Instituto Energias do Brasil

Para coordenar os projetos sociais e ambientais e envolver e comunicar os colaboradores e demais públicos estratégicos, a Empresa criou no ano o Instituto Energias do Brasil. Cabe a ele o desenvolvimento e a coordenação das políticas de Investimentos Ambientais, Investimentos Sociais, Voluntariado e de Gestão Institucional. Promove ainda a consolidação da cultura de sustentabilidade da Companhia entre seus colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e demais públicos estratégicos.

No aspecto ambiental, a entidade é responsável pelo desenvolvimento de projetos que vão além das exigências legais. Exemplo foi o lançamento do Centro de Conhecimento em Biodiversidade Tropical (Ecotropical), em parceria com o Instituto Ecológica (ONG ambiental) e a Universidade de Aveiro de Portugal, que realizará estudos científicos sobre alguns dos principais biomas do Brasil, começando pelo cerrado, no Estado do Tocantins. (Mais informações sobre o Centro e outros projetos ambientais podem ser conferidas no capítulo Gestão Ambiental, na página 89).

A integração entre a gestão do Grupo e a atuação do Instituto é garantida pelo modelo de governança corporativa desenvolvido em alinhamento aos compromissos de sustentabilidade definidos pela Energias do Brasil.

O Instituto tem como membros fundadores a *holding* e as empresas que compõem o Grupo. Seu órgão máximo é a Assembléia Geral. A Diretoria é composta por três membros: diretor-presidente, diretor-executivo e diretor administrativo e financeiro. Para assessorar a Diretoria, foi criado o Conselho Consultivo. Com caráter permanente, ele é constituído de dez membros, sendo quatro representantes da sociedade civil.

O Instituto conta também com um Conselho Fiscal não-permanente, composto por três membros eleitos pela Assembléia Geral.

A entidade terá parte de sua receita associada à venda de créditos de carbonos, gerados a partir de projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) e VER (*Verified Emissions Reductions*), no âmbito do Protocolo de Quioto, e aplicados nos programas socioambientais. A expectativa é que até 2013 sejam comercializadas cerca de 900 mil toneladas de CO₂ resultantes dos projetos MDL das PCHs São João, Paraíso e Santa Fé e quarta máquina de Mascarenhas. (Saiba mais sobre os projetos de MDL da Energias do Brasil no capítulo Gestão Ambiental, na página 80).

Projetos sociais

O principal projeto social da Energias do Brasil é o Letras de Luz. Lançado no final de 2006 em parceria com a Fundação Roberto Civita, tem por objetivo incentivar a leitura como instrumento de fomento da educação, cultura e cidadania. Com investimento de mais de R\$ 1,7 milhão, em 2007, o projeto beneficiou 60 municípios dos quatro Estados onde atuam as empresas controladas pela Energias do Brasil.

O projeto oferece estrutura para capacitar 1.700 agentes multiplicadores nas três vertentes do Letras de Luz dirigidas a estudantes da 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental: oficinas de fomento à leitura, capacitação e apresentações teatrais e doação de acervo de livros literários. Em 2007, o Letras de Luz realizou 270 oficinas de leitura e capacitou de 973 agentes multiplicadores. Outras 270 oficinas de teatro foram realizadas, atraindo um público de aproximadamente 43 mil pessoas. Além disso, o projeto foi responsável pela arrecadação de mais de 16 mil livros doados às bibliotecas das cidades beneficiadas.

Também direcionado à inclusão por meio da educação, o Programa Alfabetização Solidária para Jovens e Adultos (Alfasol), apoiado pela Enerpeixe, somou 25 turmas e atendeu 444 alunos nos municípios de influência direta da AHE Peixe Angical, no Tocantins.

Já o Programa Bandeirante Comunidade Educação, que foca o fortalecimento do Ensino Fundamental em escolas municipais, atendeu 54 instituições no ano, e beneficiou 16 mil alunos. O programa também recupera o ambiente escolar com mutirões de pintura, jardinagem, doação de móveis e equipamentos, reparos elétricos e melhoria da iluminação das salas de aula. Criação de bibliotecas, brinquedotecas e atividades lúdicas, como a Rádio Escola e apresentações teatrais, valorizam a integração do ambiente escolar e estimulam pais e alunos a refletir sobre a educação e a cultura para o desenvolvimento sustentável.

Projetos relacionados à atividade-fim

Entre os projetos sociais relacionados à sua atividade-fim, o Grupo desenvolve ações que visam à promoção do acesso à eletricidade, eficiência energética e conscientização sobre os riscos de acidentes envolvendo as redes de transmissão e o uso doméstico de energia elétrica.

No Programa Luz para Todos, a Energias do Brasil já beneficiou 55.764 famílias. A iniciativa é desenvolvida pelo Ministério de Minas e Energias e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para garantir a universalização da energia elétrica à população, especialmente nas comunidades rurais mais carentes. Em 2007, as distribuidoras efetuaram 9.193 ligações, com investimento total de R\$ 71,5 milhões. Desde 2004, os investimentos das empresas do Grupo no programa somaram R\$ 327,7 milhões.

Programa Luz para Todos

	Bandeirante	Escelsa	Enersul	Total 2007
Conexões	1.207	5.015	2.971	9.193
Investimento (R\$ milhões)	3,7	35,9	31,9	71,5

Reescrever a história

“A Alfabetização Solidária tem orgulho em ser parceira do Grupo Energias do Brasil, empresa que tem desenvolvido uma política de investimento social privado, agregando rede de parceiros por meio de chamada de projetos por edital, tornando-se uma referência no setor. Entendemos que, com o apoio da EnBr, estamos desenvolvendo programas de fortalecimento da educação de jovens e adultos nas comunidades onde atuamos, possibilitando real impacto nas políticas públicas. Juntos, esperamos reescrever a história de muitos brasileiros.”

Regina Célia Esteves de Siqueira - Superintendente-executiva da Alfabetização Solidária

Hora de multiplicar

“O projeto Letras de Luz uniu duas vertentes muito importantes: teatro e literatura. E a valorização de obras nacionais é um grande diferencial para nós. No final da peça, as pessoas sempre comentavam que queriam saber mais sobre o autor. Isso mostra que tudo é uma questão de oportunidade. E eu agarrei essa oportunidade! Valeu muito a experiência. Agora é hora de multiplicar.”

Roseclair Leandra de Oliveira, Mogi das Cruzes (SP)

Outra iniciativa é o Programa de Regularização de Clandestinos, realizado desde 2005 pela Bandeirante Energia. No ano, foram regularizadas 13 mil ligações. Para orientar a população sobre o uso correto e seguro da energia elétrica, a Companhia mantém canais de comunicação e material informativo, além de desenvolver ações específicas, como o Programa de Segurança na Comunidade (PSC), que atende clientes na área de concessão da Escelsa e da Enersul. As distribuidoras participaram ainda, entre outros programas da Eletrobras, do Natal de Luz, de valorização de monumentos históricos e igrejas de todo o País, que são iluminados no final do ano.

Eficiência energética

GRI
EN6
EU6

Com o objetivo de promover a maior eficiência e segurança no uso da energia elétrica, as distribuidoras desenvolvem programas regulares de estudos e projetos de eficiência energética em instalações de clientes industriais, comerciais, residenciais e serviços públicos, além de projetos específicos direcionados às comunidades de menor renda. No ano, foram distribuídas cerca de 300 mil lâmpadas eficientes em sua área de atuação.

Entre os projetos realizados pela Bandeirante destaca-se o Energia na Comunidade, que contemplou mais de 61 mil clientes residenciais de baixa renda com a instalação de 274 mil lâmpadas fluorescentes compactas, com selo Procel/Inmetro de desempenho, em substituição a lâmpadas de baixa eficiência e reforma de instalações elétricas.

Como resultado, houve redução da demanda no horário de ponta, otimização do sistema distribuidor e economia de energia por parte desses consumidores, conseqüentemente contribuindo para melhoria da capacidade de adimplência dessas famílias. Adicionalmente, foram regularizadas 12.680 instalações clandestinas, o que ampliou a segurança dessas instalações e a base de clientes da Empresa.

A Bandeirante também foi vencedora do Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia de 2007, concedido pelo Ministério das Minas e Energia, com o projeto de utilização de tecnologia LED (*Light Emitting Diode*, ou Diodo Emissor de Luz) em

todo o parque de semáforos do município de Guarulhos (SP). O projeto foi considerado inovador em toda a América do Sul pela grande abrangência, originalidade e soluções desenvolvidas.

Na Escelsa, foi relevante o projeto direcionado a unidades consumidoras de 76 bairros-alvo da Grande Vitória (ES). Em parceria com a comunidade, foram promovidas ações de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica, instalação de 89.840 lâmpadas fluorescentes compactas, com selo Procel/Inmetro de desempenho, em substituição às incandescentes, e troca de 4.900 geladeiras ineficientes por outras com selo Procel de economia.

Na Enersul, destacam-se projetos realizados em hospitais públicos e entidades beneficentes, e também em comunidades de baixa renda, com instalação de lâmpadas fluorescentes compactas em substituição às de baixa eficiência, reforma de instalações e troca de 300 geladeiras ineficientes por outras com selo Procel.

Em 2007, teve início o processo de Certificação ISO 9001:2000 das atividades de eficiência energética das três distribuidoras, visando à padronização de processos, ao controle de indicadores, monitoramento da satisfação dos clientes e à melhoria contínua da qualidade, com previsão de obter a certificação no primeiro semestre de 2008.

Combate à corrupção

Comprometida com a transparência e a ética em todas as suas relações, a Energias do Brasil lançou em 2007 a Política de Combate à Corrupção, ao Suborno e à Propina. Aplicada em todas as empresas do Grupo, ela também baseia a contratação de fornecedores. No ano, a Empresa aderiu ainda ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, uma iniciativa liderada pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (mais informações no item Compromissos, na página 21).

No início de 2007, o Código de Ética foi atualizado e redistribuído a todos os colaboradores, que assinaram um termo de compromisso com suas determinações. O documento está disponível em murais, na Intranet e no site da Empresa. Sua aplicação e monitoramento ficam a cargo do Comitê de Ética, que se reúne mensalmente.

GRI
S03

Por meio do Canal de Comunicação e Denúncia, acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e o público em geral podem, anonimamente, encaminhar questionamentos e apontar conflitos no cumprimento desses princípios. Com essas iniciativas, a Energias do Brasil busca garantir que 100% de seu quadro funcional receba instruções sobre o Código de Ética e a política de combate à corrupção. Não houve registro de denúncias relacionadas à corrupção envolvendo as empresas do Grupo em 2007.

GRI
S05

Políticas públicas

A Energias do Brasil tem suas atividades reguladas pela Aneel, órgão do Ministério das Minas e Energias. Cumpre integralmente a legislação aplicada ao setor elétrico e participa de diversas iniciativas de apoio a políticas públicas. Além de programas federais como o Luz para Todos, de universalização de acesso à rede elétrica, e Procel, de eficiência energética, o Grupo também promove parcerias nas esferas municipais e estaduais.

Além dos projetos próprios e do apoio a parceiros sociais, as empresas do Grupo destinam anualmente 1% do Imposto de Renda devido para os Fundos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente. Os recursos são aplicados em programas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de riscos pessoal e social. No ano, foram destinados R\$ 479 mil a 14 projetos, que beneficiaram mais de 1.800 pessoas.

As ações desenvolvidas em benefício de crianças e adolescentes proporcionaram às três distribuidoras do Grupo (Bandeirante, Escelsa e Enersul) o título de Empresa Amiga da Criança, patrocinado pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

Exemplo é o termo de cooperação assinado pela Escelsa com o governo do Espírito Santo para dar apoio financeiro ao Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases). Os recursos, no valor de R\$ 182.973,00, serão aplicados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Criad) para o desenvolvimento de atividades de educação, saúde e lazer para crianças e adolescentes carentes. O valor é proveniente da doação de 1% do Imposto de Renda devido pela Empresa para o Fundo para a Infância e Adolescência (FIA).

As empresas do Grupo participam ainda de associações e fóruns empresariais, entre eles o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), Instituto Ethos, Conselho Empresarial de Cidadania, da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fides) e Instituto Akatu. Também têm atuação direta e representação em entidades do setor elétrico, como a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) e o Instituto Acende Brasil, entre outros.

Faz parte das diretrizes do Grupo não apoiar partidos políticos ou participar de campanhas políticas, não havendo registros de contribuições financeiras e em espécie nesse sentido em 2007.

Concorrência desleal

A Energias do Brasil adota com seus concorrentes uma conduta participativa no que se refere a questões de interesse público. Por meio de uma série de iniciativas que em 2007 incluíram a formalização da Política de Combate à Corrupção, Suborno e Propina, e a atualização e disseminação do Código de Ética, o Grupo busca assegurar que todos os seus relacionamentos sejam pautados pelo respeito e pela transparência. No ano, não houve registro de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio em suas operações.

GRI
4.12

GRI
S06

GRI
S07

Energia diferente

A oportunidade de participar do concurso Arte com Energia não parou mais de trazer alegria. Tudo começou com a construção de uma boneca com material reciclável: a Energilda. Eu e meus colegas fomos selecionados como um dos melhores trabalhos e ganhamos um kit escultura. O prêmio incentivou minha mãe e minha irmã a também produzirem peças de artesanato e fomos vendê-las. A venda das obras de arte se tornou uma fonte de renda para a minha família, que passava por dificuldades financeiras. A Bandeirante distribuiu uma energia diferente."

Bruna dos Santos Souza, 9 anos, de São José de Campos (SP)

Responsabilidade pelo Produto

A Energias do Brasil adota políticas e procedimentos que intensificam o diálogo com os clientes e visam à melhoria contínua de seus produtos e serviços.

A área de distribuição do Grupo é composta por três empresas - Bandeirante, Enersul e Escelsa - que juntas atenderam mais de 3,2 milhões de clientes em 2007, o que representa 9,7 milhões de pessoas em 171 municípios. O número de clientes sociais no período totalizou 571.914.

Saúde e segurança do cliente

GRI
PR1

No ano, o lançamento das políticas de Sustentabilidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança, Relações Sindicais e Comunicação reforçaram o compromisso da Energias do Brasil em garantir que 100% de seus produtos e serviços sejam avaliados em aspectos relacionados ao seu ciclo de vida e segurança.

GRI
PR3

Todas as informações relativas aos cuidados necessários e ao uso adequado da rede elétrica são colocadas à disposição nos canais de comunicação das empresas do Grupo, incluindo sites, *call centers* e a própria conta de energia elétrica.

GRI
PR2
PR4

Não houve registros de não-conformidade em relação aos regulamentos e códigos voluntários que tratam de impactos causados sobre saúde e segurança no ciclo de vida ou de informações e rotulagem dos produtos e serviços da Companhia.

Além de cumprir integralmente as condições estabelecidas pela Aneel para a preservação da saúde e segurança dos consumidores, as distribuidoras do Grupo desenvolvem diversas ações, entre elas campanhas de conscientização nas comunidades onde atuam, como os seguintes.

Bandeirante

GRI
EU22

Pipas com Segurança - Projeto que promove oficina e revoada de pipas, pelo menos uma vez no ano, em todos os municípios da área de concessão. Cada participante recebe uma cartilha que ensina a brincar de forma segura e assiste a palestras sobre o uso correto e seguro da energia. Em 2007, foram realizados 69 eventos com a participação de 80 mil pessoas.

Distribuição de folhetos - Material sobre o uso correto e seguro da energia elétrica entregue em pontos estratégicos, como lojas, eventos e escolas. Ao participar da Feira Agropecuária de Jacareí (Fapija), além de disseminar valores da sustentabilidade corporativa, a Empresa apresentou conceitos sobre o uso seguro da energia elétrica por meio de um jogo da memória. O evento contou com a participação de grupos teatrais e de música.

Dicas de economia e segurança no site da empresa -

Os internautas podem conhecer e obter dicas de como utilizar a energia elétrica de forma racional e segura.

Energia na comunidade - Em 2007, foram realizados mais de 30 eventos em comunidades que tiveram suas ligações regularizadas. O objetivo é, de forma lúdica, conscientizar os cidadãos sobre o uso correto de energia elétrica.

Semana Nacional da Segurança com Energia Elétrica/

Abradee - Participação nos 28 municípios da área de concessão, com ações em *shoppings centers*, estações de trem, praças públicas, divulgação em rádios, palestras em escolas, revoadas de pipas etc.

Mensagens da Conta de Energia Elétrica - Inserção de mensagem na conta de energia elétrica sobre a segurança no uso da energia elétrica.

Escelsa

Semana Nacional de Prevenção de Acidentes com Energia

Elétrica/Abradee - A campanha envolveu a produção de 1.600 cartazes e 8.000 lâminas, distribuídos a clientes nas 46 agências de atendimento da Empresa e afixados em estabelecimentos comerciais, fóruns, prefeituras, escolas, agentes comerciais e de arrecadação, durante a primeira quinzena de novembro. A campanha reforça a mensagem de prevenção de acidentes, despertando o cliente para os perigos de empinar pipas perto de redes elétricas, de furtar energia, de construir ou reformar imóveis perto da rede elétrica e de instalar antenas perto da rede elétrica.



Enersul

Ligado na segurança - Campanha feita durante a divulgação do novo 0800 da companhia, que agregou, na mensagem, alerta sobre riscos e orientação para o uso seguro da energia elétrica. Mensagem foi potencializada e disseminada por meio de 700 mil imãs de geladeira, ganhando visibilidade para surtir o efeito necessário nas casas de todos os clientes.

Segurança o tempo todo - Campanha divulgada por meio de 50 mil calendários de bolso, distribuídos em eventos e nos pontos de atendimento ao cliente. O material representou a oportunidade de o cliente interagir com dicas sobre o uso seguro de energia, o tempo todo,

Acidentes graves e fatais

GRI
EU24

O contato de pessoas com as instalações e redes de energia das empresas provocou 41 acidentes em 2007, ocorrendo cinco mortes na região da Escelsa.

Escelsa - Houve oito acidentes e cinco mortes que ocasionaram ajuizamento de oito ações contra a distribuidora.

Bandeirante - Existem cinco processos iniciados em 2007 com relação a acidente e óbitos originários de eletroplessão/ eletrocussão ocorridos em anos anteriores.

Enersul - Constatam três ações, duas por eletroplessão, ação por danos morais e materiais, sendo que uma delas de um menor. A terceira ação refere-se à indenização por danos morais por morte de terceiro.

Enerpeixe - Não responde por qualquer ação de indenização decorrente de óbito, seja de funcionários, seja de terceiros. No único caso ocorrido - óbito de funcionário de empresa subcontratada -, a ação foi julgada improcedente, a decisão já transitou em julgado e os autos foram remetidos ao arquivo.

Comunicação e marketing

A estratégia de comunicação com os clientes é pautada pela Política de Comunicação e sustentada pelo Código de Ética do Grupo.

O respeito ao cliente é a base das iniciativas desenvolvidas pela Companhia para esse público. Elas incluem pesquisas de satisfação, realizadas em conformidade com as exigências do setor elétrico brasileiro ou de maneira espontânea, como é o caso da pesquisa feita pela Enersul em parceria com o Instituto Futura.

GRI
PR6
PR7

Tipo de acidente	Causa	Frequência
Acidente automobilístico	Colisão de moto com viatura da Escelsa	1
Choque elétrico	Auto-religação	1
	Cabo caído	4
	Contato indevido	3
	Tentativa de furto	2
	Ligação clandestina	5
	Contato acidental com a rede de alta tensão	4
	Poda de árvore	-
Contato com objeto e substância a temperatura muito alta	Construção, reforma de telhados, calhas	1
Exposição à energia elétrica alta tensão	Intervenções indevidas na rede	2
	Montagem, desmontagem ou trabalhos em andaimes próximos à rede	1
	Pintura, limpeza ou reforma de fachadas, telhados, calhas	8
	Recuperar pipa (papagaio) em torres ou linha de transmissão	1
	Atividades em laje, marquise ou obra de sustentação	3
	Subir ou podar árvore	1
	Instalação/reparo de antenas	1
	Outras causas	1
Exposição à energia elétrica	Queda de objeto, poste, rede	1

Anualmente, as distribuidoras são avaliadas em duas pesquisas nacionais, da Aneel e da Abradee. Os resultados dos últimos cinco anos são:

Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) - em %

		2003	2004	2005	2006	2007	
GRI PR5	Bandeirante	71,9	73,5	67,8	71,1	74,8	GRI EC6
	Escelsa	74,2	74,3	73,4	73,8	86,3	
	Enersul	70,2	72,7	73,8	72,6	74,2	

Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) - em %

	2003	2004	2005	2006
Bandeirante	68,8	56,6	60,0	62,3
Escelsa	64,2	57,9	55,6	60,3
Enersul	61,9	55,5	57,7	55,7

x¹ - Os resultados de 2007 ainda não foram divulgados.

Pesquisa de Grandes Clientes

ISG* (2007)	Bandeirante	Escelsa	Enersul
	67	69	51

* Índice de Satisfação Geral

Em 2007, foi ainda realizada pesquisa de satisfação para os clientes do Grupo A, atendidos em média e alta tensão, dentre eles os Consumidores Cativos, Livres, Especiais e Autoprodutores. Realizada pelo Instituto Ibope, pede a avaliação do cliente sobre diversos aspectos da prestação do serviço, como: qualidade da energia; continuidade do fornecimento da concessionária; o atendimento personalizado dos gestores de contas, entre outros.

Também foram realizadas pesquisas de satisfação no plano de comunicação (orientações sobre riscos/perigos com a energia elétrica), direitos e deveres (esclarecimento), locais para pagamento, aviso de interrupção programada (esclarecimento), canais de relacionamento/facilidade de contato (divulgação), entendimento das informações na conta (esclarecimento), datas de vencimento/opções (esclarecimento) e orientações sobre o uso adequado de energia elétrica para evitar o desperdício

(alterações nos serviços 0800). Os resultados dessas pesquisas ainda não foram apresentados.

Não houve casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing em 2007.

Canais de comunicação

Além dos *call centers*, disponíveis 24 horas, todos os dias da semana, as empresas do Grupo mantêm diversos canais para se relacionar com seus clientes. As informações sobre mudanças de tarifas, serviços de manutenção nas redes, indicadores de qualidade e desempenho, entre outras, também são apresentadas nos sites das empresas e da *holding* e nas contas de energia elétrica.

A Energias do Brasil promove ainda iniciativas de comunicação que visam tornar conhecidas as práticas de responsabilidade socioambiental adotadas em todas as suas atividades. As mais de 600 opções de atendimento do Grupo em 2007 representam outro importante espaço para a comunicação entre a Empresa e seus consumidores.

Apoio à profissionalização

"As vendas do mexilhão, que cultivo na Praia da Cocanha, em Caraguatatuba (SP), melhoraram graças ao apoio que a Empresa passou a dar ao projeto Roteiro Turístico do Mexilhão. Não adianta produzir um marisco de qualidade se não conseguirmos pescar o peixe mais difícil: o turista. A proposta do projeto é incentivar o consumo da iguaria nos quiosques dessa praia do Litoral Norte e profissionalizar nosso serviço."

Tirso da Rocha Neves, pescador e maricultor do Estado de São Paulo

Pontos de Atendimento

	Bandeirante	Escelsa	Enersul
Lojas próprias	6	8	10
Lojas terceiras	13	38	38
Poupatempo	1	-	-
Quiosque terceiro	7	-	-
Agente comercial	-	119	399
Total	27	165	447

As demandas dos clientes, identificadas por esses canais, são encaminhadas às áreas responsáveis para que sejam avaliadas e aplicadas as soluções cabíveis, com o objetivo de melhorar continuamente os produtos e serviços oferecidos.

Canais de acesso - número de atendimentos em 2007

Total de atendimentos	Bandeirante	Escelsa	Enersul
Call center	1.961.667	1.790.729	1.405.024
Unidade de resposta audível (URA)	885.291	581.794	107.381
Lojas/agentes*	974.516	1.726.375	1.099.165
Internet (visitas)	844.234	985.525	591.041
Total	3.691.192	5.084.423	3.202.611

* contempla lojas próprias e terceiras.

Desempenho call center 2007	Bandeirante	Escelsa	Enersul
Meta	90%	85%	85%
Índice de Nível de Serviço Básico (INB)	91%	95,8%	95,1%
Meta	7%	8%	8%
Índice de Abandono (IAB)	1,6%	1,5%	1,3%

Privacidade dos consumidores

A privacidade das informações de 100% da base de clientes da Energias do Brasil é assegurada por meio de processos, procedimentos e ferramentas alinhados aos sistemas de segurança e tecnologia do Grupo, o que garante a total proteção dos dados. Em 2007, não houve registro de casos de violação de privacidade de clientes.

GRI
PR8

Metas Sociais

Em 2007, a Energias do Brasil assumiu algumas metas em relação ao desempenho social das empresas controladas. As propostas e respectivas avaliações estão expostas a seguir.

Metas sociais 2007	Avaliação
Aplicação de 0,16% da receita operacional líquida em investimentos sociais externos	Superada
Atingir 75% no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida nos serviços das distribuidoras	Parcialmente atendida
Treinamento em sustentabilidade para 100% dos cargos gerenciais do Grupo	Parcialmente atendida (31%)
Desenvolvimento do projeto Letras de Luz em 51 municípios, com a formação de 1.725 multiplicadores	Superada em relação aos municípios e parcialmente atendida (56%) em relação aos multiplicadores
Criar um prêmio de artes plásticas com selo Energias do Brasil	Não atendida
Conclusão da primeira lista de projetos sociais patrocinados pela Energias do Brasil	Atendida

Para 2008, são estabelecidos os seguintes desafios no desempenho social:

- Criar um prêmio de artes plásticas com selo Energias do Brasil;
- Estruturar e operacionalizar o Instituto Energias do Brasil; e
- Ministrar treinamento em sustentabilidade para 80% dos colaboradores do Grupo.



Oficina do projeto Letras de Luz

Índice

Desempenho Ambiental	78
Gestão Ambiental	78
Emissões atmosféricas	79
Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)	80
Carbono social	80
Monitoramento	80
Licenciamento ambiental	81
Água	82
Energia	83
Consumo de materiais	84
Gestão de resíduos	84
Incidentes ambientais	86
Produtos e serviços	86
Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica	87
Biodiversidade	87
Treinamento e educação ambiental	90
Conformidade	90
Metas Ambientais	91

Desempenho Ambiental

Gestão Ambiental

Em 2007, a Energias do Brasil consolidou seu posicionamento de promover a sustentabilidade em todos os aspectos de seu negócio. Entre as iniciativas de maior relevância destacam-se a criação do Instituto Energias do Brasil e a implementação do Sistema de Gestão Integrada de Sustentabilidade (SGIS) e da Política Integrada de Meio Ambiente, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho. Para promover o uso responsável dos recursos naturais, foram elaborados três programas: Redução do Consumo e Uso Racional da Água e Energia Elétrica; Gerenciamento de Emissões Atmosféricas; e Redução do Consumo de Combustíveis.

A Energias do Brasil também conseguiu aprovação para três projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) na Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Os gastos de natureza ambiental na Energias do Brasil em 2007 somaram R\$ 31,2 milhões, sendo que 59% desse valor foi capitalizado. Em relação a 2006, os gastos foram reduzidos em 30%, em decorrência da conclusão de UHE Peixe Angical.

Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade

O Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade (SIGS) visa à padronização e melhoria do desempenho das empresas da Energias do Brasil em relação à gestão de meio ambiente, saúde ocupacional e segurança do trabalho.

Entre seus objetivos está o fornecimento de dados para o Sistema de Informações de Sustentabilidade (SIS), em fase de implantação, e a certificação de instalações nas normas ISO 14000 (*International Standardization Organization*) e OHSAS 18001 (*Occupational Health and Safety Assessment Series*).

Energias do Brasil e as mudanças climáticas

Comprometida com os princípios de sustentabilidade que norteiam suas atividades, e em linha com movimento global pela busca de soluções eficientes para as mudanças climáticas, a Energias do Brasil desenvolve ações especialmente em duas frentes. A primeira se refere aos programas de redução das emissões de gases de efeito estufa decorrentes das suas atividades. A outra agrega as iniciativas de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permite a venda de créditos de carbono num mercado surgido no âmbito do Protocolo de Quioto.

GRI
EC2

Total de investimentos e gastos em proteção ambiental por empresa (R\$ milhões)

	2006	2007
Energest	0,72	3,65
Cesa	-	1,08
Pantanal	-	0,26
Enerpeixe	29,74	12,04
EDP Lajeado	1,79	3,15
Bandeirante	0,54	2,77
Escelsa	6,91	4,36
Enersul	4,23	3,86
Total	43,93	31,17

Total de gastos em proteção ambiental por tipo (R\$ milhões)

	2006	2007
Gestão de águas residuais	0,00	0,28
Gestão de resíduos	0,42	0,24
Proteção e recuperação de solos, águas subterrâneas e superficiais	0,28	0,55
Proteção da biodiversidade e da paisagem	0,21	0,57
Outras iniciativas de gestão e proteção do ambiente	3,13	5,64
Total	4,04	7,28

GRI
EN16

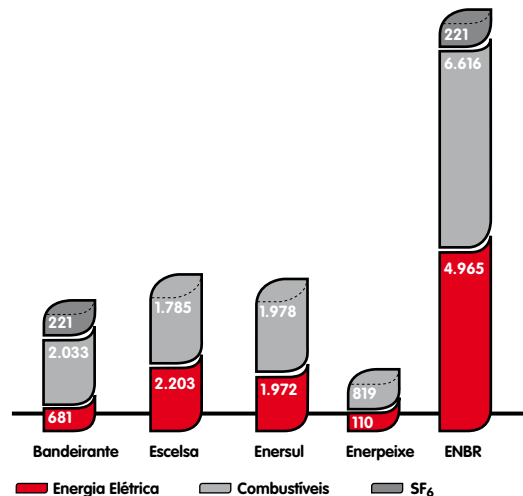
Emissões Atmosféricas

Em suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica, a Energias do Brasil adota práticas e mecanismos de monitoramento que promovem o controle e a redução dos gases causadores do efeito estufa (GEE). Em 2007, as emissões atmosféricas indiretas de GEE referentes ao consumo de energia elétrica nos edifícios administrativos, nos combustíveis na sua frota veicular e nas emissões de SF₆ totalizaram o equivalente a 11.407 toneladas de CO₂.

GRI
EN17

Outras Emissões Indiretas Relevantes de GEE

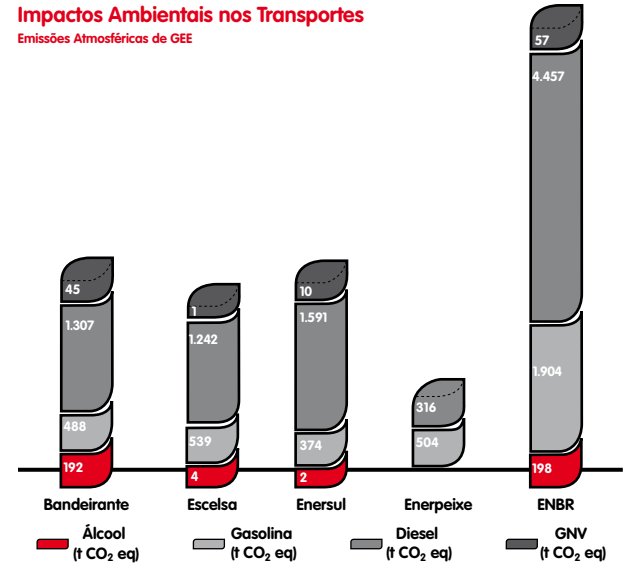
Emissões (t CO₂ eq)



O Programa de Gerenciamento de Emissões Atmosféricas da frota veicular foi introduzido em todas as empresas em 2007. Desenvolvido de forma complementar ao Programa de Redução do Consumo de Combustíveis e ao Sistema de Direção Inteligente, teve como meta inicial reduzir as emissões da frota veicular em 5% em relação às emissões médias anuais registradas no período de 2004 a 2006. Na Bandeirante, por exemplo, embora o volume absoluto de combustíveis tenha aumentado em relação ao ano anterior, a redução no consumo energético por quilômetro superou os 5% previstos. No ano, foram consumidos 4,17 MJ/km; em 2006, o volume havia chegado a 4,41 MJ/km.

Impactos Ambientais nos Transportes

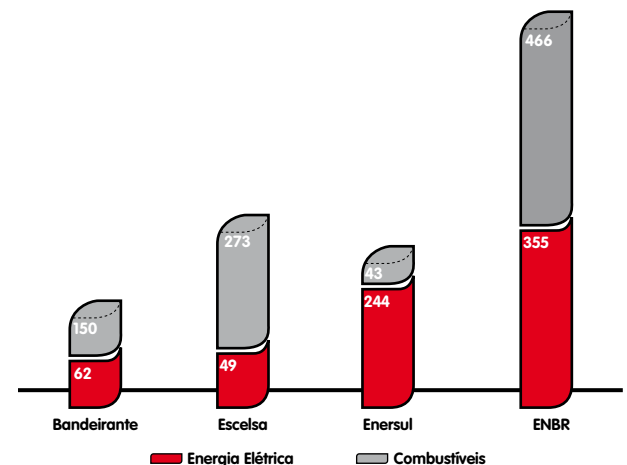
Emissões Atmosféricas de GEE



Entre as ações realizadas especialmente pelas distribuidoras - Bandeirante, Escelsa e Enersul - destacam-se a instalação de kits que permitem a utilização de Gás Natural Veicular (GNV) em veículos a gasolina, em 2006, e a opção pela compra de veículos híbridos (gasolina + álcool), em 2007. Já o Sistema de Direção Inteligente permitiu o monitoramento de cada veículo por meio de um computador de bordo. Com esse sistema, parâmetros como velocidade, intensidade de freadas, ociosidade do motor, entre outros, são analisados para melhoria na eficiência da utilização dos veículos e, conseqüentemente, dos combustíveis.

Redução de Emissões de GEE

Emissões GEE (t CO₂ eq)



Como as atividades de geração da Energias do Brasil são hidrelétricas, não existem emissões atmosféricas diretas significativas de NO_x e SO_x.

GRI
EN29

GRI
EN18

GRI
EN20

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)GRI
EC2
EU4

A estratégia da Energias do Brasil em relação ao comércio de emissões é a de identificar, nas operações e nos ativos existentes nas empresas de geração e de distribuição, projetos passíveis de gerarem créditos de carbono. Esses projetos são então submetidos à apreciação e aprovação da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) e registrados no Comitê Executivo da ONU. Após essa etapa, obtêm as denominadas Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), necessárias para a sua comercialização.

Ao final de 2007, o Grupo contabilizava três projetos de MDL aprovados pelo CIMGC: PCH São João (25 MW) e quarta máquina da UHE Mascarenhas (50 MW), ambas localizadas no Estado do Espírito Santo, e PCH Paraíso (21,6 MW), no Estado do Mato Grosso do Sul. Também deu continuidade ao projeto da Linha de Transmissão de Porto Murtinho - Jardim, no Estado do Mato Grosso do Sul. Primeiro projeto de MDL no mundo no escopo de distribuição de eletricidade, ele já foi validado e se encontra em apreciação na Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. Um quinto projeto, o PDD (*Project Design Document*) da PCH Santa Fé (29 MW), no Estado do Espírito Santo, foi concluído e deverá ser submetido à CIMGC durante o primeiro trimestre de 2008.

Juntos, os cinco projetos poderão gerar cerca de 900 mil toneladas de CO₂ evitado durante o primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto (2008-2012) e cerca de 1,4 milhão de toneladas de CO₂ durante sua vida útil.

O Grupo iniciou ainda a elaboração de PDDs dos seguintes projetos de repotencialização no Estado do Espírito Santo: três primeiras máquinas da UHE Mascarenhas (acréscimo de 17,50 MW), UHE Suíça (acréscimo de 2,31 MW) e PCH Rio Bonito (acréscimo de 5,22 MW).

A Energias do Brasil também estreou a sua participação no mercado voluntário de créditos de carbono, tendo gerado cerca de 130 mil toneladas de *Verified Emissions Reduction* (VERs) no ano. Parte desses VERs foi resgatada na neutralização de eventos do Grupo, tendo o restante sido comercializado.

Carbono Social

A Energias do Brasil foi a primeira empresa do setor elétrico no Brasil a adotar a metodologia do Carbono Social, alinhando a esse tema questões de sustentabilidade ambiental, condições de trabalho, criação de emprego, distribuição de renda, capacitação e desenvolvimento tecnológico, bem como integração e articulação nas regiões mapeadas em seus projetos.

O conceito de Carbono Social é aplicado a projetos que aliam a redução ou eliminação das emissões de gases de efeito estufa a iniciativas que permitam mensurar os benefícios para as comunidades envolvidas. São projetos que valorizam os costumes e sistemas de produção locais, de forma a equilibrar o desenvolvimento de aspectos sociais e econômicos, permitindo maior retorno no longo prazo.

O projeto desenvolvido na UHE Mascarenhas, no Espírito Santo, avalia as condições de vida das comunidades do entorno, considerando suas perspectivas, recursos, estratégias, fatores de ameaça, oportunidades, organizações políticas e relações sociais. Com a adoção do Carbono Social, parte dos recursos obtidos com a venda de créditos de carbono (projetos MDL) retorna para as comunidades.

Monitoramento

A Energias do Brasil iniciou em 2007 o processo de certificação ambiental e de saúde e segurança de suas instalações. Após o levantamento de aspectos e impactos ambientais, de riscos e perigos à saúde e segurança, foram elaborados mais de 40 procedimentos operacionais. Também adotou um sistema informatizado para o controle, a atualização da legislação e a avaliação da conformidade legal, que ficará disponível a todas as empresas do Grupo. Para 2008 estão previstas as primeiras certificações nas áreas estratégicas de distribuição e de geração.

Entre os destaques do período está o programa para monitoramento e controle de ruídos. Iniciado em 2004 na Bandeirante Energia, como parte do diagnóstico ambiental das subestações, identificou, na ocasião, 30 subestações com pontos de medição acima dos limites apresentados na norma ABNT

GRI
4.11

NBR 10.151. Na segunda etapa do programa, em 2006, foram adquiridos equipamentos de medição da pressão sonora e feitas 12 medições nas subestações. Em 2007, em continuidade ao processo, o Grupo fez 32 medições e identificou a necessidade de adequação de nove instalações para atendimento aos requisitos da norma. Entre as adequações possíveis estão a manutenção e/ou substituição de ventiladores dos transformadores de potência, a construção de barreiras anti-ruído e o remanejamento de cargas entre subestações.

Com o programa de prevenção e gerenciamento de áreas contaminadas, o Grupo visa à identificação e remediação de eventuais passivos ambientais identificados nas empresas.

Iniciado na Bandeirante em 2004, ele foi dividido em quatro fases: Avaliação Preliminar, Investigação Confirmatória, Investigação Detalhada e Análise do Risco, e Monitoramento e Recuperação Ambiental. No ano, foram concluídos os processos em 19 instalações da Bandeirante, sendo que em 18 delas não foram identificados riscos ao meio ambiente. Na Escelsa, teve início o programa para a investigação de eventuais passivos ambientais na área que abrigava a oficina eletromecânica, já desativada.

Já por meio do Programa de Monitoramento da Qualidade de Vida da População Reassentada, realizado na Enerpeixe desde 2005, o Grupo acompanha e avalia as condições de vida de 107 famílias relocadas em áreas urbanas e rurais em decorrência da instalação do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Peixe Angical. Entre os indicadores avaliados estão acesso a serviços públicos, condições de saúde da população, acesso a fontes de abastecimento de água, saneamento, atividades de lazer e cultura, transporte, segurança, educação, moradia, padrão alimentar e caracterização dos sistemas de produção e da infra-estrutura de produção nas áreas rurais. O monitoramento mostrou melhoria das condições de vida das famílias no que diz respeito à moradia, ao abastecimento de água, saneamento básico e ao acesso à educação. Todas as casas têm água potável e canalizada, banheiros com instalações sanitárias e adequada infra-estrutura de transporte e educação. São ainda mantidos projetos para alfabetização de jovens e adultos.

Como parte do processo de instalação do empreendimento, foi criado em 2004 um Foro de Negociação, comitê colegiado composto por integrantes do órgão público licenciador (Ibama) e fiscalizadores (Ministérios Públicos Federal e Estadual), representantes de outros órgãos públicos, dos poderes públicos municipais e das populações afetadas. Importante instrumento para a elucidação de dúvidas, discussão de situações não previstas nos programas ambientais e manifestação de discordâncias com relação aos tratamentos, o Foro teve quatro reuniões em 2007.

Licenciamento Ambiental

Na área de Distribuição, a Enersul possui 123 licenças ambientais de operação (LO), envolvendo praticamente a totalidade das linhas de transmissão e subestações em operação. Na Bandeirante estão licenciados os empreendimentos construídos após 2004, enquanto os anteriores estão em fase de regularização no órgão ambiental. Já na Escelsa uma parcela dos empreendimentos tem o licenciamento regularizado enquanto outra parte é objeto de diálogo com o Governo do Estado para a regularização. Como diferencial, a Escelsa mantém convênio com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idafi), que garante autorização para poda de árvores e limpeza da faixa em todas as linhas de transmissão.

Na área de Geração, destacou-se em 2007 a obtenção de quatro licenças de instalação (LI) emitidas pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (Iema), sendo uma para a construção da PCH Santa Fé e três para a modernização e repotenciação de empreendimentos em operação (UHE Mascarenhas, UHE Suíça e PCH Rio Bonito).

Para a obtenção das licenças do PCH Santa Fé, o Grupo elaborou o respectivo Estudo de Impacto Ambiental e um Programa de Controle Ambiental. Nos demais empreendimentos, já em operação, foram feitos apenas os Planos de Controle Ambiental (PCAs), que indicaram diretrizes para o controle de emissões atmosféricas, efluentes líquidos e resíduos sólidos durante as obras.

GRI
EU19

GRI
EU21

Também em 2007 foi obtida a licença ambiental de operação da PCH São João (ES) e foram iniciados os estudos de impacto ambiental para obter a LI de dois novos empreendimentos no Espírito Santo - PCH Santa Teresa (11 MW) e PCH Aparecida (4,5 MW) - e um no Mato Grosso do Sul - PCH Cassilândia (18 MW).

No final do ano, a área de geração somava 17 LOs vigentes ou com renovação requerida. As licenças de operação desses empreendimentos contêm um conjunto de 361 condicionantes ambientais, que incluem ações de monitoramento de recursos hídricos, monitoramento de ictiofauna, controle de resíduos (qualidade de água, nível do lençol freático, sedimentos), recuperação de áreas degradadas, programas socioeconômicos, além de outras ações de controle ambiental.

Uso responsável dos recursos naturais

O Grupo Energias do Brasil busca a constante eficiência na utilização de recursos naturais como forma de garantir o acesso a esses bens pelas atuais e futuras gerações. Para isso, desenvolve programas que visam à utilização de equipamentos mais eficientes, investimentos em pesquisa e tecnologia para a otimização dos recursos e campanhas de conscientização direcionadas a seus públicos estratégicos.

Água

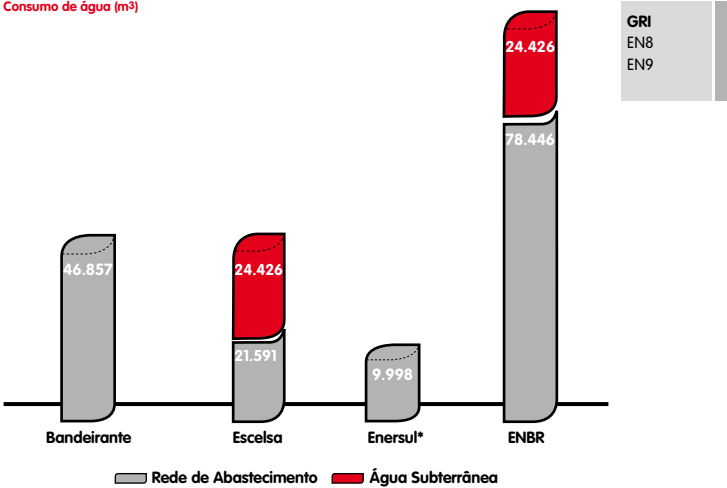
A geração de energia elétrica na Energias do Brasil se dá por meio de hidrelétricas, não havendo, por isso, consumo de água dos reservatórios para esse fim. Porém, o cuidado com esse recurso tão escasso e fundamental para a sustentabilidade do planeta é uma das prioridades da Empresa. No ano, com ações integradas desenvolvidas em todas as empresas, ultrapassou a meta de redução de 3% do consumo de água nas unidades administrativas,

em relação a 2006. Uma das ações envolveu grande campanha de conscientização do público interno, que contou com panfletos e gibis educativos, adesivos nos sanitários e ações de engenharia e controle, como a redução na vazão de torneiras e descargas sanitárias.

Na Bandeirante, por exemplo, o consumo foi estimado em 54.400 metros cúbicos, com base nos dados do primeiro trimestre do ano. Mediante desenvolvimento das ações, o consumo real ficou em 46.857 metros cúbicos, abaixo da meta proposta para o período (52.760 metros cúbicos). O resultado dessas ações se refletiu na economia de 7,5 milhões de litros de água.

No Grupo, o total de água consumida em 2007 foi de 78.446 metros cúbicos. No período, diversas instalações foram adequadas, poços de captação de água subterrânea foram fechados e instalações de grande porte foram integradas ao sistema de abastecimento público de água.

Total de Água Retirada por Fonte
Consumo de água (m³)



* O consumo de água na Enersul se refere ao total faturado pela companhia de saneamento, não contabilizando o montante de água retirado do poço de captação de água subterrânea na sede da empresa, em Campo Grande.

GRI
EN8
EN9

Seriedade e exemplo

“A seriedade com que a empresa conduz seu programa de responsabilidade social é o que nos motiva a ser uma parceira desse trabalho. O Programa Bandeirante Comunidade Educação serve de exemplo para que outras empresas abracem a causa social.”

João Bico de Souza, diretor da Tecnolamp do Brasil, empresa parceira do Programa Bandeirante Comunidade Educação

Energia

GRI
EN5
EN7

A Energias do Brasil ampliou suas iniciativas para reduzir o consumo de energia em suas atividades. Com campanhas para o uso racional de energia elétrica e de combustíveis, a Empresa registrou economia energética de 7,9% no período. Na Bandeirante, por exemplo, o consumo de energia elétrica em edifícios administrativos ficou em 2.522 MWh, representando redução de 8,4% no consumo anual.

GRI
EN4

(1) O consumo de energia elétrica para Escelsa e Enersul é representado pelo total de energia consumida em prédios administrativos e em instalações operacionais.

Energia Elétrica	Bandeirante	Escelsa	Enersul	Enerpeixe	ENBR
Consumo administrativo (kWh) ⁽¹⁾	2.522.764	8.158.557	7.302.374	405.924	18.389.639

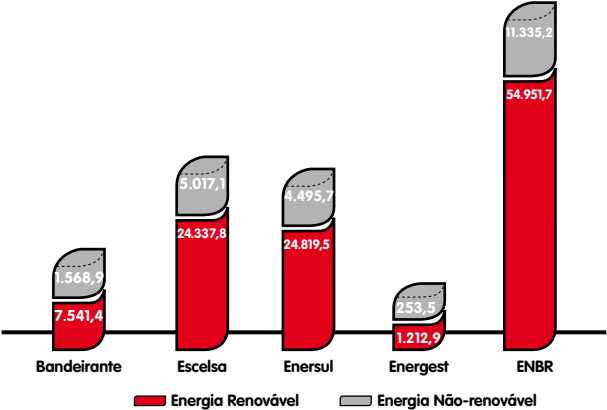
Combustíveis

O consumo de combustíveis também foi uma preocupação em 2007. A redução do consumo específico, já apresentada, acarreta uma série de desdobramentos, entre eles o decréscimo das emissões atmosféricas.

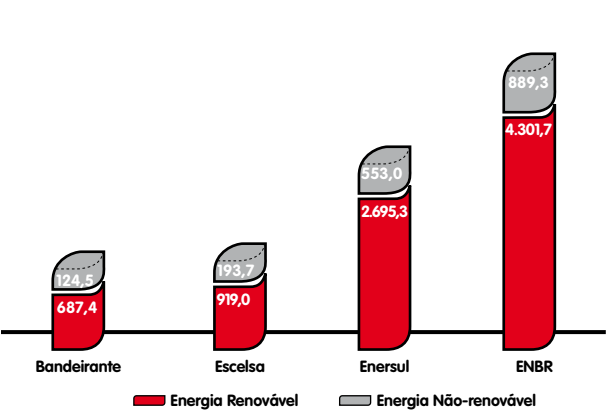
Consumo de Combustíveis	Bandeirante	Escelsa	Enersul	Enerpeixe	ENBR
Álcool	167.662	0	1.943	0	169.605
Gasolina	220.668	265.961	168.909	101.314	756.852
Diesel	502.216	485.770	611.288	50.656	1.649.930
GNV (Híbridos GNV) (m³)	22.083	374	5.055	0	27.512

Ciente de seu papel no contexto energético nacional, a ENBR monitora, por meio do consumo bruto de energia, a demanda necessária ao desenvolvimento de suas atividades administrativas e transporte de colaboradores. Para a consolidação dos dados, os consumos de energia elétrica e combustíveis são convertidos em energia (Joule) e monitorados por indicadores específicos. No âmbito de seus programas, em 2007 foram economizados 4.742 TJ, energia equivalente a 1.317 GWh, conforme figuras a seguir.

Consumo de Energia Indireta por Fonte (TJ)



Economia de Energia Indireta por Fonte (ENBR)



A seguir compara-se, por fonte, os consumos de energia do Grupo Energias do Brasil com a demanda total de energia no País:

	Brasil	ENBR
Energia não-renovável (petróleo e derivados, gás natural, carvão mineral e urânio)	54,2%	83%
Energia renovável (hidráulica e eletricidade, lenha e carvão vegetal, derivados de cana-de-açúcar e outros)	45,8%	17%

Fonte: Resenha Energética Brasileira do MME. Resultados preliminares de 2007

Eficiência Energética

GRI
EU6

A Eletrobrás e Bandeirante Energia assinaram três contratos do programa Procel Reluz visando à promoção de melhorias na iluminação pública dos municípios de Taubaté, Suzano e Guarulhos, todos no Estado de São Paulo.

O investimento total será de R\$ 23 milhões e prevê a substituição de 72.630 pontos de iluminação pública por outros dotados de tecnologia mais moderna e energeticamente mais eficiente. Entre algumas medidas adotadas, lâmpadas de vapor de mercúrio (lâmpadas brancas) serão trocadas por outras de vapor de sódio (lâmpadas amarelas), que consomem menos energia e proporcionam iluminação de melhor qualidade. O projeto proporcionará redução de 18,2 GWh no consumo anual de energia dos três municípios e poupança anual superior a R\$ 3 milhões.

Consumo de Materiais

Entre as iniciativas para gerenciar e reduzir os impactos ambientais de suas atividades destacam-se o desenvolvimento de tecnologias mais limpas e eficientes e o reaproveitamento de equipamentos. No ano, foi iniciado um teste na Bandeirante para substituir o óleo isolante derivado do petróleo que é usado nos equipamentos. A alternativa, ainda em análise, é o uso de um óleo vegetal de soja, um insumo renovável.

Ainda que em pequena escala, a madeira é outro produto utilizado pelas distribuidoras em postes e cruzetas. Em 2007, o Grupo passou a utilizar em suas operações apenas madeira de reflorestamento e deu início a um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que tem por objetivo a utilização de cruzetas poliméricas como alternativa às tradicionais cruzetas de madeira.

Gestão de Resíduos

Por meio do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, são identificados, analisados, classificados e quantificados - para gerenciamento, tratamento ou destinação final - todos os resíduos sólidos decorrentes de suas operações. Nas atividades administrativas, o Grupo mantém coleta seletiva e destinação para reciclagem ou reutilização de resíduos como plásticos e papéis.

A Enersul e a Escelsa já eliminaram equipamentos que usam o ascarel como isolante. Na Bandeirante, que ainda dispõe de 804 capacitores em operação, há monitoramento contínuo dos equipamentos e um plano de desativação gradual dos equipamentos que se encontram em perfeitas condições de operação e dentro de sua vida útil. Os procedimentos de manuseio, transporte acondicionamento e destinação final são específicos e realizados por equipes treinadas e devidamente equipadas. A tabela a seguir apresenta os dados referentes ao gerenciamento de resíduos na Energias do Brasil.

Gestão de resíduos		2006	Bandeirante 2007	2006	Escelsa 2007	2006	Enersul 2007	2006	ENBR 2007
GRI EN22	Resíduos perigosos (t)	19	24	77	86	0	0	97	111
	Óleos usados	0	0	57,4	85,0	0	0	57,4	85,0
	PCB eliminado (*)	0,1	0	20	0	0	0	20,1	0,0
	Lâmpadas	19,0	24,3	0	1,2	0	1,25	19,0	26,8
	Resíduos industriais não-perigosos (t)	2.702	2.522	2.656	3.603	254	4.551	254	10.676
	Postes de concreto	2.069	1.804	2.534	3.261	81	4.131	81	9.196
	Resíduos metálicos	633	718	122	342	173	510	173	1.570
(*) PCB - Bifenilas policloradas - ascarel									

Outros olhos

Acredito que um trabalho que envolve e beneficia a comunidade sempre enriquece o aluno. Dentro do projeto maricultores, aprendemos a enxergar a comunidade com outros olhos. O maior benefício foi aprender a trabalhar em equipe. Não podemos apenas impor as nossas propostas, todas as decisões devem ser aceitas e trabalhadas em conjunto. E isso vou levar para o resto da vida."

Patrícia de Melo Tescaro, estudante de Ciências Biológicas

GRI
EN24

Em relação aos resíduos metálicos (ferro, cobre, alumínio, zinco e outros metais), a Energias do Brasil, ciente de sua responsabilidade na preservação dos recursos naturais para as gerações futuras, prestou especial atenção à reciclagem de materiais metálicos inservíveis, oriundos de seu sistema elétrico. Após a devida segregação, os materiais são comercializados com empresas de reciclagem e reutilização, para, após reprocessamento, serem novamente inseridos no mercado. Devido ao elevado valor agregado e ao potencial para reciclagem, a venda desses resíduos em 2007 resultou em uma receita adicional de R\$ 3,56 milhões. A Energias do Brasil não transporta internacionalmente resíduos perigosos.

GRI
EN25

Todas as instalações apresentam correta destinação final de líquidos, seja para a rede pública de coleta, seja por meio de sistemas de fossa séptica construídos em conformidade com as normas técnicas aplicáveis. Adicionalmente, para garantir o atendimento à legislação na única instalação não servida pelo sistema de coleta pública, foi construída, em 2007, uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) na sede da Enersul. A garantia da plena conformidade legal no lançamento de efluentes pode ser aferida nos relatórios de monitoramento mensal, desenvolvidos desde o início das operações da instalação. Dessa forma, pela adequação de suas instalações, a Energias do Brasil não promove impactos significativos sobre corpos d’água.

Resíduos metálicos (t)	Enersul	Escelsa	Bandeirante	Total
Carcasas de transformadores e capacitores	29	0	1,5	31
Cobre, bronze, latão	1,4	16	4,8	22
Alumínio	158	2,3	97	257
Ferro e aço	202	220	479	901
Mistura metais	119,3	0	56	175,3
Cabos não perigosos	0,1	103	80	183
Resíduos metálicos	510	342	718	1.570

GRI
EN22

Benefício de todos

“A minha maior satisfação é participar de um projeto que possibilita ao maricultor uma nova visão. No começo, eles trabalhavam individualmente, cada um só queria cuidar da sua produção. Hoje, eles percebem que trabalhar em grupo pode ser bem mais rentável e toda a comunidade pode, assim, ser beneficiada.”

Diego Bonadías, 19 anos, estudante de Tecnologia em Turismo



Derramamentos	Bandeirante		Escelsa		Enersul		ENBR	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Vazamentos	0	1	1	2	0	1	1	4
Volume de óleo (L)	0	600	400	100	0	1.700	400	2.400

GRI
EN23

Incidentes Ambientais

Foram registrados, durante o ano de 2007, pequenos incidentes ambientais envolvendo vazamento de óleo em transformadores de distribuição ou de força. Na Bandeirante, um vazamento na ETD Skol ficou restrito ao sistema de canaletas de condução do cabeamento e foi prontamente controlado pela equipe de manutenção mediante uso de *kits* contendo turfa e mantas absorventes de óleo. Na Enersul, o rompimento de solda em um transformador da ETD Almoxarifado provocou o vazamento de cerca de 1.700 litros de óleo no entorno da subestação. Da mesma forma, foram adotadas diversas medidas de contenção e proteção do entorno.

Na Escelsa, ocorreram dois incidentes na rede de distribuição aérea, totalizando vazamentos da ordem de 100 litros de óleo, em vias urbanas. Em todos os casos, os resíduos foram devidamente acondicionados, transportados e armazenados até a sua correta destinação final.

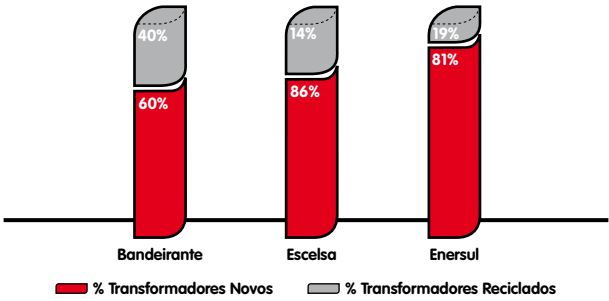
De modo preventivo, com vistas ao pleno atendimento e à garantia de recursos financeiros para saneamento de eventuais passivos decorrentes de acidentes ambientais, as distribuidoras do Grupo Energias do Brasil contrataram apólice de seguro complementar que prevê a cobertura de gastos de até R\$ 4,7 milhões.

Produtos e Serviços

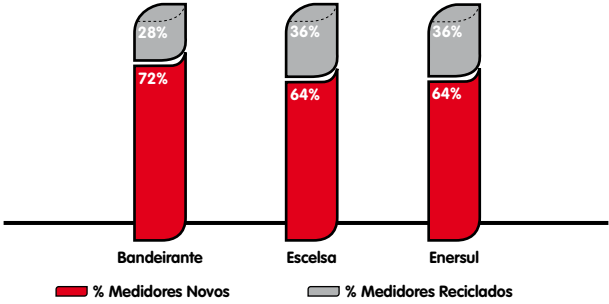
A Energias do Brasil busca estender o cuidado e respeito ao meio ambiente em toda a sua cadeia de valores. Exemplo é a recuperação de transformadores de distribuição aérea e de medidores de energia. Com a atuação de fornecedores

previamente qualificados, os equipamentos avariados passam por triagem e são separados em dois grupos. Aqueles com possibilidade de recuperação são reformados e retornam à rede elétrica para um novo ciclo de funcionamento. Os materiais inservíveis são escrapados, sendo os resíduos encaminhados para empresas de reciclagem de materiais metálicos. Esse procedimento proporcionou significativa redução das necessidades de compra, conforme ilustram os gráficos a seguir.

Transformadores - 2007



Medidores - 2007



GRI
EN27

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica

GRI
EU7

As atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) fazem parte da rotina das distribuidoras do Grupo. Adicionalmente aos projetos de redução de perdas técnicas e comerciais que originam redução da demanda de energia gerada, as parcerias com empresas e universidades no desenvolvimento de tecnologias mais limpas ou equipamentos de controle da poluição somaram cerca de R\$ 6,55 MM em 2007 e R\$ 13,80 MM nos últimos dois anos.

Na Bandeirante, destacaram-se os projetos realacionados com o desenvolvimento de metodologias para investigação de áreas contaminadas por óleo isolante, a investigação dos efeitos de campos elétricos e magnéticos de 60 Hz sobre a saúde humana e o desenvolvimento de tecnologias e equipamentos para retenção de vazamento de óleo de transformadores de potência. Há ainda que referir a investigação sobre a biocorrosão e biodeterioração microbiana em elementos metálicos de torres de transmissão e de subestações.

Os projetos em andamento na Escelsa e Enersul contemplam a questão ambiental de forma indireta, uma vez que a abordagem adotada até o momento prevê a redução de perdas e eficiência do sistema.

A Enersul deu início ao projeto Construções Sustentáveis, por meio do qual foram reformadas duas das 19 instalações existentes na sede da empresa. Elas receberam telhas de aço galvanizado "tipo sanduíche", com isolamento térmico e acústico, equipamentos para climatização, forro de lã mineral e novas luminárias refletivas. O objetivo dessas mudanças foi aumentar a eficiência das instalações, reduzir o consumo de energia elétrica e promover o maior conforto dos colaboradores. Outro projeto pioneiro da Enersul, desenvolvido na cidade de Jardim, prevê, além das adaptações já citadas, a captação de água das chuvas e o melhor aproveitamento de luz natural.

Já na área de geração, a Energest iniciou a adoção de medidas relativas ao transporte de sedimentos de montante para jusante das barragens e à retenção e controle de resíduos. As principais ações adotadas foram:

Air lift UHE Mascarenhas (ES) - O *air lift* funciona por meio de uma bomba de recalque responsável pela retirada do sedimento de fundo, facilitando o seu transporte de montante para jusante. Esse sedimento é formado principalmente por partículas da ordem de 0,1 µm (silte e argila) em consequência da mudança do regime de vazão.

Log boom UHE Mascarenhas (ES) - O *log boom* caracteriza-se por tonéis e estruturas metálicas que, enfileiradas, ocupam aproximadamente o primeiro metro de profundidade do reservatório, formam uma linha para reter todo tipo de resíduo que esteja a seu alcance, evitando que chegue ao gradeamento e às turbinas. Sua importância reside no fato de que resíduos no gradeamento promovem redução na velocidade de escoamento da água e, conseqüentemente, menor geração de energia. Os resíduos ficam concentrados no *log boom*, o que facilita o controle do manejo dos resíduos.

Log boom UHE Suíça (ES) - Projeto em fase de elaboração, para atendimento à defensoria pública do Município de Santa Leopoldina.

Biodiversidade

A Energias do Brasil desenvolve diversas iniciativas para reduzir os impactos de suas atividades na biodiversidade e na paisagem nas localidades onde opera.

A Enersul, localizada em um dos mais importantes biomas do planeta - o Pantanal -, mantém o Programa Arborizando com Responsabilidade, de educação ambiental dos jovens sul-mato-grossenses, para melhoria da convivência entre a rede elétrica e a arborização urbana.

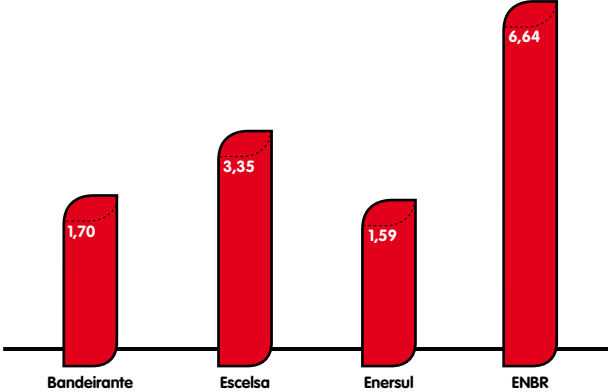
Convênio firmado com Associação dos Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul (Assomasul), em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, também prevê medidas para a redução de interferências das redes de distribuição na fauna e flora. Para proteção da fauna regional, foi ampliada a construção de viveiros, iniciada em 2006, originando proposta para a construção de Centros de Convivência Ambiental em duas aldeias indígenas em 2007.

GRI
EN12
EN14
EN26

Outra iniciativa foi a adequação da rede elétrica no Parque Estadual Várzeas do Rio Ivinhema, que possibilitou o fornecimento de energia elétrica para a população residente no local sem o comprometimento do ecossistema. Por meio da parceria com o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (Cras) do Parque Estadual da Prosa, a Enersul possibilita a compra de medicamentos e alimentos para os animais em recuperação antes de seu retorno à natureza.

Ainda em relação à distribuição de energia elétrica, as empresas do Grupo vêm privilegiando a utilização de redes compactas e isoladas, com o objetivo de reduzir as interferências na vegetação e, conseqüentemente, a intensidade das podas de convivência. Do total de investimentos de natureza ambiental das distribuidoras, 40% se referem às redes protegidas.

Investimento em Redes Protegidas
(R\$ milhões)



Em 2007, a Bandeirante Energia concluiu seu compromisso relativo à recuperação ambiental de área às margens do Parque Ecológico do Tietê (PET), que incluiu o plantio de 25 mil mudas de árvores nativas e sua manutenção por dois anos. Quanto à proteção da fauna destaca-se a instalação de protetores isolantes em algumas subestações, o que eliminou o número de interferências com desligamentos provocados por animais.

Nas usinas em operação, foram elaborados nove estudos ambientais relacionados ao monitoramento de ictiofauna e ao diagnóstico de áreas diretamente afetadas ou no entorno dos reservatórios. Também foram elaborados 13 planos de recuperação de áreas degradadas. Na PCH Paraíso foi adotado um projeto de recuperação de áreas degradadas por meio do reflorestamento de cerca de 70 hectares.

Na UHE Peixe Angical continuam sendo desenvolvidos diversos programas, entre os quais: monitoramento do clima, fauna, ictiofauna, de vetores de doenças, flora e encostas marginais. O Programa de Reflorestamento do Entorno do Reservatório está em pleno andamento e prevê uma área de reflorestamento convencional de 90,84 hectares, uma área de enriquecimento de 11,26 hectares e uma área de regeneração de 144,93 hectares. Também está em desenvolvimento a recuperação de áreas degradadas pelas obras, envolvendo 124,7 hectares.

Áreas de Reflorestamento UHE - PEIXE ANGICAL

- Área de Reflorestamento Convencional
- Área de Enriquecimento
- Área de Regeneração

Área (ha)

- 90,84
- 11,26
- 145,33

Recuperação de áreas degradadas

- UHE Peixe Angical
- UHE Mimoso
- PCH Paraíso
- CGH São João II
- CGH São João I
- CGH Coxim

Área (ha)

- 124,7
- 19,4
- 75,9
- 10,8
- 6,1
- 2,0

Centro de Conhecimento em Biodiversidade Tropical

Uma parceria firmada entre a Energias do Brasil, a Universidade de Aveiro (UA) e o Instituto Ecológica formalizou a criação e gestão do Centro de Conhecimento em Biodiversidade Tropical, o Ecotropical. Estruturado para ser um centro de fomento da pesquisa nessa área, receberá R\$ 3 milhões em investimentos nos próximos cinco anos, sendo 50% do total investido pela Energias do Brasil e os outros 50%, pelo Instituto Ecológica.

O projeto prevê a formação e o desenvolvimento de trabalhos científicos sobre biodiversidade, inovação tecnológica e mudanças climáticas. O Ecotropical será um local de referência para a conservação da biodiversidade e de formação científica, em nível da formação inicial, mestrado e doutorado, promovendo o intercâmbio de estudantes universitários e pesquisadores, nacionais e internacionais, visando à troca de experiências.

Com capacidade para alojar grupos de 25 estudantes e professores, o Ecotropical está situado em uma área de 2,5 mil hectares de cerrado virgem no Estado do Tocantins. Esta localização privilegiada, transição entre os biomas da Mata Atlântica, Amazônia e o Cerrado, permite estender este conceito a essas áreas, nos próximos anos.

Sistema de Informações Técnicas (SIT)

A Bandeirante Energia conta, desde 2005, com a inclusão de áreas especialmente protegidas no Sistema de Informações Técnicas (SIT). Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de São Paulo, o SIT é composto em base cartográfica digital e georreferenciada e apresenta todas as áreas de proteção

ambiental existentes nos municípios da área de concessão da Bandeirante. Com esse projeto, a Empresa identifica e realiza o bloqueio automático de inúmeras solicitações de ligação que necessitam de autorização especial dos órgãos de proteção e controle ambiental. As redes de distribuição existentes em áreas classificadas são quantificadas abaixo.

Redes Elétricas em Áreas Protegidas

Linhas AT aéreas dentro de áreas protegidas (km)
Linhas MT aéreas dentro de áreas protegidas (km)
Linhas MT subterrâneas dentro de áreas protegidas (km)
Nº de subestações existentes em áreas classificadas

ENBR

405
9.712
10
30

GRI
EN11

Bem-estar motivador

“É muito bom fazer parte de uma empresa que incentiva o exercício da cidadania, promove ações que contribuem para o desenvolvimento das comunidades e age com responsabilidade social em todas as dimensões. Como voluntária, sinto-me uma condutora de energia positiva ao próximo. E considero impagável o retorno que o trabalho de voluntariado oferece a quem a ele se dedica. O bem-estar que sinto após cada atividade é o que me motiva a participar.”

Vânia Tondato Assunção, colaboradora voluntária do Programa Bandeirante Comunidade Educação

Treinamento e educação ambiental

GRI
EN26

Em 2007, o Grupo Energias do Brasil realizou pesquisa interna para avaliar o grau de conhecimento e adesão dos colaboradores à política de meio ambiente e aos princípios do desenvolvimento sustentável. Entre as iniciativas desenvolvidas para promover o treinamento e educação ambiental entre todos os colaboradores, alguns destaques do ano foram as orientações sobre as certificações das normas ISO 14000 e OHSAS 18001, que reuniram 99 funcionários e representaram 1.584 horas de aprendizagem. Também foram promovidos treinamentos para a identificação de aspectos e perigos ambientais e de saúde e segurança, envolvendo 94 colaboradores, totalizando 552 horas.

Para o público externo, o Grupo desenvolve várias ações de educação ambiental. A Enersul, por exemplo, em parceria com a Escola Estadual Waldemir Barros da Silva, lançou o projeto *Árvores e Clima, Tudo a Ver*, que tem por objetivo capacitar alunos para atuar como multiplicadores para conscientização em relação ao tema da arborização urbana, utilizando o Guia de Arborização Urbana como material pedagógico.

A participação em comitês de recursos hídricos e conselhos de meio ambiente também reforça o compromisso em promover o debate e a busca de soluções ambientais sustentáveis. Tanto a Escelsa como a Energest fazem parte do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CERH).

A criação do Canal de Sustentabilidade, um espaço disponível na Intranet e Internet do Grupo, cumpre também a missão de promover a cultura de sustentabilidade da Energias do Brasil com todos os seus públicos estratégicos. Outra iniciativa é um curso *e-learning* de capacitação dos colaboradores em sustentabilidade. (Mais informações na página 61).

Conformidade

Ao final de 2007, as empresas do Grupo Energias do Brasil somaram 27 processos ambientais judiciais e administrativos em andamento. Desses, nove tiveram início durante o exercício. Das demandas recebidas no ano, duas se referiam a vazamento de óleo, cinco a supressão de vegetação, uma à ocupação de área protegida e uma questionava o licenciamento ambiental de potencial ativo da Companhia. Não houve decisão relacionada a esses processos em 2007.

Um acidente na subestação Almocharifado, da Enersul, deu origem a dois autos de infração expedidos pelo Ibama e pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, totalizando R\$ 54 mil. O acidente envolveu vazamento de óleo isolante em um transformador de força após a ocorrência de descarga atmosférica. No momento da ocorrência, a região apresentava condição climática adversa, com fortes ventos e chuva torrencial. Imediatamente foram tomadas as medidas para contenção e coleta do óleo, incluindo a instalação de bombas de sucção, tanques para armazenamento de óleo e barreiras de contenção a jusante do local, no Córrego Lagoa.

GRI
EN28

Durante três meses, a Enersul monitorou os parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos da água do córrego e coletou amostras de solo nos locais atingidos. Os resultados indicaram que não houve impactos significativos sobre a qualidade da água, solo, fauna e flora locais. Esse tipo de ocorrência jamais fora registrada pela Enersul.

Certeza de melhoria

“O esforço da Energias do Brasil em implantar o SGIS - Meio Ambiente e Saúde e Segurança com certeza levará à melhoria de seus processos nessas áreas.”

Cristina Diniz - Especialista Ambiental - Energest

Demandas Administrativas (Adm.) e Judiciais (Jud.) nas empresas do grupo Energias do Brasil

	Bandeirante		Escelsa		Enersul		Energest		Holding		Grupo ENBR	
	Adm.	Jud.	Adm.	Jud.	Adm.	Jud.	Adm.	Jud.	Adm.	Jud.	Adm.	Jud.
Total Geral	0	0	9	3	6	4	4	0	0	1	19	8
Total 2007	0	0	3	0	3	2	0	0	0	1	6	3
Valor Total (R\$ mil)	0,00	0,00	137,30	0,00	460,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578,10	0,00

Durante a realização de serviços de poda e remoção de árvores na Chácara dos Poderes, em Campo Grande, a Enersul também foi autuada pela Prefeitura Municipal. Após recorrer da decisão, em consonância com a legislação ambiental, a penalidade foi convertida em um Termo de Compromisso com a Municipalidade. Integralmente cumprido pela Empresa, o termo prevê medidas de mitigação e compensação do dano ambiental, incluindo campanha educativa sobre arborização e o plantio de 2 mil mudas de árvores nativas em locais a serem definidos pelo município.

Nas demais empresas do Grupo, não há registro de penalidades administrativas ou judiciais de natureza ambiental no período.

Metas Ambientais

Em 2007, a Energias do Brasil assumiu alguns compromissos relativos à melhoria do desempenho ambiental das empresas controladas. As propostas e respectivas avaliações foram:

Metas ambientais 2007	Avaliação
Manter a classificação no ISE Bovespa	Plenamente atingida
Dar início à aplicação do Sistema de Gestão Integrada na Bandeirante	Plenamente atingida, extensiva às demais empresas do Grupo
Ministrar treinamento em sustentabilidade no nível gerencial - Chronos	Parcialmente atingida (31%)

Para 2008, a Empresa mantém a disposição de aprimorar os processos e alcançar padrões mais elevados de desempenho ambiental. Para tanto, estão estabelecidos os seguintes desafios:

1. Permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo.
2. Aplicação de todos os procedimentos desenvolvidos no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Sustentabilidade, tendo em vista a certificação ISO 14001, em cinco subestações (255 MVA) das empresas distribuidoras e em usinas geradoras (43% da potência instalada do Grupo) e certificação OHSAS 18001 no processo de operação e manutenção de subestações.

Premiações/Reconhecimentos do Mercado

Prêmio Abradee

GRI
2.10

Companhias do Grupo venceram três categorias no Prêmio Abradee, concedido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, com avaliação realizada pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). A Enersul foi a vencedora na Região Norte/Centro-Oeste 2007, e a Escelsa conquistou as categorias Avaliação pelo Cliente 2007 e Maior Evolução 2006/2007. É o sexto troféu ganho pela Enersul, que se tornou a segunda distribuidora do País mais premiada pela ABRADÉE. A Escelsa também já havia recebido o mesmo prêmio, na categoria Qualidade da Gestão, em 2001.

Prêmio Abrasca Melhor Relatório Anual

O Relatório Anual da Energias do Brasil conquistou o terceiro lugar no Prêmio Abrasca Melhor Relatório Anual em 2007, na categoria Companhias Abertas.

Prêmio Theobaldo De Nigris na Categoria Relatório Anual

O Relatório Anual da Energias do Brasil conquistou o segundo lugar na categoria Informes Anuais, Relatórios de Negócios e Memórias do 16º Concurso Latino-Americano de Produtos Gráficos Theobaldo

De Nigris, ligado à Confederação Latino-Americana da Indústria Gráfica (Conlatingraf). O concurso, realizado no Brasil, reuniu mais de 1.300 trabalhos oriundos de 11 países.

Prêmio Abce

A distribuidora recebeu também o Prêmio de Segurança - Medalha Eloy Chaves -, concedido pela Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), na categoria de empresas com mais de 2 mil empregados, por apresentar os menores índices de acidentes de trabalho em 2006. Foi ainda reconhecida com o prêmio Top RH, da Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB), por seu programa de treinamento em segurança.

Prêmio Procel

Concedido ao Projeto de Eficientização Semafórica, da Bandeirante, pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, instituído pelo Ministério de Minas e Energia. Ele consiste no uso de LEDs (*Light Emitting Diode*, ou Diodo Emissor de Luz) em semáforos instalados na cidade de Guarulhos (SP).



Informações Corporativas

Conselho de Administração

Antônio Luis Guerra Nunes Mexia - Presidente
Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
Ana Maria Machado Fernandes
Antonio José Sellare
Francisco Carlos Coutinho Pitella
Francisco Roberto André Gros
Pedro Sampaio Malan
Modesto Souza Barros Carvalhosa
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

Diretoria

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
Diretor-Presidente

Antonio José Sellare
Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro
Diretor Vice-Presidente de Geração

João Gomes de Aguiar
Diretor Vice-Presidente de Distribuição

Miguel Amaro
Indicado a Diretor Vice-Presidente de Controle de Gestão

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Indicado a Diretor Vice-Presidente de Comercialização

Relações com Investidores

Flavia Heller
Superintendente

Cleverson Murakawa
Analista
Tel.: (55) 11 2185-5907
ri@enbr.com.br

Endereço

Rua Bandeira Paulista, 530
04532-001 - Chácara Itaim - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (55) 11 2185-5900
www.energiasdobrasil.com.br

Código de Negociação na Bovespa: ENBR3

Atendimento aos Acionistas

Banco Itaú
Departamento de Atendimento Unificado
Tel: (55) 11 5029-7780
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 - 10º andar
Torre Eudoro Villela - 04344-902 - São Paulo - SP

Auditores Independentes

Os indicadores econômico-financeiros deste Relatório são baseados no padrão brasileiro de contabilidade e foram auditados pela empresa KPMG. Os indicadores de natureza social e ambiental contemplados pelo GRI foram verificados externamente pela PricewaterhouseCoopers, PwC.

Jornais de Publicação

Diário Oficial do Estado de São Paulo
Jornal Valor Econômico

Créditos

Edição

EDP - Energias do Brasil S.A.

Coordenação

Diretoria de Relações com Investidores, Diretoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente e Superintendência Empresarial de Comunicação Institucional e Responsabilidade Social

Conteúdo e Redação

Editora Contadino

Projeto Gráfico

Biocomm Comunicação

Fotos

Damião A. Francisco
Julio Bittencourt
Pequi Filmes
Tarica
Willian Charles

Pré-impressão e impressão

Pancrom Indústria Gráfica Ltda.

Papel

Curious Particles: Snow (capa e luva) e Moonlight (miolo)

Tiragem

1.000 exemplares

Copyright© 2007 EDP - Energias do Brasil S.A.

Balanço Social Anual 2007

1 - Base de Cálculo		2007 Valor (Mil reais)			2006 Valor (Mil reais) ¹		
Receita líquida (RL)		4.513.475			3.984.764		
Resultado operacional (RO)		512.306			409.338		
Folha de pagamento bruta (FPB)		368.935			385.390		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		19.102	5,18%	0,42%	15.988	4,15%	0,40%
Encargos sociais compulsórios		119.033	32,26%	2,64%	104.948	27,23%	2,63%
Previdência privada		21.522	5,83%	0,48%	19.283	5,00%	0,48%
Saúde		27.070	7,34%	0,60%	18.898	4,90%	0,47%
Segurança e saúde no trabalho		148	0,04%	0,00%	2	0,00%	0,00%
Educação		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		4.480	1,21%	0,10%	3.912	1,02%	0,10%
Creches ou auxílio-creche		308	0,08%	0,01%	257	0,07%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados		14.077	3,82%	0,31%	12.748	3,31%	0,32%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV		(4.838)	-1,31%	-0,11%	40.122	10,41%	1,01%
Outros		3.509	0,95%	0,08%	3.416	0,89%	0,09%
Total - Indicadores sociais internos		204.411	55,41%	4,53%	219.574	56,97%	5,51%
3 - Indicadores Sociais Externos ²		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		2.808	0,55%	0,06%	824	0,20%	0,02%
Cultura		3.621	0,71%	0,08%	2.060	0,50%	0,05%
Saúde e saneamento		237	0,05%	0,01%	3	0,00%	0,00%
Esporte		65	0,01%	0,00%	40	0,01%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		0	0,00%	0,00%	11	0,00%	0,00%
Outros		1.610	0,31%	0,04%	335	0,08%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade		8.342	1,63%	0,18%	3.273	0,80%	0,08%
Tributos (excluídos encargos sociais)		2.519.270	491,75%	55,82%	2.257.177	551,42%	56,65%
Total - Indicadores sociais externos		2.527.612	493,38%	56,00%	2.260.450	552,22%	56,73%
4 - Indicadores Ambientais ³		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		29.699	5,80%	0,66%	14.592	3,56%	0,37%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		1.471	0,29%	0,03%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		31.170	6,08%	0,69%	14.592	3,56%	0,37%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2007			2006*		
Nº de empregados(as) ao final do período		2.920			2.956		
Nº de admissões durante o período		238			83		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		6.141			ND		
Nº de estagiários(as)		180			167		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		917			1.058		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		647			626		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		22,19%			13,42%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa *		533			181		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		4,11%			3,36%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		133			138		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2007			Metas 2008		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		59,93			59,93		
Número total de acidentes de trabalho		34			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:		() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):**		na empresa 757.459	no Procon 5.397	na Justiça 3.767	na empresa 703.730	no Procon 5.392	na Justiça 3.861
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:**		na empresa 100%	no Procon 94%	na Justiça 28%	na empresa 100%	no Procon 94%	na Justiça 23,3%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2007: 3.731.632			Em 2006: 3.645.591		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		70,8% governo 7% colaboradores(as) 5,5% acionistas 10,5% terceiros 6,2% retido			67,7% governo 8% colaboradores(as) 4,6% acionistas 13,5% terceiros 6,2% retido		

(¹)2006 não contempla dados da Enerpeixe (entrada em operação: out/2006), exceto (RL) e (RO)
(²)Indicadores Sociais Externos: Em 2006 foram considerados valores somente das distribuidoras do Grupo
(³)Indicadores Ambientais: Em 2006 foram considerados valores somente das distribuidoras do Grupo
(*)Em 2007 foi computado o número de negros e pardos que trabalham na empresa
(**)Referem-se a dados das distribuidoras do Grupo

Norma Brasileira de Contabilidade NBCT-15 - Período 2007

Informações de Natureza Social e Ambiental

Remuneração Bruta (R\$)

Empregados	150.926.579,08
Administradores	13.597.465,58
Terceirizados	ND
Autônomos	ND
Total	164.524.044,66

Remunerações da entidade (R\$)

Maior	ND
Menor	ND
Relação maior/menor	59,93

Gastos (R\$) com colaboradores relativos a	Empregados	Administradores	Terceirizados	Autônomos
Encargos sociais	106.571.796,97	12.461.369,89	ND	ND
Alimentação	19.102.284,88	0,00	ND	ND
Transporte	3.437.326,54	0,00	ND	ND
Previdência privada	21.521.666,69	0,00	ND	ND
Saúde	27.069.729,13	0,00	ND	ND
Segurança do trabalho e saúde ocupacional	148.034,12	0,00	ND	ND
Educação	-	0,00	ND	ND
Cultura	-	0,00	ND	ND
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.479.908,81	0,00	ND	ND
Creches ou auxílios-creches	308.282,30	0,00	ND	ND
Programa de desligamento voluntário - PDV	(4.838.510,25)	0,00	ND	ND
PLR	14.077.798,30	0,00	ND	ND
Outros	72.203,28	0,00	ND	ND

Quadro funcional

	RH Corp
Admissões	238
Demissões	328
Estagiários	180
Portadores de necessidades especiais	133
Prestadores de serviço terceirizados	6.141
Porcentagem de ocupantes de cargo de chefia do Sexo Masculino (%)	77,81%
Porcentagem de ocupantes de cargo de chefia do Sexo Feminino (%)	22,19%
Classificação por gênero	
Empregados do Sexo Masculino	2.273
Empregados do Sexo Feminino	647
Classificação por idade	
Empregados Menores de 18 anos	2
Empregados de 18 a 35 anos	932
Empregados de 36 a 60 anos	1.974
Empregados acima de 60 anos	12
Classificação por nível de escolaridade	
Empregados analfabetos	8
Empregados com ensino fundamental completo	195
Empregados com ensino médio completo	207
Empregados com ensino técnico completo	1.412
Empregados com ensino superior completo	719
Empregados pós-graduados	379

Ações Trabalhistas

Total de processos trabalhistas movidos contra a entidade	ND
Número de processos julgados procedentes	ND
Número de processos julgados improcedentes	ND
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação de justiça (R\$)	ND

Relações com a comunidade

Investimentos em educação (R\$)	2.807.841,00
Investimentos em cultura (R\$)	3.621.095,00
Investimentos em saúde e saneamento (R\$)	236.980,00
Investimentos em esporte e lazer (R\$)	65.438,05
Investimentos em alimentação (R\$)	0,00

Relações com os clientes

Número de reclamações recebidas diretamente na entidade	757.459
Número de reclamações recebidas por meio de órgãos de proteção e defesa do consumidor	5.397
Número das reclamações atendidas (Empresa)	100%
Número das reclamações atendidas (Procon)	94%
Número das reclamações atendidas (Justiça)	28%
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	ND
Ações tomadas pela entidade para sanar ou minimizar as reclamações	ND

Relações com o Meio Ambiente

Investimentos e gastos com manutenção para a melhoria do meio ambiente (R\$)	31.170.189,77
Investimentos e gastos com a educação ambiental para colaboradores (R\$)	0,00
Investimentos e gastos com a educação ambiental para a comunidade (R\$)	-
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais (R\$)	-
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	27
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente (R\$)	ND
Passivos e contingências ambientais	-

(*) Remuneração Bruta = salários, bonificações, adicionais, abonos, gratificações, 13º salário e PLR (Participação nos Lucros e Resultados)

Sumário GRI e Correlação Pacto Global

GRI
3.12

1. VISÃO E ESTRATÉGIA		Página	Nível de Aplicação
1.1	Declaração do diretor-presidente	15, 16, 17	
1.2	Principais impactos, riscos e oportunidades	28, 54, 56	
2. PERFIL ORGANIZACIONAL			
2.1	Nome da organização	6	■
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	6	■
2.3	Estrutura operacional (divisões, unidades, subsidiárias, <i>joint ventures</i>)	6, 24	■
2.4	Localização da sede	6	■
2.5	Número de países em que opera	6	■
2.6	Tipo e natureza jurídica	6	■
2.7	Mercados atendidos	6	■
2.8	Porte da organização	6, 12, 13, 50	■
2.9	Principais mudanças (porte, estrutura ou participação acionária)	6	■
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	92	■
EU1	Capacidade instalada (MW)	40, 41, 42	■
EU2	Número de clientes residenciais, industriais e comerciais	38	■
EU3	Extensão das linhas de transmissão e distribuição	36	■
EU4	Licenças de comercialização de emissões de CO ₂	80	■
3. PERFIL DO RELATÓRIO			
3.1	Período coberto pelo relatório	8	■
3.2	Data do relatório anterior	8	■
3.3	Ciclo de emissão de relatórios	8	■
3.4	Dados para contato	8	■
ESCOPO E LIMITE DO RELATÓRIO			
3.5	Processo para definição do conteúdo	8	■
3.6	Limites do relatório	8	■
3.7	Limitações quanto ao escopo ou limite	8	■
3.8	Base para consideração de <i>joint ventures</i> e subsidiárias	8	■
3.9	Técnicas de medição de dados	8	■
3.10	Reformulações de informações publicadas anteriormente	8	■
3.11	Mudanças no escopo, limites ou método de medição	8	■
3.12	Sumário de conteúdo GRI	95	■
3.13	Verificação externa de dados	8	■
4. GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO			
4.1	Estrutura de governança	22 a 25	■
4.2	Presidência do Conselho de Administração	25	■
4.3	Membros independentes ou não-executivos no CA	22	■
4.4	Mecanismos para recomendações a órgãos de governança	24	■
4.5	Relação entre remuneração e desempenho da organização	23	■
4.6	Processos para evitar conflitos de interesse	22, 24	■
4.7	Processos para qualificações dos membros do CA	22	■
4.8	Missão, Visão, Princípios, Valores e Código de Conduta	10, 18	■
4.9	Supervisão do desempenho econômico, social e ambiental	23	■
4.10	Auto-avaliação do desempenho do Conselho de Administração	22	■

Legenda

- Informado completamente
- Informado parcialmente
- ☒ Não informado
- NA - Não se aplica

Indicadores essenciais
Indicadores adicionais
Indicadores suplementares

Correspondência Global Compact

Sumário GRI e Correlação Pacto Global

COMPROMISSOS COM INICIATIVAS EXTERNAS		Página	Nível de Aplicação
4.11 (GC7)	Princípio da precaução	54, 80	■
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas externas	21	■
4.12	Participação em associações	69	■
ENGAJAMENTO DOS STAKEHOLDERS			
4.14	Relação dos grupos engajados pela empresa	19	■
4.15	Base para identificação e seleção	18	■
4.16	Abordagens para o engajamento	20	■
4.17	Principais temas e preocupações	18	●
DESEMPENHO ECONÔMICO			
Gestão de acesso			
Disponibilidade e segurança			
EU5	Planejamento para assegurar a disponibilidade e segurança na oferta de energia	54	■
Gerenciamento do consumo			
EU6	Programas para gerenciamento do consumo	68, 84	■
Pesquisa e desenvolvimento			
EU7	Atividades de Pesquisa & Desenvolvimento	87	■
Suspensão de operação			
EU8	Suspensão de unidades de energia nuclear	-	NA
Desempenho econômico			
EC1	Valor econômico gerado e distribuído	44	■
EC2	Riscos e oportunidades relacionados a mudanças climáticas	78, 79, 80	■
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão	62	■
EC4	Ajuda financeira recebida do governo	-	☒
Presença de mercado			
EC5	Proporção entre salário mais baixo e salário mínimo	-	☒
EC6	Políticas e gastos com fornecedores locais	64	■
EC7	Procedimentos para contratação local	-	☒
Impactos econômicos indiretos			
EC8	Investimentos em infra-estrutura para benefício público	67	■
EC9	Impactos econômicos indiretos significativos	-	☒
Disponibilidade e segurança			
EU9	Capacidade planejada (MW) em relação à demanda projetada	37	■
Gerenciamento do consumo			
EU10	Capacidade instalada de energia economizada por meio de programas de gestão de demanda	-	☒
EU11	Energia economizada por clientes residenciais, comerciais e industriais	-	☒
Eficiência do sistema			
EU12	Média de eficiência na geração	40 a 42	■
EU13	Eficiência na transmissão e distribuição	37, 39	■

Legenda

- Informado completamente
- Informado parcialmente
- ☒ Não informado
- NA - Não se aplica

Indicadores essenciais
Indicadores adicionais
Indicadores suplementares

Correspondência Global Compact

DESEMPENHO AMBIENTAL		Página	Nível de Aplicação
Materiais			
EN1	Materiais usados	-	☒
EN2	Materiais provenientes de reciclagem	-	☒
EN3	Consumo de energia direta	-	☒
EN4	Consumo de energia indireta	83	■
EN5 (GC8; GC9)	Energia economizada	83	■
EN6 (GC8; GC9)	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia	68, 84	■
EN7 (GC8; GC9)	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta	83	■
Água			
EN8	Total de água por fonte	82	■
EN9	Fontes hídricas afetadas	82	■
EN10 (GC8; GC9)	Percentual de água reciclada e reutilizada	-	☒
Biodiversidade			
EN11	Localização e tamanho de área possuída	89	■
EU14	Evolução na biodiversidade de habitats recuperados	-	☒
EN12	Impactos na biodiversidade	87	■
EN13 (GC8)	Habitats protegidos ou restaurados	88	■
EN14 (GC8)	Gestão de impactos na biodiversidade	87 a 90	■
EN15	Número de espécies ameaçadas	-	☒
Emissões, efluentes e resíduos			
EN16	Total de emissões de gases de efeito estufa	79	■
EN17	Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa	79	■
EN18 (GC8; GC9)	Iniciativas para reduzir emissões de gases do efeito estufa	79, 80	■
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	-	☒
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	79	■
EN21 (GC8)	Descarte total de água	-	☒
EN22 (GC8)	Peso, tipo e destinação de resíduos	84, 85	■
EN23	Derramamentos significativos	86	■
EN24	Resíduos transportados	85	■
EN25	Identificação e status de proteção de fontes hídricas	85	■
Produtos e serviços			
EN26 (GC8; GC9)	Iniciativas para mitigar impactos ambientais de produtos e serviços	87 a 90	■
EN27 (GC8; GC9)	Produtos e embalagens recuperados	86	■
Conformidade			
EN28	Valor monetário de multas significativas	90, 91	■
Transporte			
EN29	Impactos do transporte	79	■
Geral			
EN30 (GC8)	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	78, 93	■

Legenda

- Informado completamente
- Informado parcialmente
- ☒

 Não informado
- NA - Não se aplica
- Indicadores essenciais
- Indicadores adicionais
- Indicadores suplementares
- Correspondência Global Compact

DESEMPENHO SOCIAL		Página	Nível de Aplicação
Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente			
Emprego			
LA1	Trabalhadores por tipo de emprego e região	60, 61	■
EU15	Processos para garantir a retenção e renovação da força de trabalho qualificada	61	■
EU16	Total de colaboradores subcontratados	61, 93	■
EU17	% de contratados e subcontratados treinados em saúde e segurança	-	☒
LA2 (GC6)	Rotatividade	60	●
LA3	Benefícios a empregados	62	■
Relações com a empresa			
LA4 (GC3)	Acordos de negociação coletiva	61	■
LA5 (GC3)	Prazo para notificação sobre mudanças na operação	-	☒
Saúde e segurança			
LA6	Representação em comitês de saúde e segurança	-	☒
LA7	Acidentes e doenças ocupacionais	63	●
LA8	Educação e treinamento	61	■
LA9	Saúde e segurança em acordos com sindicatos	-	☒
Treinamento e educação			
LA10 (GC6)	Horas de treinamento	61	●
LA11	Gestão de competências e aprendizagem contínua	61	■
LA12	Análise de desempenho	61	■
LA13 (GC6)	Composição dos grupos responsáveis pela governança	-	☒
LA14 (GC6)	Proporção de salários entre homens e mulheres	63	■
DIREITOS HUMANOS		Página	Nível de Aplicação
Investimentos e processos de compra			
HR1 (GC1; GC2)	Contratos de investimentos que incluam cláusulas de Direitos Humanos	-	☒
HR2 (GC1; GC2)	Contratos de fornecedores que incluam cláusulas de Direitos Humanos	64	■
HR3 (GC1)	Treinamento em Direitos Humanos	-	☒
Não-discriminação			
HR4 (GC1; GC6)	Casos de discriminação e medidas tomadas	63	■
Liberdade de associação e negociação coletiva			
HR5 (GC1; GC3)	Operações com risco à liberdade de associação e negociação coletiva	64	■
Trabalho infantil			
HR6 (GC1; GC5)	Operações com risco de trabalho infantil	64	■
Trabalho forçado ou escravo			
HR7 (GC1; GC4)	Operações com risco de trabalho forçado ou análogo	64	■
Práticas de segurança			
HR8 (GC1; GC2)	Treinamento da segurança em direitos humanos	-	☒
Direitos indígenas			
HR9 (GC1)	Direitos dos povos indígenas	-	☒

Legenda

- Informado completamente
- Informado parcialmente
- ☒ Não informado
- NA - Não se aplica

Indicadores essenciais
Indicadores adicionais
Indicadores suplementares

Correspondência Global Compact

SOCIEDADE		Página	Nível de Aplicação
Comunidade			
EU18	Processo participativo e resultados do engajamento de <i>stakeholders</i>	-	☒
EU19	Gestão dos impactos do deslocamento involuntário	81	■
EU20	Planejamento e medidas de contingência em caso de catástrofes/emergências	-	☒
SO1	Gestão do impacto das operações nas comunidades	-	☒
EU21	Número de pessoas desalojadas por projetos novos ou de expansão	81	■
Corrupção			
SO2 (GC10)	Avaliação de risco relacionado à corrupção	-	☒
SO3 (GC10)	Treinamento em políticas anticorrupção	69	■
SO4 (GC10)	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	-	☒
Políticas públicas			
SO5	Participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	69	■
SO6	Contribuições a partidos políticos	69	■
Concorrência desleal			
SO7	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	69	■
Conformidade			
SO8	Multas e sanções não-monetárias por não-conformidade a leis e regulamentos	-	☒
RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO		Página	Nível de Aplicação
Saúde e segurança do cliente			
Acesso			
EU22	Programas para a melhoria ou manutenção do acesso a serviços	70	■
Provisão de informações			
EU23	Práticas para superar barreiras de acesso e segurança no uso dos serviços	-	☒
PR1	Avaliação de melhoria ao longo do ciclo de vida dos produtos	70	■
PR2	Casos de não-conformidade em relação a códigos voluntários relacionados à saúde e segurança do consumidor	70	■
Rotulagem de produtos e serviços			
PR3	Procedimentos de rotulagem de produtos e serviços	70	■
PR4	Não-conformidades em relação à rotulagem	70	■
PR5	Práticas e pesquisas relacionadas à satisfação do cliente	53, 73, 74	■
Comunicação de marketing			
PR6	Adesão a leis, normas e códigos voluntários de comunicação e marketing	72	■
PR7	Não-conformidade com códigos voluntários de marketing	73	■
Privacidade do cliente			
PR8	Reclamações relacionadas à violação da privacidade de clientes	74	■
Conformidade			
PR9	Multas relacionadas ao fornecimento e uso dos produtos e serviços	-	☒
Saúde e segurança pública			
EU24	Número de acidentes e óbitos de pessoas da comunidade, envolvendo ativos da empresa	72	■
Acesso			
EU25	Porcentagem da população não atendida em áreas urbanas e em áreas rurais	-	☒
EU26	Número de desligamentos residenciais por não-pagamento, divididos por duração do desligamento	-	☒
EU27	Frequência da interrupção de energia	39	■
EU28	Duração média da interrupção de energia	39	■
EU29	Disponibilidade média de geração	41	■

Legenda

- Informado completamente
- Informado parcialmente
- ☒ Não informado
- NA - Não se aplica

Indicadores essenciais
Indicadores adicionais
Indicadores suplementares

Correspondência Global Compact

Nível de Aplicação GRI

A Energias do Brasil autodeclara ter atingido nível B+ de aplicação do GRI/G3, com dados econômicos-financeiros auditados pela KPMG e sociais e ambientais, pela PricewaterhouseCoopers.

	C	C+	B	B+	A	A+
Autodeclarado				√		
Examinado por terceiros						
Examinado pela GRI						

Aos

Srs. Administradores da EDP - Energias do Brasil S.A.

1. Fomos contratados com objetivo de assegurar as informações não financeiras relativas aos indicadores de desempenho social e ambiental divulgadas no Relatório Anual de 2007 da EDP - Energias do Brasil S.A., preparado sob a responsabilidade da administração do grupo. Esta responsabilidade inclui o desenho, a implementação e manutenção de controles internos para a adequada elaboração e apresentação do Relatório Anual de 2007 e a aplicação adequada dos critérios. Nossa responsabilidade é a de emitir um relatório de asseguração limitada das informações não financeiras divulgadas no Relatório Anual da EDP - Energias do Brasil S.A. do exercício de 2007.

2. O trabalho de asseguração limitada foi realizado de acordo com as Normas e Procedimentos de Asseguração - NPO-01 emitida pelo IBRACON, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e, portanto, compreendeu: (i) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância e o volume das informações apresentadas no Relatório Anual da EDP - Energias do Brasil S.A.; (ii) a obtenção do entendimento dos controles internos, (iii) a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os dados quantitativos e qualitativos do Relatório Anual; (iv) entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações; e (v) confronto das informações de natureza financeira com os registros contábeis. Dessa forma, os procedimentos aplicados acima foram considerados suficientes para permitir um nível de segurança limitada e, por conseguinte, não contemplam aqueles requeridos para emissão de um relatório de asseguração mais ampla, como conceituado na Norma e Procedimentos de Asseguração NPO-01.

3. Nosso trabalho teve como objetivo verificar e avaliar se os indicadores de desempenho social e ambiental incluídos no Relatório Anual do Grupo, no que tange à obtenção de informações qualitativas, à medição e aos cálculos de informações quantitativas se apresentam em conformidade com os seguintes critérios: (i) a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental; e (ii) as diretrizes para relatórios de sustentabilidade *Global Reporting Initiative* (GRI G3). As opiniões, informações históricas, informações descritivas e sujeitas a avaliações subjetivas não estão no escopo dos trabalhos desenvolvidos.

4. Baseado em nossa revisão não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser procedida nos indicadores de desempenho social e ambiental contidos no Relatório Anual da EDP - Energias do Brasil S.A. relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007, para que esses indicadores estejam apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em relação aos critérios utilizados.

5. As demonstrações contábeis da EDP - Energias do Brasil S.A. referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram seu parecer de auditoria em 25 de fevereiro de 2008. Os indicadores de desempenho social e ambiental baseados em informações contábeis, e apresentados no Relatório Anual da EDP - Energias do Brasil S.A. foram extraídos dessas demonstrações contábeis as quais não foram objeto de asseguração para fins contábeis desta revisão.

São Paulo, 04 de abril de 2008.



PricewaterhouseCoopers
International Services Ltda.
CRC 2SP009963/O-1

Manuel Luiz da Silva Araújo
Contador CRC 1RJ039600/O-7